REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

PROCONVERGENCIA
AÇORES
2007-2013

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO 2012

APROVADO
na 7ª. Comissão de Acompanhamento de 30 de maio de 2013

PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência

NUT II

2007-2013

2007PT161PO006

C(2007) 4625 DE 05-10-2007
C(2011) 9670 DE 15-12-2011
C(2012) 9851 DE 19-12-2012

GOVERNO DOS AÇORES
União Europeia
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

DREPA 13/2013

ÍNDICE GERAL

Pags.

Índice de Quadros 5
Índice de Gráficos e Figuras 7
Introdução 9
Sumário Executivo 11
1. Apresentação do Programa Operacional 15
1.1 Identificação 15
1.2 Enquadramento 15
2. Aspetos Gerais da Execução do PROCONVERGENCIA 23
2.0 Evolução da Envolvente Económica 23
2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA 27
2.1.1 A Execução Material 27
2.1.2 A Execução Financeira 35
2.1.3 Fluxos Financeiros 38
2.1.4 Aspetos Complementares da Execução 43
2.2 Análise qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO 54
2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário 57
2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA 68
2.5 Durabilidade das Operações (Artº 57º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006) 68
2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos 69
2.6.1 Complementaridade com Outros Programas 69
2.6.2 Instrumentos de Engenharia Financeira 73
2.7 Acompanhamento e Avaliação 76
2.7.1 Acompanhamento 76
2.7.2 Avaliação 97
2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica 99
2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção 115
3. Execução por Eixo Prioritário 117
3.1 Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores 117
3.2 Eixo Prioritário VIII – Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana 137
3.3 Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade 150
3.4 Eixo Prioritário X – Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade 165
4. Grandes Projetos e Projetos Ambientais 169
5. Assistência Técnica 171

6. Informação e Divulgação 177

7. Conclusões e Previsões de Despesa para 2012 211

Glossário de Siglas 213

ANEXOS

Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.2012 (valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.2012 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.2012 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI - Template 1: Operações Implementadas de Instrumentos de Engenharia Financeira Integradas em Fundos de Participação

Anexo VI - Template 2: Operações Implementadas de Instrumentos de Engenharia Financeira Não Integradas em Fundos de Participação

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.2012 (valores acumulados)

Anexo XI - Regulamentação específica / Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.2012 (valores acumulados)

Anexo XIII – Ficha de Grande Projeto - Não Aplicável

Anexo XIV – Ficha de Projeto Ambiental - Não Aplicável

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 - PROCONVERGENCIA – Grandes Linhas de Orientação Estratégica 17
Quadro 1.2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA - Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Cofinanciamento 20
Quadro 2.1 – Produto Interno Bruto a preços de mercado 23
Quadro 2.2 – Condição da População Perante o Trabalho 26
Quadro 2.3 – População Ativa Empregada, por Setores de Atividade 26
Quadro 2.4 - Realização Física 30
Quadro 2.5 - Execução Financeira por Eixo 36
Quadro 2.6 - Realização Financeira 38
Quadro 2.7 - Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento enviados à CE em 2012 39
Quadro 2.8 - PROCONVERGENCIA - Ponto de Situação dos Fluxos Financeiros - 31-12-2012 40
Quadro 2.9 – Pedidos de Pagamento Enviados à CE em 2012 e Acumulados, por Eixo 41
Quadro 2.10 – Pagamentos aos beneficiários por Eixo Prioritário até 31.12.2012 42
Quadro 2.11 - Cumprimento da Regra N+3 43
Quadro 2.12 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento 44
Quadro 2.13 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território 45
Quadro 2.14 - Repartição da contribuição comunitária por Atividade Económica 47
Quadro 2.15 - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) 49
Quadro 2.16 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2012 52
Quadro 2.17 – Enquadramento dos Regimes de Auxílios do PROCONVERGENCIA 59
Quadro 2.18 - Projetos Aprovados até 31/12/2012 69
Quadro 2.19 - Nº de entidades beneficiárias dos vários PO 71
Quadro 2.20 – PCT-MAC - Projetos Aprovados até 31/12/2012 72
Quadro 2.21 – POVT – Eixo III - Projetos Aprovados até 31/12/2012 73
Quadro 2.22 - Instrumentos de Engenharia Financeira 74
Quadro 2.23 - Candidaturas ao PROCONVERGENCIA – Valores Acumulados 77
Quadro 2.24 – Consultas Escritas Efetuadas às Comissões de Seleção (CS) em 2012 78
Quadro 2.25 – Indicadores de Gestão em 2012 78
Quadro 2.26 – Orientações Prestadas pela Autoridade de Gestão 78
Quadro 2.27 – Ações de Acompanhamento 80
Quadro 2.28 – Ações de Verificação 81
Quadro 2.29 – Síntese Conclusiva 85
Quadro 2.30 – Vistorias por Subsistema 91
Quadro 2.31 – Resumo Processos/Vistorias por Ilha 91
Quadro 2.32 - Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão 98

Quadro 2.33 – Nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE 109
Quadro 2.34 - Boas Práticas – (MEA30) Quantidade de RUB valorizada organicamente e (MEA31) Variação na taxa de desvio de RUB para aterro 110
Quadro 2.35 - Boas Práticas - (R3) Privilegiar projetos de ID&T no domínio do ambiente 111
Quadro 2.36 - Boas Práticas – (R5) Adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental 112
Quadro 2.37 - Boas Práticas – (R6) Adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público 113
Quadro 2.38 - Boas Práticas – (R7) Adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas 114
Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII 117
Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros 122
Quadro 3.3 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII 137
Quadro 3.4 – Indicadores Financeiros 139
Quadro 3.5 – Realização Física do Eixo Prioritário IX 150
Quadro 3.6 – Indicadores Financeiros 155
Quadro 3.7 – Realização Física do Eixo Prioritário X 165
Quadro 3.8 – Indicadores Financeiros 167
Quadro 5.1 – Realização Física do Eixo Prioritário XI 171
Quadro 5.2 – Indicadores Financeiros 171
Quadro 5.3 – Execução Financeira por Operação 172
Quadro 5.4 – Assistência Técnica FEDER, por Temas Prioritários 173
Quadro 6.1 – Execução Financeira do Plano de Comunicação 2012 179
Quadro 6.2 – As Ações Previstas no Plano de Comunicação e as Ações Realizadas 179
Quadro 6.3 – Os Indicadores Previstos no Plano de Comunicação e os Indicadores Realizados 180
Quadro 6.4 - O Público-Alvo e as Ações Realizadas 181
Quadro 6.5 - Os Meios de Comunicação e a sua Utilização 181
Quadro 6.6 – Notícias 182
Quadro 6.7 – Publicação de Notícias no Website 184
Quadro 6.8 – Comissão de Acompanhamento 185
Quadro 6.9 – Visitas e Encontros com os Membros da Comissão Europeia e 6ª. Comissão de Acompanhamento 187
Quadro 6.10 – Visitas e Encontros com os Membros da Comissão Europeia - Plataforma S3 Seminário"Peer Discussion as a step towards RIS3" 189
Quadro 6.11– Visitas e Encontros com os Membros da Comissão Europeia - 18ª. Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas 191
Quadro 6.12 – Visitas e Encontros com os Membros da Comissão Europeia Conferência "Portugal 2020 193
Quadro 6.13 – Fórum "O Novo Quadro Comunitário de Apoio: perspetivas para os Açores" 194

Quadro 6.14 – Grande Evento Anual 195
Quadro 6.15 – Semana da Europa 197
Quadro 6.16 – Publicação Listagem Beneficiários 198
Quadro 6.17 – Website PROCONVERGENCIA 199
Quadro 6.18 – Website georreferenciação dos projetos PROCONVERGENCIA 201
Quadro 6.19 - Exposição "25 anos 25 Projetos" 202
Quadro 6.20 – Boa Prática Check-List Painéis de Publicidade 205
Quadro 6.21 - Iniciativas QREN 207
Quadro 6.22 – Website Sistema de Incentivos 208
Quadro 6.23 – Folhetos 208

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Taxas de Variação Real do PIB 23
Gráfico 2.2 – Evolução da Conjuntura Económica 24
Gráfico 2.3 – Taxa de Desemprego 25
Gráfico 2.4 - - Evolução do diferencial entre montantes aprovados e executados (Fundo) 36
Gráfico 2.5 - Taxa de Compromisso 37
Gráfico 2.6 - Taxa de Execução 37
Gráfico 2.7 - Aprovações por ilha 46
Gráfico 2.8 – Número de Ações de Verificação por Eixos – 2007/2012 81
Gráfico 2.9- Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2012 82
Gráfico 2.10 – Não conformidades – Número de Ocorrências 83
Gráfico 5.1 – Desagregação da Despesa 2012, em Termos Absolutos 174
Gráfico 5.2 – Desagregação da Despesa 2012, em Termos Relativos 175

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Modelo de Gestão 21
Figura 2.1 – Sistema de Informação Geográfica 79
Figura 2.2 – Organigrama da Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade 91
Figura 2.3 - Organigrama da Direção Regional do Turismo 92
Figura 2.4 - Organigrama do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA 93
Figura 2.5 – Reunião da Comissão Técnica de Planeamento 95
Figura 2.6 – Quadro de Responsabilidades na Monitorização Ambiental Estratégica 100

Introdução

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa operacional inserido no QREN 2007-2013, comparticipado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no objetivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores.

Este 6º Relatório de Execução Anual do PROCONVERGENCIA reporta a execução financeira e física e os principais trabalhos e atos de gestão e de acompanhamento praticados durante o ano de 2012, dando-se assim cumprimento às disposições previstas no artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, bem como nos Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009, de 1 de Setembro e do Regulamento (EU) nº 832/20110, de 17 de Setembro, que alteram o Anexo XVIII do Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro.

Nesse sentido, o presente relatório começa pela apresentação sintética do Programa Operacional, abordando de seguida a execução física, financeira e aspetos complementares da execução de forma detalhada e por eixo prioritário, concluindo com um conjunto de informações sobre aspetos de natureza ambiental, a assistência técnica, a comunicação, a informação e a publicidade, e ainda uma referência a conclusões e perspetivas para o ano de 2013, juntando-se no final do documento um anexo com dados e informações genéricas ao nível da regulamentação aplicável.

Alerta-se o leitor que a numeração dos eixos prioritários foi alterada no processo de reprogramação técnica do QREN, passando o primeiro eixo prioritário, “Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores”, a deter ao número de ordem 7, quando antes era naturalmente o número 1, sendo os seguintes numerados de forma sequencial até ao eixo 11 – Assistência Técnica.

Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA

Maio de 2013

Sumário Executivo

- O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional comparticipado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional, com uma dotação de 966,3 milhões de euros de fundo comunitário, a que corresponde uma despesa pública global de 1,2 mil milhões de euros.
- Em dezembro de 2012 foi aprovada uma reprogramação do programa, que não se traduziu em alteração na dotação do fundo estrutural, nem dos respetivos eixos, mas de uma melhor definição de prioridades no atual contexto externo de grande pressão sobre os beneficiários e introdução de alguma flexibilidade para acolhimento de medidas que venham a ser necessárias, incorporando algumas atualizações ao nível dos indicadores e do texto.
- A Comissão Europeia operacionalizou um mecanismo de majoração (10% da despesa pública certificada) dos pagamentos de fundo estrutural, designado de mecanismo top-up, com o objetivo de minimizar os efeitos restritivos do financiamento público nos estados membros sob programa de ajustamento financeiro.
- Pese embora um ambiente socioeconómico e financeiro pouco favorável ao investimento, em 2012 registou-se uma execução financeira (despesa efetivamente paga e devidamente validada pela autoridade de gestão) das operações aprovadas em cerca de 150,7 milhões de euros de financiamento FEDER, a que correspondeu uma despesa pública efetivamente realizada de 160,7 milhões de euros. Em termos acumulados, 2007-2012, apura-se uma execução FEDER de 626,4 milhões de euros.
- Ao nível dos compromissos assumidos com os projetos aprovados, o PROCONVERGENCIA encontra-se praticamente todo comprometido. Com um universo de 1.132 projetos aprovados, o valor do fundo estrutural comprometido ascende, em termos acumulados, a 956 milhões de euros, valor próximo dos 966,3 milhões disponíveis no programa para a totalidade do período de programação.
- A execução financeira do PROCONVERGENCIA, entre reembolsos de despesa realizada e adiantamentos aos beneficiários, proporcionou em 2012 a injeção de 168 milhões de euros na economia açoriana, mais de 653 milhões desde o inicio da execução do programa.
- No âmbito da execução do Quadro de Referência Estratégico 2007-2013 para o país, o PROCONVERGENCIA constitui-se como um dos programas operacionais com melhor desempenho, apresentando uma taxa de compromisso de 98,9%, adequada ao ponto de situação de execução do QREN (96,5%), mas uma taxa de execução financeira do fundo comunitário FEDER (65,5%) superior em mais de dez pontos percentuais em relação à média de

execução daquele fundo no QREN (55,7%). Por outro lado, as operações aprovadas no programa revelam um estado de maturidade também superior, já que no PROCONVERGENCIA cada euro de compromisso de fundo FEDER originou 0,66 euros de despesa efetivamente realizada e paga, enquanto a nível médio essa relação é de 1 para 0,58 euros.

- No primeiro eixo prioritário do programa, essencialmente dedicado às PME, os sistemas de incentivos em vigor acolheram um número significativo de projetos submetidos pelas PME, bem como é assinalável a utilização das linhas de crédito. No domínio da investigação, inovação e ainda a eficiência administrativa as operações aprovadas apresentam um ritmo satisfatório de execução. Em termos físicos, destacam-se o apoio a 523 projetos de investimento privado, as 1.457 empresas que beneficiam das linhas de crédito aprovadas, os 37 projetos de investigação apoiados e as 4 operações empresariais de I&D contratadas e 16 projetos orientados para a eficiência administrativa.
- No eixo do PROCONVERGENCIA que compreende as infraestruturas e equipamentos de educação, de formação, de inclusão social e ainda as de cultura e desporto, releva-se o grau de execução da requalificação do parque escolar regional e ainda um conjunto alargado de intervenções ao nível da inclusão social, com efeitos laterais ao nível da oferta de condições para a igualdade de oportunidades, designadamente para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Cerca de 60 operações contratualizadas no âmbito do parque escolar e de formação regional, a intervenção em 20 equipamentos culturais e 36 projetos de intervenção social são alguns dos indicadores de realização material deste eixo.
- Ao nível da coesão do território e sustentabilidade ambiental, destacam-se os 584 km de estradas intervencionadas, as 17 infraestruturas marítimas beneficiadas, os 11 planos de ordenamento apoiados, a contratação de obras em 97 km da rede de águas, e os 19 projetos de gestão de resíduos e ainda os 33 projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos.
- O eixo exclusivo das regiões ultraperiféricas, dedicado à compensação dos sobrecustos, registou um nível de absorção elevado – 99,8% de compromisso da respetiva dotação, a que corresponde uma execução de 95,4% -, tendo na componente de investimento sido aprovadas operações nos aeródromos regionais para melhoria das condições de operacionalidade e de segurança no transporte inter-ilhas e a componente funcionamento apoiado o contrato de serviço público existente.
- Ao nível da gestão e acompanhamento do programa operacional, manteve-se o normal funcionamento do sistema de gestão e controlo, tendo já sido efetuadas desde o arranque do programa 326 ações de verificação e de acompanhamento junto dos beneficiários dispersos pelas ilhas açorianas. A nível do organismo segregado de auditoria da autoridade nacional de

certificação e da Inspeção Geral de Finanças não se registou qualquer situação que perturbasse o normal desenrolar dos trabalhos.

- A Comissão de Acompanhamento conjunta do PROCONVERGENCIA e do PRO-EMPREGO reuniu em Junho de 2012, na ilha de S. Miguel, tendo sido aprovado o Relatório de Execução do Programa de 2011, analisado e discutido um ponto de situação da execução atualizado à data, e ainda a proposta de reprogramação estratégica do PROCONVERGENCIA. Em novembro realizou-se o Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridades de Gestão em que se abordaram questões transversais a toda a programação, segundo agenda proposta pela Comissão, pra além de uma reunião bilateral com a gestão do programa, onde se abordaram algumas questões particulares sobre a execução do PO.
- À data de fecho deste relatório, o nível de execução alcançado durante os primeiros meses de 2013, em conjugação com o mecanismo "top-up" e a manutenção de um ritmo regular das transferências devidas ao programa, são premissas que permitem, com alguma segurança, antever a manutenção do nível de execução do programa ou, pelo menos, não se registar uma quebra que seja digna de registo especial.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

1.1 Identificação

Designação do Programa Operacional:	**PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência**
Objetivo:	**Convergência**
Zona Elegível	**PT2 – Região Autónoma dos Açores**
Período de Programação:	**2007-2013**
Número do Programa (CCI):	**2007PT161PO006**
Decisão de Aprovação:	**C(2007) 4625 de 05-10-2007, alterada pela** **C(2011) 9670 de 15-12-2011, alterada pela** **C(2012) 9851 de 19-12-2012**

Documento:	**Relatório Anual de Execução**
Ano do relatório:	**2012**
Data de Aprovação pela Comissão de Acompanhamento:	**30 de maio de 2013**

1.2 Enquadramento

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional comparticipado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objetivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O PROCONVERGENCIA sintetiza as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

O programa foi aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2007) 4625 de 5 de outubro de 2007.

Em 2011, decorrente de alterações socioeconómicas significativas, foi proposto uma reprogramação técnica, como resposta a uma conjuntura de crise económica e financeira, perante a qual se acentua a relevância da capacidade para estimular o investimento e a atividade económica, salvaguardando a natureza da programação prevista enquanto instrumento estrutural.

Através da Decisão da Comissão Europeia C(2011) 9670 de 15-12-2011, foi aprovada a reprogramação técnica do PO PROCONVERGENCIA, no contexto do exercício de revisão dos programas operacionais comparticipados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão e que integram o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

As alterações resumem-se a um modelo mais simplificado da estrutura de programação, fusão de 2 eixos prioritários complementares, conservando porém a compreensibilidade e a transparência na afetação dos recursos financeiros, através da manutenção do número de objetivos específicos, e ainda alguma afinação de prioridades internas no investimento público.

No seguimento da reprogramação (reprogramação técnica) foi desencadeado no primeiro semestre de 2012 um processo mais abrangente de revisão do atual período de programação designado de reprogramação estratégica do QREN.

No quadro das novas alterações propostas para a reprogramação dos PO do QREN, observa-se que no PROCONVERGENCIA, algumas das medidas já estavam previstas e aplicadas, pelo que a sua revisão não se traduziu em qualquer reforço /diminuição da dotação do programa e dos respetivos eixos prioritários, ou qualquer transição de operações entre eixos e/ou entre programas. Tratou-se de uma melhor definição de prioridades no contexto da operacionalização da programação atual, física e financeira, num contexto externo difícil e de grande pressão sobre os beneficiários do Programa, bem como introduzir alguma flexibilidade para acolhimento de medidas que venham a ser necessárias, incorporando alterações do descritivo do programa e afinação de indicadores e respetivas métricas.

Em sede da 6ª Comissão de Acompanhamento, realizada a 21 de junho, foi apresentada a proposta de reprogramação do PROCONVERGENCIA, tendo-se a 10 de julho promovido a consulta escrita à Comissão de Acompanhamento para aprovação da proposta de reprogramação, a qual foi formalmente submetida aos serviços da Comissão Europeia a 17 de julho. Na sequência da análise e observações apresentadas pelos serviços comunitários, procedeu-se à sua revisão tendo-se enviado ao IFDR a versão final a 17 de setembro. Na sequência da submissão da versão final a 21 de setembro, através da aplicação SFC2007, foi confirmada pela CE a aprovação da reprogramação estratégica do PROCONVERGENCIA, Decisão C (2012) 9851, de 19 de dezembro.

As principais linhas de orientação estratégica do PROCONVERGENCIA, resultantes das prioridades definidas e dos respetivos objetivos gerais são as a seguir sintetizadas:

	Quadro 1.1 - PROCONVERGENCIA – Grandes Linhas de Orientação Estratégica					
Desígnio Comunitário	PROMOVER A CONVERGÊNCIA REAL					
Prioridade estratégica	Fomento de uma Atividade Económica Dinâmica e Competitiva		Elevação do Nível de Educação e Qualificação da População	Coesão Territorial e Sustentabilidade		Minimização dos Efeitos da Ultraperifericidade
Objetivo Geral	FOMENTAR E FACILITAR A ATIVIDADE EMPRESARIAL	ALICERÇAR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	EDUCAR, FORMAR E INTEGRAR OS RECURSOS HUMANOS	MELHORAR AS ACESSIBILIDA-DES INTRA E INTER-ILHAS	PROMOVER A SUSTENTABILI-DADE AMBIENTAL	COMPENSAR OS CUSTOS COM A DUPLA INSULARIDADE

Os objetivos gerais e específicos de cada um dos Eixos e Domínios de intervenção são os seguintes:

EPVII- Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores (ex-eixo I)

- OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial

  Compreende sistemas de incentivos, com apoios nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, de sectores estratégicos, da competitividade, da eficiência energética, entre outros domínios.
- OE 7.2 - Dinamizar as redes de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas

  Abrange a construção e equipamento de laboratórios, centros de distribuição, infraestruturas turísticas, campanhas de promoção, marketing, certificação, promoção da qualidade.
- OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região

  Integra as infraestruturas e reequipamento científico, atividades de I&D; divulgação científica; ensino experimental das ciências, entre outras áreas de intervenção.
- OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial

  Parcerias entre instituições científicas e empresas, transferência tecnológica; investigação aplicada.
- OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs

  Projetos abrangendo o equipamento em TIC, infraestruturas; conteúdos multimédia, apoio a espaços TIC; novos produtos e serviços, portais, digitalização de arquivos.
- OE 7.6 - Melhorar a eficiência administrativa

  Qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos e às empresas; Desmaterialização de processos; Criação de infraestruturas tecnológicas, de comunicação e de sistemas de informação na administração pública.

EP VIII- Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana (ex-eixo II)

- OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares

  Construção, remodelação, ampliação e modernização dos estabelecimentos de ensino. Aquisição de equipamento.
- OE 8.2 - Valorizar o património cultural

  Construção, remodelação, ampliação e modernização de equipamentos culturais. Inventariação do Património. Divulgação, Aquisição de equipamentos.
- OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação locais

  Construção, remodelação, ampliação, equipamento e modernização de equipamentos desportivos e de animação local.
- OE 8.4 - Modernizar equipamentos de saúde

  Construção, remodelação, ampliação e equipamento de unidades de saúde. Modernização tecnológica dos estabelecimentos.
- OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social

  Construção, remodelação, ampliação e equipamento de unidades de atividades ocupacionais, integração dos imigrantes, repatriados.

EP IX – Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade (ex-eixos III e IV)

- OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas

  Construção, beneficiação e modernização das redes viárias regional e municipal. Estacionamento, obras de arte, muros, correção de traçados, alargamento de faixas. Ampliação, modernização das infraestruturas portuárias comerciais e de pesca, incluindo a intervenção em cais, molhe, parques e terminais portuários.

- OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas

  Equipamentos de segurança rodoviária, de sinalização, de gestão automática de tráfegos, de carga e descarga, de apoio à operação no mar, introdução de novas tecnologias de gestão dos sistemas, estudos, diagnósticos, planos diretores, de mobilidade.

- OE 9.3 - Ordenar o território

  Planos de ordenamento do território, da orla costeira, das bacias hidrográficas, gestão do ambiente urbano, produção cartográfica de base digital.

- OE 9.4 - Aumentar a cobertura das redes de infraestruturas ambientais

  Infraestruturas e equipamentos de abastecimento de água, de recolha tratamento e destino final de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos. Estudos, campanhas.

- OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental

  Centros de interpretação, de educação ambiental, valorização das áreas classificadas, construção e equipamento de infraestruturas ambientais, aquisição de equipamentos e instrumentos específicos, campanhas de educação ambiental, estudos e projetos que visem ampliar o conhecimento sobre o património ambiental.

- OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Elaboração de estudos, de planos, sensibilização da população para a temática, monitorização dos riscos, construção beneficiação dos quartéis de bombeiros, aquisição de equipamento.

EP X- Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade (ex-eixo V)

- OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago

  Compensação: sobrecusto no serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, do sobrecusto com o transporte de doentes e do sobrecusto com o transporte de resíduos.

- OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago

  Modernização, qualificação e equipamento de aerogares. Realização de obras nas pistas. Aquisição de equipamento de placa.

EP XI- Assistência Técnica (ex-eixo VI)

- Comparticipação de despesas relativas à gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa.

Beneficiários

O leque de beneficiários finais é amplo, desde as empresas privadas que concorrem aos sistemas de incentivos ao investimento, até aos departamentos do governo regional, autarquias locais, institutos públicos, sector empresarial público, associações sem fim lucrativo, universidade, ONGs, entre outras.

Financiamento

Em termos financeiros o PROCONVERGENCIA mantem a dotação do fundo estrutural FEDER de 966,3 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública total de cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Com efeito, não foi alterado o nível das taxas de cofinanciamento, as quais já se encontravam desde o arranque do programa no patamar mais elevado, nem de transferências financeiras entre eixos com significado, à exceção da transferência entre o eixo prioritário VII (anterior eixo I) e o eixo prioritário VIII (anterior eixo II) concretizada em sede de reprogramação técnica.

Quadro 1.2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Cofinanciamento (Euros)								
EIXOS PRIORITÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Cofinan-ciamento	Contri-buição do BEI	Outros Financia-mentos
			Financiamento Público Nacional	Financia-mento Privado Nacional				
	(a)	(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)
Eixo Prioritário VII - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	304.444.353	53.725.474	53.725.474		358.169.827	85,00%		100.000.000
Eixo Prioritário VIII - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	273.781.483	48.314.380	48.314.380		322.095.863	85,00%		
Eixo Prioritário IX – Coesão Territorial e Sustentabilidade	318.522.380	56.209.832	56.209.832		374.732.212	85,00%		
Eixo Prioritário X – Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.600.833	65.600.833	65.600.833		131.201.666	50,00%		
Eixo Prioritário XI - Assistência Técnica do Programa	4.000.000	705.882	705.882		4.705.882	85,00%		
TOTAL	**966.349.049**	**224.556.401**	**224.556.401**		**1.190.905.450**	**81,14%**		**100.000.000**

Quadro institucional

O modelo institucional do PROCONVERGENCIA segue o proposto na Regulamentação Comunitária e compreende os seguintes órgãos:

Autoridade de Gestão

O Governo dos Açores através da Resolução do Conselho de Governo nº112/2007, de 17 de Outubro, designou a Direção Regional de Estudos e Planeamento, atual Direção do Planeamento e Fundos Estruturais, como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, devendo assegurar o exercício das competências definidas pelos regulamentos comunitários para as Autoridades de Gestão, receber a orientação política do órgão de direção política do PO e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, designadamente no que respeita a realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN de auditoria e controlo e de certificação.

A autoridade de gestão, através de contratos de delegação de competências, associou organismos regionais especializados em gestão e acompanhamento da aplicação de sistemas de incentivos ao investimento privado de base regional.

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA apoia-se num secretariado técnico estruturado em unidades operacionais, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e comunicação. Acresce ainda funções de Apoio Geral que serão exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da direção regional, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e atualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a atualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da Região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução nº 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

Autoridade de Certificação

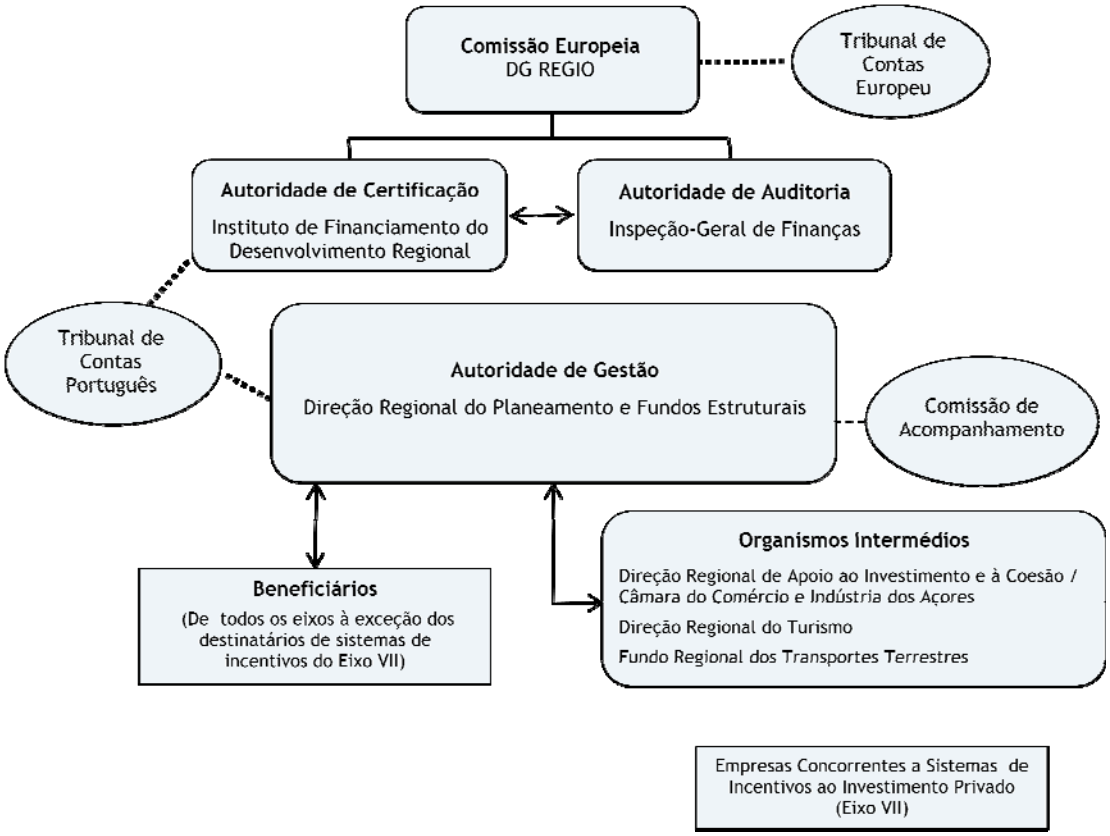
A nível nacional e na aceção do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as funções de autoridade de certificação é exercida pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP) no que respeita ao FEDER e FC.

Autoridade de Auditoria

Finalmente, ainda no domínio do estado membro, na sequência dos períodos de programação anteriores e no quadro do Artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, as funções de autoridade de Auditoria são exercidas pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

Em termos esquemáticos a arquitetura do sistema de gestão e controlo é a seguinte:

Figura nº 1.1 – Modelo de Gestão



2. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PROCONVERGENCIA

2.0 Evolução da Envolvente Económica

Atividade Económica

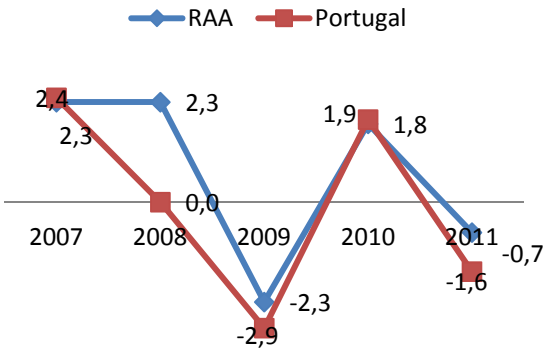
A informação e os dados disponíveis de natureza macroeconómica sobre a evolução da envolvente à execução do programa têm um gap temporal significativo relativamente ao período anual a que corresponde este relatório.

Face à volatilidade atual da conjuntura económica, este facto dificulta a melhor análise e compreensão da situação, como será o caso de indicadores como a evolução do investimento (fbcf), ou do rendimento primário e disponível das famílias, entre outros disponibilizados pelo sistema estatístico oficial, cuja regionalização dos dados não é actual.

Deste modo recorremos aos indicadores mais recentes e a outros de natureza simples, mas que refletem aspetos da vida económica, e que além disso poderão ser utilizados na construção de indicadores sintéticos.

Não se dispondo de informação infra-anual e sendo o dado mais recente do apuramento do PIB reportado ao ano de 2011, observa-se na figura seguinte que a evolução do crescimento económico na Região, durante este período de programação, não foi muito diverso nem apresenta de forma continuada sinal contrário ao que se verifica na generalidade do território nacional.

Gráfico 2.1 - Taxas de Variação Real do PIB
(%)



Quadro 2.1 - Produto Interno Bruto a preços de mercado Unid.: Milhões de Euros			
Ano	Açores (MEUROS)	Portugal (MEUROS)	Açores / Portugal (%)
2007	3.549	169.319	2,096
2008	3.689	171.983	2,145
2009	3.650	168.504	2,166
2010	3.743	172.835	2,166
2011p	3.701	171.040	2,163

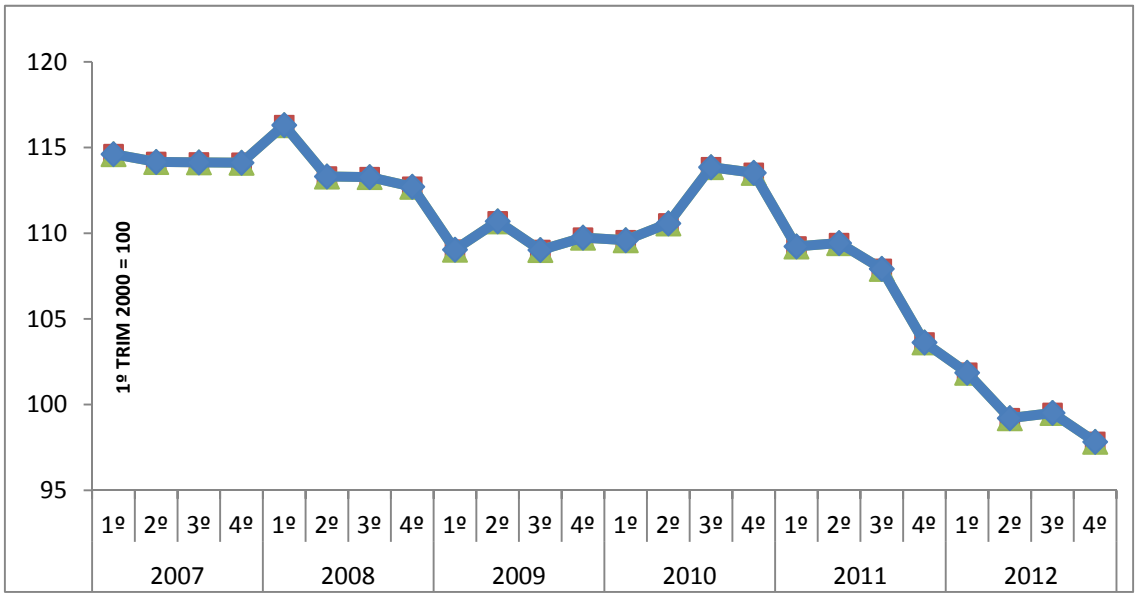
P - Resultados preliminares.
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Porém, o processo de ajustamento financeiro em curso no país, a sua evolução e a intensidade das medidas tomadas têm tido uma repercussão na conjuntura económica e social, que o gap da informação macro via sistema oficial de estatística não permite avaliar corretamente, descontando as questões de emprego em que existe informação atualizada.

Considerando um conjunto de indicadores simples, de periodicidade trimestral, (consumo de cimento, vendas de eletricidade, movimento nos aeroportos, vendas de veículos, produção de lacticínios, taxa de emprego, entre outros) em que são conhecidos os respetivos valores, e após correção do efeito da sazonalidade e da normalização das variações, é possível detetar o movimento da conjuntura através da construção de um indicador sintético sobre a evolução da atividade económica dos Açores (gráfico 2.2).

Verifica-se que desde meados do ano de 2010 o nível de atividade económica da Região tem decrescido em volume, acompanhando a evolução nacional, mantendo essa tendência durante o ano de 2012, num **ambiente que se pode caraterizar de recessão**, face ao número de períodos consecutivos de quebra de produção interna.

Gráfico 2.2 – Evolução da Conjuntura Económica



Fonte: Autoridade de Gestão - DRPFE

Alguma resiliência a esta quebra continuada vem do lado do setor primário, concretamente a produção de leite e de lacticínios, onde se observa, inclusiva e pontualmente, alguns aumentos de produção.

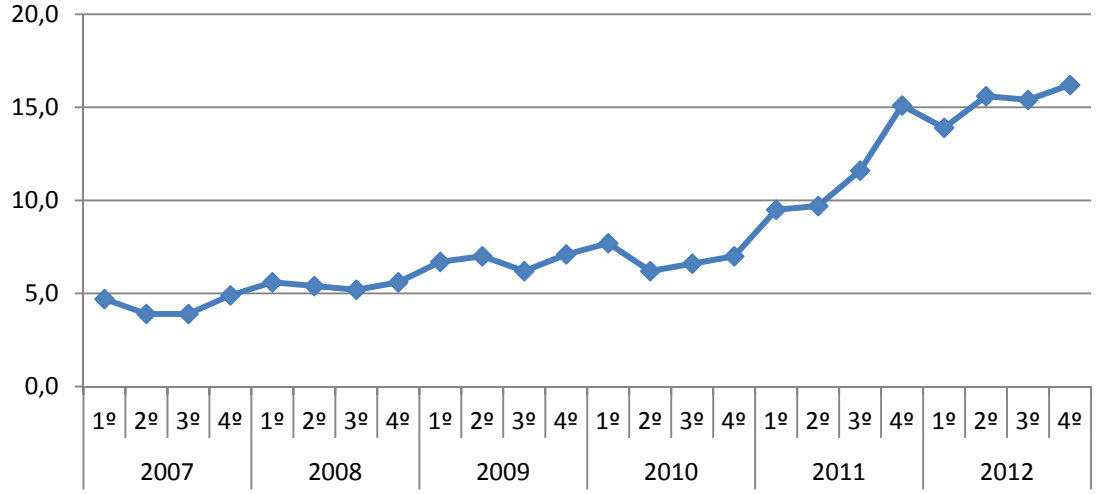
É com esta envolvente económica às empresas, com quebras de procura e consequente diminuição de proveitos, e também ao setor público, com restrições financeiras muito fortes na elaboração e execução dos seus orçamentos, que se desenrolou a execução do PROCONVERGENCIA em 2012.

O Emprego

A conjuntura económica e financeira que se viveu nos Açores durante 2012 teve naturalmente um **impacte muito forte no mercado de trabalho**. Se durante os primeiros trimestres do período de recessão económica as empresas tentaram manter os seus quadros de pessoal, numa expetativa de inversão do ciclo económico, em 2012 verifica-se a "libertação" de mão-de-obra, como consequência no processo de ajustamento a que estas unidades tiveram, e ainda estão, a fazer.

Durante o período de vigência do atual período de programação, entre o primeiro trimestre de 2007 e os últimos meses do ano de 2012 a taxa de desemprego mais que triplicou, registando-se níveis de desemprego históricos.

Gráfico 2.3 – Taxa de Desemprego (%)



Em 2012, o volume de emprego (número médio de população ativa empregada) de 102,2 milhares de pessoas representa uma variação de -4,2% em relação ao ano anterior.

A redução do número de postos de trabalho implicou mais situações na condição de **desemprego**, cujo volume médio atingiu 18,4 milhares de pessoas, a traduzir-se **numa taxa média anual de 15,3%.**

As taxas de atividade que vinham revelando uma certa linha de progressividade, particularmente a feminina, registaram valores indiciadores de alguma saturação ou mesmo retração.

Quadro 2.2 - Condição da População Perante o Trabalho				
				Nº Indivíduos
	2009	2010	2011*	2012*
População Ativa	120 290	118 424	120 591	120.640
Empregada	112 171	110 286	106 743	102.221
Desempregada	8 118	8 139	13 848	18.419
População Inativa	124 904	127 505	125 504	125.823
Tx. de Atividade (%)	49,1	48,2	49,0	48,9
Tx. de Atividade Feminina (%)	39,7	38,8	41,1	40,5
Tx. de Desemprego (%)	6,7	6,9	11,5	15,3

*Nova série.
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A redução no volume de emprego atingiu de forma mais expressiva atividades do setor secundário, particularmente as associadas a obras públicas e construção civil.

Atividades do setor terciário, nomeadamente entre as mais associáveis a atividades mercantis, também foram atingidas em termos absolutos. Todavia, porque o grau de incidência foi proporcionalmente menor, o setor terciário no seu conjunto passou a representar 69,8% do emprego em 2012, enquanto no ano anterior representara 67,4%.

Quadro 2.3 - População Ativa Empregada, por Sectores de Atividade				
				%
	2009	2010	2011*	2012*
Sector Primário	12,7	11,3	12,7	14,3
Sector Secundário	24,4	23,8	19,9	15,9
Sector Terciário	62,9	64,9	67,4	69,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

*Nova série
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA

2.1.1 A Execução Material

O método

Apresenta-se a análise global do desempenho da realização física do Programa com o recurso aos designados Indicadores Comuns Comunitários (core indicators).

Na terminologia do quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009, essa aferição incide sobre a realização contratada, a realização executada e as respetivas comparações com as metas para 2015.

As realizações do indicador são expressas cumulativamente e referem-se aos níveis de execução alcançados no final do período de relatório, salvo nos indicadores "nº de projetos ..." para os quais se adota a informação relativa aos valores contratados.

As execuções respeitam à informação associada às operações finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos utilizadores, independentemente da execução financeira e da existência de projetos por concluir na mesma operação.

A medida das realizações do programa por área temática encontra reflexo em 25 indicadores comuns comunitários, um dos quais, discriminado por género.

A análise

Conforme é proposto na regulamentação comunitária, a primeira aferição do desempenho do programa inicia-se com a abordagem ao **emprego criado** pela execução dos projetos aprovados

Com exclusão das área temáticas "Investigação & Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)", "Ajudas diretas ao investimento nas PME" e "Turismo", cuja análise de progressos é também avaliada pelo contributo específico sobre o emprego, o indicador "Empregos criados", indicador transversal ao programa, apresenta **um valor de execução de 111 empregos, dos quais 58 homens e 53 mulheres**.

Mantem-se assim um desvio entre os valores do emprego criados com as operações finalizadas (realização executada) e a previsão sobre o nº de empregos a criar no âmbito das operações contratadas (1.293), devendo-se ao baixo número de intervenções finalizadas e/ou a ajustamentos por estimativas sobrevalorizadas, neste último caso por não incorporarem a evolução rápida da conjuntura económica.

Os níveis de desempenho são substancialmente melhores quando se avalia a realização contratada do indicador, que regista um grau de aproximação à meta para 2015 de 76% (1.293/1700).

No âmbito da área temática **Investigação e desenvolvimento tecnológico,** haverá a salientar que o PROCONVERGENCIA apoia os projetos que se enquadram num instrumento de política pública - programa para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, nas medidas que concernem o apoio à investigação e o apoio a projetos de I&D de contexto empresarial.

O indicador "N.º de projetos de I&DT" apresenta uma taxa de realização-contratada de 89%. Os valores de execução aumentaram de 15 em 2011 para 35 em 2012.

O indicador "N.º de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação" atingiu o valor de 6 projetos contratados, metade do valor da meta, havendo a registar um projeto concluído.

No domínio das **Ajudas diretas ao investimento nas PME,** que no programa se inserem maioritariamente num sistema de fomento ao investimento privado com várias linhas de apoio, com acento específico dos incentivos em razão do mérito dos projetos apresentados, seja em termos de inserção em setor prioritário, ou que contenham elementos de diferenciação em termos de produto, que incorpore fatores de competitividade.

O comportamento dos indicadores "Empregos criados" e "Investimento total induzido" é bastante positivo, quando compara os valores contratados com as metas (taxas de 75% e 89%, respetivamente), que se traduz previsivelmente na criação de 1.200 empregos e num volume de investimento induzido de 294 milhões de euros, valores bem significativos, para mais no atual período.

Na área temática da **Sociedade da informação** é proposto apenas um indicador para aferição da execução material – número de projetos. Neste particular, este indicador revela um número total de 31 projetos contratados (taxa de realização de 89%), dos quais 14 com realização/executada. Os projetos aqui considerados cumprem naturalmente as regras de elgibilidade constantes no programa, bem como do já citado plano regional para a ciência e tecnologia, instrumento de política pública que considera num dos seus eixos as tecnologias de informação e comunicação.

A área temática dos **Transportes** revela um desempenho francamente positivo. A temática dos transportes nos Açores é sempre um tema prioritário face aos condicionalismos próprios do território regional.

Os 3 core indicators associados aos transportes terrestres apresentam valores contratados que superam os valores das metas. Constata-se um total de 144 projetos contratados (meta de 135), que se traduz em 25 km de novas estradas (iguala a meta) e 559 km de estradas requalificadas/reabilitadas (metas de 450km).

As taxas de realização executadas de todos os indicadores têm graus de aproximação às metas bastante favoráveis, acima dos 84%.

A realização física da área temática **do Ambiente** é avaliada com recurso a 3 indicadores. Registam-se valores positivos na aferição da execução material dos projetos aprovados. A evolução da realização-contratada dos indicadores "Acréscimo de população servida pelos sistemas de

abastecimento de água" e "Acréscimo de população servida pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais" tem sido significativamente crescente, superando as metas revistas de 90.000 e de 23.000, respetivamente. O indicador "Nº de projetos de resíduos sólidos" apresenta uma taxa de 76 % na realização-contratada (19/25) e de 48% na realização-executada (12/25).

Na área temática **Prevenção de riscos** o indicador "Nº de projetos" apresenta um valor contratado que quase alcança o valor da meta (28 contra 30). A taxa de execução ronda os 57% quando compara com a meta.

Os projetos contratados perspetivam um "total da população que beneficia das medidas de prevenção de riscos (incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações) " de 150 mil habitantes, o que revela um grau de aproximação à meta de 79%.

O sistema de indicadores proposto pela regulamentação contempla um domínio específico da produção económica – **Turismo**. Propõem 2 indicadores, "Nº de projetos" e "Nº de empregos criados". Em relação ao primeiro mantem praticamente inalterável o valor contratado verificado em 2011 (passou de 128 para 129), que equivale a 64% da meta. Entram no cálculo deste indicador os projetos aprovados no âmbito do Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo (Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2007/A). O indicador "Nº de empregos criados", enquanto reflexo daquele indicador, aponta para uma meta de 500, sendo que os projetos já contratados incorporam uma previsão de 347 empregos a criar, cerca de 69% do valor da meta. Os valores de execução dos citados indicadores obtidos através dos projetos finalizados equivale a, 24% e 7% do valor da meta, respetivamente.

Na área temática da **Educação**, o indicador "Nº de projetos" atingiu um valor de contratação, praticamente igual ao da meta (54 contra 55). Os valores de execução têm vindo sempre a aumentar, sendo de 36 no final de 2012. Os projetos contratados estimam um total de 14.963 "Alunos que beneficiam com as intervenções", superando o valor revisto da meta de 13.000. A taxa de execução deste indicador é de 79%.

O desempenho da realização física da área temática da **Saúde** tem revelado uma evolução francamente positiva, como é demonstrado pelo comportamento do único indicador "Nº de projetos", que passou de 5 realizações contatadas em 2010 para 12 em 2012, igualando o valor da meta. A taxa de execução é de 67%.

O indicador "Nº de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades", representativo da área temática da **Reabilitação urbana**, não apresenta valores de contratação. Esta área temática foi objeto de inscrição e respetiva dotação financeira aquando da última reprogramação do programa, embora se perspetive uma procura potencial no futuro período de programação.

Verifica-se a contratação de 89 projetos na área temática da **Competitividade das cidades**, avaliada pelo indicador "Projetos que visam estimular a atividade empresarial regional, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias", aproximando-se do valor da meta revista (95). Tem sido uma das áreas temáticas que tem revelado maior nível de procura por parte dos beneficiários, sobretudo exteriores à administração pública. Encontra correspondência na prioridade de investimento do Objetivo específico 7.2, do Eixo prioritário VII. A realização executada apresenta um grau de aproximação à meta de 48%.

Finalmente, a área temática da **Inclusão social** tem apresentada uma procura crescente, revelada pelo indicador "Nº de projetos", que passou de uma realização contratada de 27 em 2009 para 90 em 2012, superando já o valor da meta. Numa ação prospetiva e de resposta à crise atual este domínio de intervenção tem sido devidamente dotados de algumas infra-estruturas e equipamentos que se complementam com as políticas e os apoios de combate à exclusão social.

Quadro 2.4 – Realização Física

Indicadores	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Emprego Criado	1. Empregos criados	Realização - Contratada			862	1.181	1.181	1.293		1.293
		Realização - Executada					76	111		111
		Metas							1.700	1.700
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					43	58		58
		Metas								
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					33	53		53
		Metas								
Investiga-ção e Desenvolvi-mento Tecnológico	4. N.º projetos de I&DT	Realização - Contratada			7	37	55	58		58
		Realização - Executada				12	15	35		35
		Metas							65	65
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Realização - Contratada			2	4	7	6		6
		Realização - Executada						1		1
		Metas							12	12
	6. Empregos na investigação criados	Realização - Contratada			4	4	4	4		4
		Realização - Executada								
		Metas							10	10
Ajudas diretas ao investimen-to nas PME	7. N.º de projetos	Realização - Contratada			230	374	479	534		534
		Realização - Executada			5	31	86	179		179
		Metas							750	750
	8. dos quais: n.º de star-ups apoiadas	Realização - Contratada			55	95	125	156		156
		Realização - Executada				3	15	33		33
		Metas							200	200
	9. Empregos criados	Realização - Contratada			769	1.088	1.088	1.200		1.200
		Realização - Executada					76	111		111
		Metas							1.600	1.600
	10. Investimento	Realização - Contratada			174,1	204,6	270,7	294,1		294,1

Quadro 2.4 – Realização Física										
Indicadores	**Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)**		**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2015**	**Total**
	total induzido (em milhões de euros)	Realização - Executada			1,4	71,2	107,5	140,8		140,8
		Metas							330	330
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Realização - Contratada			9	21	27	31		31
		Realização - Executada				3	11	14		14
		Metas							35	35
	12. Acréscimo de população com acesso à banda largar	Realização - Contratada						25.000		25.000
		Realização - Executada								
		Metas							25.000	25.000
Transportes	13. N.º de projetos	Realização - Contratada		37	62	89	114	144		144
		Realização - Executada			40	60	85	113		113
		Metas							135	135
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - Contratada		1	9	12,42	23,42	25,02		25,02
		Realização - Executada			2	2,38	11,12	23,22		23,22
		Metas							25	25
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		68	249	337,42	409,01	558,55		558,55
		Realização - Executada			155	263,42	324,56	390,53		390,53
		Metas							450	450
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água	Realização - Contratada		33.500	45.121	53.740	88.596	92.323		92.323
		Realização - Executada			33.500	34.953	43.508	86.421		86.421
		Metas							90.000	90.000
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada			9.293	10.816	21.645	24.037		24.037
		Realização - Executada				6.171	15.526	18.523		18.523
		Metas							23.000	23.000
	27. N.º de projetos de resíduos sólidos	Realização - Contratada			2	5	15	19		19
		Realização - Executada			1	2	7	12		12
		Metas							25	25
Prevenção de Riscos	31. N.º de Projetos	Realização - Contratada		1	4	13	24	28		28
		Realização - Executada			2	5	13	17		17
		Metas							30	30
	33. População que beneficia de medidas contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização - Contratada		149.929	149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Realização - Executada			149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Metas							190.000	190.000
Turismo	34. N.º de Projetos	Realização - Contratada			58	120	128	129		129
		Realização - Executada			1	3	20	47		47
		Metas							200	200
	35. N.º de empregos criados (em equivalente a tempo inteiro)	Realização - Contratada			139	331	349	347		347
		Realização - Executada					16	34		34
		Metas							500	500
Educação	36. N.º de Projetos	Realização - Contratada		9	24	32	40	54		54
		Realização - Executada			7	20	27	36		36
		Metas							55	55
	37. N.º de alunos que	Realização - Contratada		3.500	7.364	8.733	11.838	14.963		14.963

Quadro 2.4 – Realização Física										
Indicadores	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
	beneficiam das intervenções	Realização - Executada			3.500	5.405	7.586	10.275		10.275
		Metas							13.000	13.000
Saúde	38. N.º de projetos	Realização - Contratada				5	8	12		12
		Realização - Executada				1	7	8		8
		Metas							12	12
Reabilitação Urbana	39. N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização - Contratada								
		Realização - Executada								
		Metas							5	5
Competitividade das Cidades	40. N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias	Realização - Contratada		11	25	53	71	89		89
		Realização - Executada			6	16	28	46		46
		Metas							95	95
Inclusão Social	41. N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e inclusão social	Realização - Contratada		1	27	41	61	90		90
		Realização - Executada			9	23	34	58		58
		Metas							85	85

Ainda neste capítulo relativo à execução material do PROCONVERGENCIA há um conjunto de indicadores, estes designados de "**Indicadores Comuns Nacionais",** cuja listagem e respetiva expressão numérica se encontra no anexo I deste relatório anual.

Esta proposta nacional de indicadores encontra-se estruturada em "agendas", conforme se aborde as questões da competitividade das empresas, ou da valorização do território ou ainda do potencial humano.

Sem prejuízo de uma consulta à tabela constante do anexo I, indicam-se alguns dados quantificados sobre a execução do programa, agora nesta perspetiva. Assim,

Agenda Fatores de Competitividade

Realização,

O indicador "Empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento" totalizam 490 contratadas, mais 59 que em 2011, das quais 94 são empresas dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia e 156 dizem respeito a novas empresas start-up apoiadas, em que 40 são novas empresas/start up dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Os "apoios às empresas beneficiárias dos sistemas de incentivos" traduziram-se num investimento total contratado de 258,3 milhões de euros (234,4 milhões de euros de investimento elegível), dos quais 6,3 milhões de euros se destinaram a investimento em I&DT.

Não obstante alguns ajustamentos realizados, por via de reprogramações em baixa nos valores de aprovação das respetivas operações, é ainda relevante o desempenho do indicador "Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira", fundamentalmente proporcionadas pelos apoios previstos nas linhas de crédito criadas, cuja realização contratada totaliza 1.457 PME.

Por outro lado, o indicador "Investimento total em projetos de cooperação empresas-instituições de investigação" mantem idêntico nível de realização contratada, 24,7 milhões de euros, sendo que os valores de execução associados aos projetos finalizados correspondem a 9,2 milhões de euros.

A análise de outros indicadores pertencentes à agenda "Fatores de competitividade" permite constatar que se encontram contratados 16.000m2 de área infraestruturada em parques de C&T, 4.900m2 de área infraestruturada para incubadoras de empresas e 3.800m2 em área infraestruturada para acolhimento empresarial.

No âmbito da modernização e eficiência administrativa, as intervenções aprovadas no âmbito da operação "Rede de Informação de Apoio ao Cidadão (RIAC)" alargaram a oferta aos utilizadores de 20 lojas cidadão/centros multisserviço e balcões únicos novos e/ou remodelados, abrangendo uma população servida de cerca de 184.690 habitantes (resultado).

São ainda relevantes as operações relativas à desmaterialização de processos, medidas de simplificação e modernização da administração pública regional, em grande parte apoiada na introdução das novas TIC. A realização contratada revela a criação de 22 serviços on-line, orientadas para empresas e disponibilizados por entidades públicas (resultado).

Resultados

- O VAB gerado pelas empresas apoiadas na situação pós-projeto, situa-se nos 322 milhões de euros de realização contratada, o que corresponde a mais 103 milhões de euros que o VAB gerado pelas empresas apoiadas na situação pré-projeto;
- O VAB gerado pós-projeto pelas empresas apoiadas pertencentes a sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia perfaz um valor contratado de 23 milhões de euros, mais 18 milhões de euros que o VAB gerado por aquelas empresas em situação pré-projecto;
- O valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, na situação pós-projeto, apresenta um valor contratado de 1.183 milhões de euros, mais 215 milhões de euros que o valor das vendas daquelas empresas em situação pré-projeto;

Agenda Valorização do Território

Realização

- Um total de 584 km de rede viária construída/remodelada (mais 152km que no final de 2011), sendo que 414 km representa o valor executado;
- Um total de 72 km de rede de abastecimento de água nos sistemas em baixa e alta (nova e remodelada), dos quais 47 km corresponde a valor de execução;
- Um total de 20 km de coletores de drenagem de águas residuais intervencionados, dos quais 14 km corresponde a valor de execução;
- Realização de 1 ação de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos (realização), com a cobertura de uma população de cerca de 36.000 habitantes (resultado);
- Contratação de 33 operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados (100% de execução);
- Contratação de 9 projetos no domínio do combate à erosão e defesa do litoral e de recuperação do passivo ambiental (grau de execução de 67%);
- Contratação de 19 projetos no domínio da prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (grau de execução de 48%);
- Quantidade de RUB valorizada organicamente, 335ton/ano de execução.

Resultados

- População abrangida pelas ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos, cerca de 36.000 habitantes;
- Área abrangida pela gestão ativa de espaços protegidos e classificados, 515 hectares;
- População abrangida por planos de emergência de proteção civil, cerca de 15.000 habitantes
- Contratados 36 equipamentos sociais, abrangendo um população servida de 2.309 utilizadores (graus de execução dos indicadores é de 61% e 64%, respetivamente);
- Contratados 37 equipamentos desportivos, abrangendo um população servida de 27.710 habitantes (graus de execução dos indicadores é de 54% e 46% respetivamente);
- Contratados 20 equipamentos culturais, abrangendo um população servida de 195.200 habitantes (graus de execução dos indicadores é de 70% e 66% respetivamente);
- Contratados 15 equipamentos de saúde, abrangendo um população servida de 240.619 habitantes (graus de execução dos indicadores é de 93% e 91%, respetivamente).
- Variação de 5,2% na taxa de desvio de RUB para aterro;
- Grau de cobertura do território pelos planos de emergência contratados, 7,4%.

Agenda Potencial Humano

Realização

- Rede de Centros Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar (46);
- Escolas do 2º e 3ºciclos do ensino básico (2);
- Escolas do ensino secundário (5);
- Escolas de ensino universitário (2);
- Centros de formação profissional (5).

Resultados

Estas intervenções contratadas abrangem um total de 14.963 alunos (9.120 do 1º ciclo e do pré-escolar, 1.125 do 2º e 3º ciclos, 2.448 do ensino secundário, 817 do ensino universitário e 1.453 formandos do ensino profissional).

Em termos de valores de execução, 67% das intervenções contratadas estão finalizadas/em condições de serem utilizadas, correspondendo a 10.275 alunos beneficiados.

2.1.2 A Execução Financeira do PROCONVERGENCIA

A execução financeira do Programa atingiu no final de 2012 um total de 763,3 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde um FEDER de 626,4 milhões de euros, dos quais 19,3 milhões de euros de execução derivados do mecanismo top-up.

Globalmente o Programa apresenta uma **taxa de execução de 64,8%** (valor executado versus valor programado), correspondendo a mais 15,6 pontos percentuais que o verificado no ano de 2011.

Se considerar que um ano de execução normal de um programa do QREN, corresponde a 1/7 do período de programação, ou seja, pouco mais de 14% da dotação, a taxa de execução apurada (15,6%) ultrapassa este valor, a indiciar uma execução financeira do programa bem positiva.

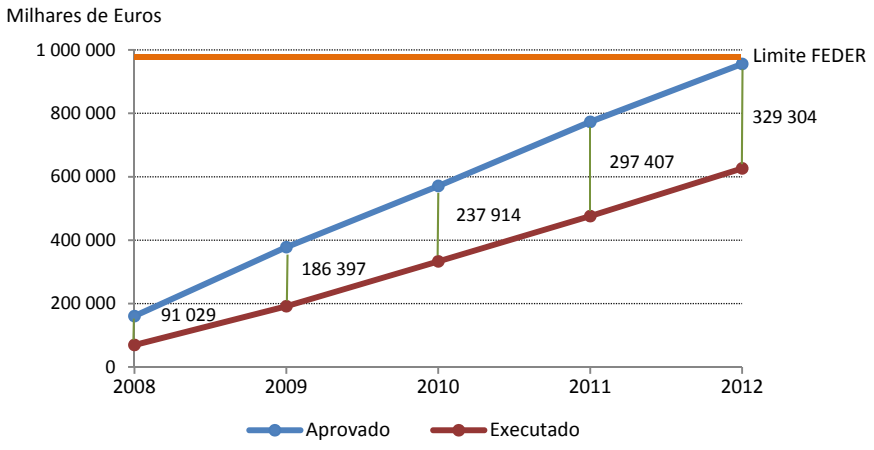
Até 31 de dezembro de 2012, em termos acumulados, regista-se um total de **1.132 operações aprovadas** (mais 176 que o verificado no final de 2011), correspondendo a um **custo total aprovado de 1,287 mil milhões de euros**, a uma **despesa pública de 1,153 mil milhões de euros** e a uma **participação comunitária de 955,7 milhões de euros**.

A taxa de compromisso global (relação entre o valor aprovado e o valor programado) avaliada em termos do Fundo **é de 98,9%** (80% em 2011). A aplicação do mecanismo top-up à execução de 2012 teve repercussão automática de igual mensuração no nível das aprovações.

Quadro 2.5 – Execução Financeira por Eixo									
	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso **(AP/PR)**	Taxa de exe-cução **(EX/PR)**	Taxa de reali-zação **(EX/AP)**
TOTAL	1.190.905.450	966.349.049	1.152.881.619,47	955.729.798	763.293.207,49	626.426.231	98,9%	64,8%	65,5%
EP VII Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	358.169.827	304.444.353	364.110.074,18	315.622.631	176.816.158,33	156.257.802	103,7%	51,3%	49,5%
EP VIII Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	322.095.863	273.781.483	304.545.830,39	264.036.565	197.008.995,19	172.630.256	96,4%	63,1%	65,4%
EP IX Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	374.732.212	318.522.380	355.719.560,34	307.459.340	267.846.365,76	232.767.125	96,5%	73,1%	75,7%
EP X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	124.990.491,50	65.465.641	119.243.110,09	62.591.951	99,8%	95,4%	95,6%
EP XI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000	3.515.663,06	3.145.620	2.378.578,12	2.179.098	78,6%	54,5%	69,3%

Da comparação dos valores executados com os valores aprovados, obtêm-se **a taxa de realização** do programa, que atingiu uma taxa de **65,5%,** (61,5% em 2011).

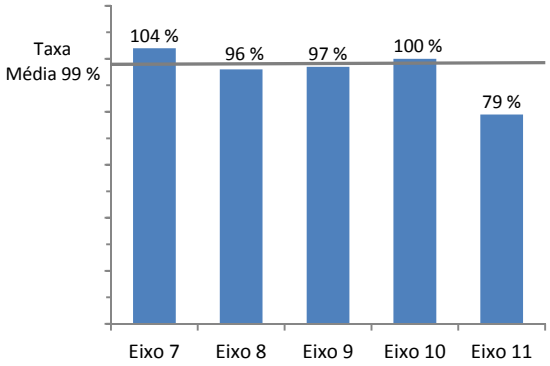
Gráfico 2.4 - Evolução do diferencial entre montantes aprovados e executados (Fundo)



No ano de 2012 constatou-se, em termos absolutos, a uma desaceleração dos níveis de compromissos assumidos, acompanhada por um acréscimo dos montantes de execução, pese embora o diferencial entre os montantes aprovados e executados. Esta situação tendencialmente irá diminuir à medida

que se avança para o encerramento, por um lado pela escassa margem para novas aprovações, por outro pelo acentuar do ritmo de execução.

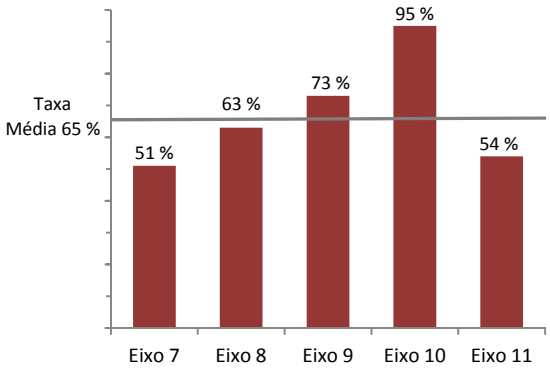
Gráfico 2.5 - Taxa de compromisso



As taxas de compromisso por eixo prioritário, excluindo a Assistência técnica, não apresentam desvios significativos em relação à média do programa. O nível de compromisso mais elevado foi alcançado no Eixo Prioritário VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores, cuja taxa de 103,7% indica uma situação de ligeiro overbooking. Os Eixos Prioritários VIII Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana, IX Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade e X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade apresentam taxas de compromisso em redor dos 96%. Sublinha-se o acréscimo verificado ao nível dos compromissos do Eixo prioritário VIII, mais 28,8 pontos percentuais relativamente a 2011.

A taxa de compromisso da Assistência Técnica passou de 94,5% em 2011 para 78,6 % em 2012, devido à realização financeira da operação da Assistência Técnica 2007-2010, ter sido inferior ao previsto, o que originou uma diminuição dos valores de aprovação da despesa pública elegível e do Fundo.

Gráfico 2.6 - Taxa de Execução



Em termos de execução, os eixos prioritários IX Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade e X Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade registam as taxas de execução mais elevadas (73,1 e 95,4%, respetivamente), superando a taxa média do programa. No entanto **todos os eixos prioritários revelam acréscimos significativos nas taxas de execução quando comparadas com o verificado em 2011**, destacando-se o eixo da Assistência Técnica com mais 31,8 pontos percentuais relativamente a 2011.

2.1.3 Fluxos Financeiros

Realização financeira

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento CE 1828/2006, de 8 de Dezembro, apresenta-se de seguida o quadro de realização financeira, cujo conteúdo foi atualizado de acordo com o quadro constante do Anexo I do Regulamento (EU) nº 832/2010, que reflete as certificações de Despesa enviadas à CE acumuladas a 31 de Dezembro de 2012.

Quadro 2.6 - Realização Financeira

Unidade: Euro

Eixo Prioritário		Financiamento total do Programa Operacional (União e Nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Público ou Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução %
EP VII	Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	358.169.827,00		172.466.723,16	172.466.723,16	
	FEDER	358.169.827,00	Despesa Pública	172.466.723,16	172.466.723,16	48,2
EP VIII	Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	322.095.863,00		191.610.600,38	191.610.600,38	
	FEDER	322.095.863,00	Despesa Pública	191.610.600,38	191.610.600,38	59,5
EP IX	Coesão Territorial e Sustentabilidade	374.732.212,00		263.278.641,95	263.278.641,95	
	FEDER	374.732.212,00	Despesa Pública	263.278.641,95	263.278.641,95	70,3
EP X	Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666,00		119.243.110,16	119.243.110,16	
	FEDER	131.201.666,00	Despesa Pública	119.243.110,16	119.243.110,16	90,9
EP XI	Assistência Técnica	4.705.882,00		2.318.254,20	2.318.254,20	
	FEDER	4.705.882,00	Despesa Pública	2.318.254,20	2.318.254,20	49,3
Total PO		1.190.905.450,00		748.917.329,85	748.917.329,85	62,9

Os montantes apresentados diferem dos constantes no quadro 2.9, atendendo a que se referem à despesa elegível certificada até ao final de 2012. Por outro lado a taxa de execução aqui apresentada está calculada com base na despesa pública, sendo que no anterior quadro o cálculo foi efetuado com base no montante de comparticipação FEDER.

Certificações de Despesa

Em 2012 foram apresentados à Autoridade de Certificação **6 pedidos de certificação de despesa**, o último dos quais enviado em novembro, com um **valor agregado de 138,8 milhões de euros**.

Em termos acumulados foram já apresentados pela AG 20 pedidos de certificação (1 em 2008, 4 em 2009, 4 em 2010, 5 em 2011 e 6 em 2012), havendo ainda a reportar 1 pedido formulado diretamente pelo IFDR em 2011, o qual integrou todos os pedidos de pagamento que permitiam o reembolso, com efeitos retroativos, da aplicação do "Mecanismo Top-up".

Quadro 2.7 - Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento Enviados à CE em 2012

Unidade: Euros

Nº Pedido IFDR	Nº Pedido/ Ano	Data de Corte da Despesa	Data da Certificação	Montante PP à CE		
				Reembolso	Top-Up	Total
2012/RAAFDR/FEDER/1	1º/2012	31-01-2012	04-04-2012	29.775.267,14	3.749.006,59	33.524.273,73
2012/RAAFDR/FEDER/2	2º/2012	26-04-2012	06-06-2012	23.936.603,29	2.861.110,57	26.797.713,86
2012/RAAFDR/FEDER/3	3º/2012	30-06-2012	09-09-2012	21.798.215,92	2.613.636,69	24.411.852,61
2012/RAAFDR/FEDER/4	4º/2012	31-08-2012	08-10-2012	28.582.066,86	3.639.300,13	32.221.366,99
2012/RAAFDR/FEDER/5	5º/2012	16-10-2012	24-10-2012	13.441.744,94	1.581.381,77	15.023.126,71
2012/RAAFDR/FEDER/6	6º/2012	15-11-2012	12-12-2012	6.088.084,53	716.245,24	6.804.329,77
TOTAL				123.621.982,68	15.160.680,99	138.782.663,67

Transferências da CE

No ano de **2012 foi transferido pela Comissão Europeia**, para a conta titulada pelo IFDR, o montante de **177.214.078,38€,** correspondendo 150.759.718,35 euros a reembolsos e 26.454.360,03 euros da aplicação do mecanismo de derrogação, vulgo Top-up.

Em termos acumulados até 31 de dezembro de 2012 **os pagamentos da CE totalizam 693.775.180,24 euros** em que 72.476.178,68 euros do pré financiamento, 594.844.641,53 euros de reembolsos e 26.454.360,03 euros de Top-up.

Transferências para a RAA

No caso específico do PROCONVERGENCIA, compete à autoridade de gestão não só validar despesa realizada pelos beneficiários, mas também proceder aos pagamentos da comparticipação comunitária.

Para este efeito, o IFDR efetua as transferências financeiras para esta autoridade de gestão, com base nos pedidos de certificação de despesa emitidos pela AG, em conformidade com estipulado no artigo 27º do Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão em vigor.

Em 2012 as **transferências efetuadas pelo IFDR** para a conta do PO PROCONVERGENCIA, à medida das necessidades de execução e em função dos pedidos emitidos e das disponibilidades de tesouraria, **totalizaram o montante de 172.656.322,31 euros**, correspondendo em termos acumulados ao montante de 663.489.067,07 euros.

Quadro 2.8 - PROCONVERGENCIA - Ponto de Situação dos Fluxos Financeiros - 31-12-2012

Euros

Pré-financiamento		Reembolsos CE		Transferências p/ RAA		Situação Financeira do PO
Data	Montante	Data	Montante(*)	Data	Montante	
	(1)		(2)		(3)	(5)=(1)+(2)-(3)
30-Out-07	19.326.980,98			2007	9.326.980,98	
21-Abr-08	28.990.471,47			2008	59.045.142,65	
20-Abr-09	24.158.726,23	2009	107.000.275,94	2009	132.460.621,13	
		2010	175.903.923,81	2010	150.000.000,00	30.286.113,17
		2011	161.180.723,43	2011	140.000.000,00	
		2012	177.214.078,38	2012	172.656.322,31	
Total	72.476.178,68	Total	621.299.001,56	Total	663.489.067,07	

(*) Integra Top-up

Mecanismo TOP-UP

<u>O que é</u>

A crise financeira e a recessão económica afetaram gravemente o crescimento económico e a estabilidade financeira e provocaram uma acentuada deterioração das condições financeiras em vários Estados-Membros. A fim de facilitar a gestão dos fundos fornecidos pela União, foi autorizado temporariamente um aumento dos pagamentos intermédios e dos pagamentos do saldo final feitos ao abrigo dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão, correspondente a dez pontos percentuais

acima da taxa de cofinanciamento aplicável a cada eixo prioritário, aos Estados Membros que enfrentam graves dificuldades de estabilidade financeira e que tenham pedido para beneficiar desta medida.

Resultados da aplicação do TOP-UP

A 22 de dezembro de 2011 foi recebida a resposta da DG REGIO sobre a aplicação a Portugal do mecanismo de derrogação previsto nos termos do nº2 do art.º77 do Reg (EU) 1311/2011, de 13 de dezembro, que altera o Reg (CE) 1083/2006.

Nessa mesma data **o IFDR procedeu à apresentação à Comissão Europeia** de um pedido de certificação, com a despesa anteriormente apresentados e que permitia o reembolso, com efeitos retroativos, da aplicação deste mecanismo, **no montante de 11.293.679,02 euros**.

No quadro seguinte identificam-se os montantes Top-up por Eixo EM 2012 e total acumulado.

Quadro 2.9 - Pedidos de Pagamento Enviados à CE em 2012 e Acumulados, por Eixo

Unidade: Euro

Eixo Prioritário	2012			Total Acumulado		
	Total das despesas elegíveis, pagas pelos beneficiários	Montante PP à CE	Do qual top-up	Total das despesas elegíveis, pagas pelos beneficiários	Total Montante PP à CE	Do qual top-up
EP VII - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	48.606.994,47	46.176.644,76	4.860.699,45	172.466.723,16	155.097.636,12	8.500.921,41
EP VIII - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	44.970.171,82	42.721.663,16	4.497.017,19	191.610.600,38	169.839.959,21	6.970.949,21
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	41.797.084,18	39.707.229,94	4.179.708,41	263.278.641,95	230.859.928,67	7.073.083,15
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	14.982.302,24	8.989.381,34	1.498.230,22	119.243.110,16	63.366.071,69	3.744.516,61
EP XI - Assistência Técnica	1.250.257,26	1.187.744,49	125.025,73	2.318.254,20	2.135.405,87	164.889,65
Total	**151.606.809,97**	**138.782.663,69**	**15.160.681,00**	**748.917.329,85**	**621.299.001,56**	**26.454.360,03**

Pagamentos aos Beneficiários Finais

Os pagamentos realizados pela Autoridade de Gestão aos beneficiários totalizaram, durante o ano de 2012, **atingiram o montante de 167,8 milhões de euros**, mais 24,4 milhões que o verificado em 2011.

Em termos acumulados, até ao final de 2012 mais de 653 milhões de euros foram transferidos para os beneficiários finais do programa, dos quais 30,2 milhões de euros referentes a pedidos de pagamento

sobre a forma de adiantamento, contribuindo-se assim para atenuar pontuais dificuldades de liquidez reveladas pelos beneficiários.

Nos reembolsos pagos em 2012, foi aplicado o mecanismo TOP UP, com a majoração em 10 p.p. das taxas de financiamento aos pedidos de reembolso apresentados, envolvendo um montante financeiro de 19.362.093 euros. Com esta iniciativa foi minorado o esforço financeiro dos promotores públicos na contrapartida nacional do financiamento comunitário obtido.

Quadro 2.10 - Pagamentos aos beneficiários por Eixo Prioritário até 31.12.2012

Unidade: Euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Fundo pago ao Beneficiário (PG)				
	Total	Adianta-mentos certificáveis	Adianta-mentos não certificáveis	Reembolsos	Do qual Top-Up
Total	653.027.835,09	0,00	30.292.439,19	622.735.395,90	19.362.093,35
EP7 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	165.610.160,96	0,00	9.746.980,78	155.863.180,18	5.964.067,50
EP8 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	184.745.542,30	0,00	12.806.939,33	171.938.602,97	5.172.609,62
EP9 - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	238.625.196,91	0,00	7.738.519,08	230.886.677,83	5.097.714,17
EP10 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	61.867.837,05	0,00	0,00	61.867.837,05	2.970.395,59
EP11 - Assistência Técnica do Programa	2.179.097,87	0,00	0,00	2.179.097,87	157.306,47

Cumprimento da Regra "n+3" em 2012 e nível de cumprimento para 2013

O que é

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, estabelece que é automaticamente anulada, pela Comissão, a parte de uma autorização orçamental relativa a um Programa Operacional que não tenha sido utilizada até 31 de Dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental ("n+2").

No mesmo Regulamento define-se, ainda, que para um conjunto de Estados-Membros, no qual se inclui Portugal, cujo PIB, entre 2001 e 2003 foi inferior a 85% da média da UE-25, o prazo referido é de três anos, para as autorizações orçamentais de 2007 a 2010 ("n+3").

De acordo com a alteração introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho, ao nível da definição dos prazos para a anulação automática de autorizações, a primeira vez em que a Comissão Europeia aferiu se os Programas Operacionais de Portugal cumpriram a regra que pode levar à anulação automática de verbas relativas ao período de programação 2007-2013, foi no ano 2011.

Cumprimento da Regra

A despesa certificada em pedidos de pagamento intermédios (PPI), do PROCONVERGENCIA, até final de 2012, formalizados à CE pelo IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, **permite verificar o cumprimento da meta estabelecida para 2012, bem como garante já o cumprimento da meta estipulada para 2013**.

Quadro 2.11 – Cumprimento da Regra N+3

Unidade: 1.000 Euro

Eixo Prioritário	Programação Fundo 2007-2013	Meta n+3 a cumprir a 31.12.2012	Meta n+3 a cumprir a 31.12.2013	Montante certificado acumulado 2012	% da Meta n+3 em 2012 certificada até ao final de 2012	% da Meta n+3 em 2013 certificada até ao final de 2012
PROCONVERGENCIA	966.349	238.674	560.645	621.299	260%	111%

2.1.4 Aspetos Complementares da Execução

A informação do apoio da União aprovado, acumulado por combinação das diferentes dimensões de categorização, nos termos previstos na parte C do Anexo II do Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro, alterado pelo Regulamento (CE) nº 846/2009, de 1 de Setembro, será apresentada em complemento ao presente relatório, para envio à CE via SFC 2007.

Apresenta-se de seguida a repartição da utilização dos fundos, ventilada por cada uma das seguintes categorias: Formas de Financiamento, Tipo de Território, Atividade Económica, Localização e Temas Prioritários.

Análise por Formas de Financiamento

O Programa prevê uma repartição entre "Ajuda não reembolsável" com uma dotação de 936,3 milhões de euros (97% do total) e "Ajuda na modalidade de empréstimo, bonificação de juros, garantia" com uma dotação de 30 milhões de euros (3% do total).

A forma de financiamento "Ajuda não reembolsável" é transversal a todos os Eixos prioritários, enquanto a "Ajuda na modalidade de empréstimo, bonificação de juros, garantia" está associada exclusivamente a operações aprovadas no Eixo VII, Objetivo específico 7.1 - Qualificar o investimento empresarial, no âmbito dos sistemas de incentivos e ainda relacionada com as novas modalidades de financiamento às empresas, linhas de crédito de engenharia financeira.

No âmbito da forma de financiamento "**Ajuda não reembolsável**" foram **aprovadas 1.122 operações** envolvendo uma **contribuição do Fundo de 920,7 milhões de euros** (taxa de aprovação de 98,3%), ao

passo que a modalidade "**Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantia)"** foi utilizada em **10 operações aprovadas**, correspondente a um **montante de Fundo de 35 milhões de euros** (taxa de aprovação de 116,7%). A diminuição da taxa de compromisso desta última modalidade relativamente a 2011 deveu-se à reprogramação em baixa de 6 operações aprovadas, constituindo ajustamentos nas dotações previstas em linhas de crédito criadas para apoio a PME.

Quadro 2.12 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento

Unidade: Euro

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	1.122	920.688.322	615.347.182	66,8%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	10	35.041.476	11.079.049	31,6%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	0	0	0	0,0%
4	Outras modalidades de financiamento	0	0	0	0,0%
	TOTAL	1.132	955.729.798	626.426.231	65,5%

Análise por Tipologia de Beneficiário

As aprovações a cargo das entidades públicas (600 operações) representam 87,3% do FEDER total aprovado.

As aprovações no âmbito dos sistemas de incentivos, incluindo os mecanismos de engenharia financeira são também em elevado número (532 operações), correspondendo a um FEDER aprovado de 121,1 milhões de euros (12,7% do total aprovado). O custo total elegível associado ascende a quase 275 milhões de euros. Os beneficiários são micro e pequenas empresas regionais, enquadradas em sistemas de incentivos ao investimento privado, os quais beneficiam dos apoios previstos no Eixo prioritário VII.

O principal beneficiário é a administração autónoma regional, tipologia representada pelos organismos do governo regional, cujas aprovações representam 54,3% do FEDER total aprovado.

Em seguida, com valores de aprovação ainda significativo, surge a Administração Autónoma Local, tipologia constituída pelos municípios, incluindo as suas associações e empresas municipais, que representam 13,3% do valor total aprovado do Fundo.

O restante FEDER aprovado distribui-se pelos grupos alvo identificados nas seguintes categorias: Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público (5,1%),

Associações Públicas (1,8%), Administração Indireta Serviços Personalizados (1,6%), Instituições do ensino superior (1,2%) e Entidade Privada sem fins lucrativos (1,2%) e Associações empresariais (1,1%).

Análise por Tipo de Território

O território da **Região Autónoma dos Açores** é considerado como **região ultraperiférica**, de acordo com o artigo 349º do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia (TFUE), em que se reconhece uma situação específica para este território, no que diz respeito à distância, insularidade, reduzida dimensão do território, relevo e clima adversos e a dependência económica de um reduzido número de produtos, a que se sobrepõe ainda a natureza arquipelágica do território.

Num território com as características específicas dos Açores, o equilíbrio espacial na afetação dos recursos do programa, coesão territorial, é um dos princípios orientadores transversais do programa.

Quadro 2.13 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território

Unidade: Euro

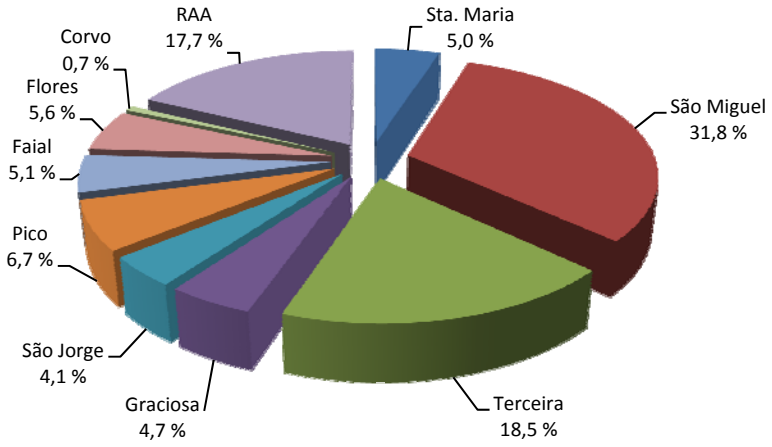
Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx
01	Aglomeração urbana				
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional				
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)				
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.4.2004)				
07	Região ultraperiférica	1.132	955.729.798	626.426.231	65,5
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não se aplica				
	TOTAL	1.132	955.729.798	626.426.231	65,5

Num território com as características específicas dos Açores, o equilíbrio espacial na afetação dos recursos do programa, coesão territorial, é um dos princípios orientadores transversais do programa.

Em 2012, a distribuição espacial pelo território regional dos montantes de fundo comprometidos manteve o perfil dos anos anteriores, verificando-se uma concentração do financiamento aprovado

nas regiões/ilhas de maior dimensão/população. Assim, até ao final de 2012, mais de metade do investimento aprovado avaliado pelo Fundo (50,3%) refere-se a operações localizadas nas 2 ilhas de maior peso populacional, que no seu conjunto representam 78% do número de residentes no arquipélago, (S. Miguel e Terceira), com 31,8% e 18,5%, respetivamente do investimento. As restantes 7 ilhas (22% da população residente) concentram 32% do montante FEDER aprovado, sendo que a componente territorial "não regionalizável" aparece com um peso de 17,7%.

Gráfico 2.7 - Aprovações por ilha



Análise por Atividade Económica

A análise da repartição da contribuição comunitária por Atividade Económica permite constatar que mais de 32% do valor do Fundo aprovado, diz respeito a operações que se enquadram na atividade económica 12 "Construção", o equivalente a um montante aprovado de 306,6 milhões de euros, relativo a 218 projetos aprovados.

Esta atividade económica tem uma natureza transversal, envolvendo todas as operações que incluam atividades de construção, independentemente do domínio de intervenção (estradas, escolas, património cultural e infraestruturas de ambiente, etc.).

Com pesos importantes no total das aprovações surgem em seguida a atividade económica 17 "Administração pública" com 20,7%, a atividade económica 11 "Transportes" com 13,9% e a atividade económica "Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais" com 10,7%.

Em conjunto, estas 4 atividades económicas absorvem 77,3% dos compromissos aprovados no período 2007-2012.

Em termos das atividades económicas ligadas às operações enquadradas em sistemas de incentivos, destacam-se as aprovações na hotelaria e restauração e em atividades financeiras.

A análise da execução comprova que as atividades económicas que apresentam os mais elevados níveis de aprovação, são ainda aquelas que apresentam os melhores níveis de execução.

Quadro 2.14 - Repartição da Contribuição Comunitária por Atividade Económica

Unidade: Euro

Código	Designação	Componente Fundo			
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	1	67.973	54.085	79,6%
02	Pesca	3	16.970.686	535.116	3,2%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	14	581.122	331.888	57,1%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	0	0	0	0,0%
05	Construção de material de transporte	1	428.577	428.577	100,0%
06	Indústrias transformadoras diversas	32	5.032.063	2.424.526	48,2%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	0,0%
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	0	0	0	0,0%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	17	10.873.134	8.861.987	81,5%
10	Correios e telecomunicações	0	0	0	0,0%
11	Transportes	85	132.950.855	98.337.465	74,0%
12	Construção	218	306.598.620	254.735.228	83,1%
13	Comércio por grosso e a retalho	158	13.414.253	5.837.388	43,5%
14	Hotéis e restaurantes	114	32.527.355	18.588.841	57,1%
15	Atividades financeiras	11	35.295.534	11.333.108	32,1%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	106	33.301.371	23.493.856	70,5%
17	Administração pública	162	197.490.082	98.533.842	49,9%
18	Educação	17	30.969.999	15.253.033	49,3%
19	Atividades de saúde humana	15	12.721.282	6.603.667	51,9%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	151	102.109.187	63.353.390	62,0%
21	Atividades associadas ao ambiente	24	24.198.432	17.620.602	72,8%
22	Outros serviços não especificados	3	199.271	99.631	50,0%
00	Não aplicável				0,0%
	TOTAL	1.132	955.729.798	626.426.231	65,5%

Repartição das aprovações e execução por Tema Prioritário

De acordo com o nº 3 do artigo 9º do Regulamento (CE) 1083/2006, deve ser assegurado que 60% das despesas se destinem às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos.

Apresentam-se no quadro seguinte os montantes da contribuição comunitária aprovada e a execução financeira do Programa a 31 de Dezembro de 2012, ventilada em função dos temas prioritários. Os temas com contributo direto para as despesas earmarking estão identificados a sombreado no anexo V.

Os temas prioritários que contribuem para as prioridades definidas no âmbito da Estratégia de Lisboa (categoria de despesas previstas regularmente e as categorias adicionais de despesa relevante justificadas pelo PNACE nos termos regulamentares) têm no PROCONVERGENCIA uma dotação FEDER programada de 592,8M€, ou seja, 61% da dotação global do Fundo, correspondendo a 26 temas prioritários.

Em termos acumulados, no final de 2012, verifica-se que 77% dos projetos aprovados (870/1.132) contribuem para "despesas earmarking", representando um montante de Fundo aprovado de 551,9 milhões de euros, o equivalente a 93,1% do programado para aquelas despesas e a 57,7% do total global aprovado.

A repartição do valor das aprovações (955,7 milhões de euros) pela dimensão - Tema prioritário, revela uma elevada concentração em torno dos temas "Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo", "Transportes" e "Infraestruturas sociais", os quais representam 73,2% do total aprovado.

Tomando por referência a execução, verifica-se que o total earmarkimg executado ascendeu a 334,6 milhões de euros, o que traduz uma taxa de 56,4% face ao programado (mais 13.5 p.p. que em 2011) e uma taxa de 60,6% face ao aprovado.

A repartição da execução por tema prioritário acompanha sem grandes desvios o perfil revelado pelas aprovações, sendo que o somatório da execução dos temas referenciados, "Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo", "Transportes" e "Infraestruturas sociais" representa 68,4% do total.

Quadro 2.15 - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)				
				Unidade: Euro
Designação	Componente Fundo			
	Aprovação		Execução	
	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	625	234.499.723,41	101.998.055,12	43,5%
Sociedade da informação	32	9.862.688,89	6.236.287,93	63,2%
Transportes	159	227.353.410,41	172.974.743,61	76,1%
Energia	0	0	0	0,0%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos	136	96.273.237,29	75.468.750,06	78,4%
Turismo	33	71.168.713,38	47.878.233,62	67,3%
Atividades culturais	17	26.640.586,84	19.225.086,07	72,2%
Reabilitação urbana e rural	0	0,00	0,00	0,0%
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	0	0,00	0,00	0,0%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos	2	103.459,20	101.537,46	98,1%
Investimento em infraestruturas sociais	121	237.721.873,22	153.722.492,63	64,7%
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas	2	48.960.485,09	46.641.946,72	95,3%
Assistência Técnica	5	3.145.620,07	2.179.097,87	69,3%
TOTAL Temas Prioritários	**1.132**	**955.729.797,80**	**626.426.231,09**	**65,5%**
TOTAL Earmarking	**870**	**551.906.397,79**	**334.658.629,57**	**60,6%**

Notas de preenchimento:

Categorias de earmarking

Categorias adicionais de despesa relevante, justificadas pelo PNACE nos termos regulamentares

Apoios Concedidos às Empresas

A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho realça a importância do FEDER na contribuição para o financiamento dos investimentos produtivos que contribuam para criar e manter empregos sustentáveis, principalmente através de ajudas diretas ao investimento, sobretudo nas pequenas e médias empresas (PME).

Os apoios concedidos às empresas encontram-se previstos no Eixo prioritário VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores e em particular no objetivo específico 7.1 Qualificar o investimento empresarial, compreendem sistemas de incentivos ao investimento, linhas de crédito e instrumentos de engenharia financeira e destinam-se na totalidade às Micro e PME regionais.

As 523 operações aprovadas no âmbito do objetivo específico "Qualificar o investimento empresarial" envolvem um envelope financeiro aprovado de 294,2 milhões de euros de investimento total elegível, 159,1 milhões de euros de despesa pública e 137,6 milhões de euros de apoio comunitário. A despesa total com origem nos orçamentos dos privados ascende a 159,2 milhões de euros.

Análise dos financiamentos complementares de despesas

Até 31 de Dezembro de 2012 não foram utilizadas no âmbito do programa as formas complementares de despesas previstas no nº 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) 1083/2006 de 11 de Julho.

Referência às aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover

Não existem nem estão previstas aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover.

Dotação específica para as regiões ultraperiféricas

O que é

O Artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) refere nominalmente as regiões ultraperiféricas da União, enuncia os handicaps que as caracterizam em relação às regiões centrais e periféricas e explicita a possibilidade de adoção de medidas especificas, destinadas, em especial, a estabelecer condições de aplicação dos tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

Todo o território da Região Autónoma dos Açores é considerado, no âmbito do Tratado, como Região Ultraperiférica.

No atual período de programação da política regional e pela primeira vez, foi consagrado em regulamento comunitário a possibilidade destas regiões poderem utilizar financiamentos comunitários para comparticipação de sobrecustos decorrente da situação de ultraperifericidade.

De acordo com o nº 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, essa dotação deve ser utilizada em pelo menos 50% do seu montante, em ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas e a restante parcela em despesas de investimento.

A dotação específica no PROCONVERGENCIA

A estratégia adotada para a utilização da dotação específica dos sobrecustos centrou-se na componente do transporte aéreos inter-ilhas, aspeto que diferencia os Açores do restante contexto territorial nacional, no que se relaciona com a acessibilidade interna.

Pelo facto do arquipélago ser constituído por 9 ilhas, ao longo de um eixo de 600 Km, em pleno Atlântico Central, obriga a uma sistema de transporte complexo e com custos acrescidos na mobilidade interna de pessoas e bens, constituindo a utilização do transporte aéreo uma referência.

Dentro da estratégia enunciada utiliza-se parte desta dotação específica para a compensação das obrigações de serviço público, com o objetivo de assegurar o serviço público de transporte aéreo entre as ilhas dos Açores, fixando para isso, entre outras, imposições ao nível das frequências, capacidade, tarifas, continuidade, pontualidade, horários de voo, categoria das aeronaves, comercialização dos voos e serviços postais, as quais foram publicadas no Jornal Oficial da União Europeia n.º C111, de 15 de Maio de 2009.

Os parâmetros que serviram de base ao cálculo das compensações financeiras foram previamente estabelecidas, não ultrapassando o necessário para cobrir a totalidade ou parte dos custos gerados pela execução das obrigações de serviço público.

No PROCONVERGENCIA foi criado **um eixo prioritário específico** dotado para este efeito, com uma **dotação de 65,6 milhões de euros FEDER** disponíveis para o período de programação.

Em termos acumulados 2007-2012, encontram-se **comprometidos 65,5 milhões de euros**, incluindo o top-up, dos quais **49 milhões correspondem aos apoios a contratos e obrigações de serviço público com o transporte aéreo** inter-ilhas, e os restantes 16,5 milhões a investimentos em infraestruturas da rede regional de aeroportos e aeródromos.

A taxa de execução financeira de 95% equivale a uma execução (despesa efetivamente paga) de 62,6 milhões de euros, sendo 46,6 milhões de euros com os apoios aos contratos e obrigações de serviço público e 16 milhões de euros em despesas de investimento.

As taxas de execução resultantes dos montantes financeiros comprometidos e executados demonstram níveis elevados de execução do eixo prioritário, com valores superiores à média do programa, evidenciando uma elevada capacidade de absorção deste apoio particular para as RUP.

Os parâmetros que serviram de base ao cálculo das compensações financeiras foram previamente estabelecidas, não ultrapassando o necessário para cobrir a totalidade ou parte dos custos gerados pela execução das obrigações de serviço público.

Como exemplo de indicadores constantes na prestação deste serviço público tem-se por exemplo, as 15 rotas entre as 9 ilhas sujeitas a obrigação de serviço público: as 91 frequências semanais e a oferta semanal de 9.300 lugares.

Na componente investimento a opção de afetação dos recursos financeiros foi a de qualificar os aeródromos regionais, dotando-os de condições razoáveis de operacionalidade e de segurança.

Apoio restituído ou reutilizado

No ano de 2012 foram corrigidos montantes de comparticipação comunitária na sequência da anulação parcial de apoio, num total de 1.116.154,99 €, em conformidade com o nº 3 do artigo 57º e o nº 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

A Autoridade de Gestão assegurou a restituição das verbas, através do sistema de compensação financeira em outras operações do mesmo beneficiário e garantiu mediante a subtração daqueles montantes aos valores aprovados que os fundos libertados não foram, nem poderão ser reutilizados na operação ou nas operações que tenham sido objeto de correção, conforme o previsto nos nº 2 e 3 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

Quadro 2.16 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2012

Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-07-0105-FEDER-000038	29.054,74	24.696,53	AG	AG055SCD
RAAFDR-07-0105-FEDER-000062	17.755,94	15.092,55	AG	AG056SCD
RAAFDR-07-0105-FEDER-000066	10.310,40	8.763,84	AG	AG057SCD
RAAFDR-07-0106-FEDER-000156	5.735,36	4.875,06	AG	INT-DRAIC/2012/1462
RAAFDR-07-0109-FEDER-000005	426,36	362,41	AG	AG066SCD_2012-09-13
RAAFDR-07-0109-FEDER-000084	145,33	123,53	AG	AG074SCD
RAAFDR-07-0123-FEDER-000001	8.212,99	6.981,04	AG	Email do benificiário
RAAFDR-07-0280-FEDER-000014	2.877,04	2.445,48	AC	Relatório AO 1/2011/SC1/PROCONVERGENCIA *
RAAFDR-07-0280-FEDER-000014	633,31	538,31	AG	AG070SCD_2012-10-03
RAAFDR-07-0280-FEDER-000021	3.122,59	2.654,20	AG	Email do benificiário
RAAFDR-07-0280-FEDER-000025	222.584,42	189.196,76	AG	Email da DRTAM
RAAFDR-07-0280-FEDER-000031	5.114,89	4.347,66	AG	Comunicação do beneficiário
RAAFDR-07-0280-FEDER-000032	50,00	42,50	AG	AG072SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000035	52.292,80	44.448,88	AG	AG060SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000072	27.507,29	23.381,20	AG	Email da ATA
RAAFDR-07-0280-FEDER-000075	24.843,69	21.117,14	AG	AG061SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000076	30,00	25,50	AG	AG069SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000091	350,00	297,50	AG	Comunicação do beneficiário
RAAFDR-07-0280-FEDER-000106	18,04	15,33	AG	AG073SCD
RAAFDR-07-0280-FEDER-000107	388,29	330,05	AG	AG075SCD
RAAFDR-07-0626-FEDER-000016	30.006,36	25.505,41	AG	AG068SCD

Quadro 2.16 – Apoio Restituído ou Reutilizado 2012				
Eixos	Despesa Irregular		Detetado	
	Despesa Pública	Fundo	Entidade	Referência Documental
RAAFDR-08-0144-FEDER-000001	9.084,45	7.721,78	AG	PROCONVERGENCIA164AC
RAAFDR-08-0144-FEDER-000002	6.962,47	5.918,10	AG	PROCONVERGENCIA163AC
RAAFDR-08-0144-FEDER-000012	54.287,01	46.143,96	AG	PROCONVERGENCIA169AC
RAAFDR-08-0145-FEDER-000003	175.840,33	149.464,28	AG	PROCONVERGENCIA0145AC
RAAFDR-08-0145-FEDER-000020	34.415,91	29.253,52	AG	AG065SCD
RAAFDR-08-0153-FEDER-000002	21.134,96	17.964,72	AG	PROCONVERGENCIA165AC
RAAFDR-08-0353-FEDER-000002	66.824,56	56.800,88	AC	Relatório AO 1/2011/SC1/PROCONVERGENCIA *
RAAFDR-09-0184-FEDER-000007	2.081,56	1.769,33	AC	Auditoria n 1 2010 PROCONVERGENCIA *
RAAFDR-09-0184-FEDER-000015	23.016,33	19.563,88	AG	PROCONVERGENCIA0105AC
RAAFDR-09-0184-FEDER-000029	170.325,46	144.776,64	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0184-FEDER-000033	45.372,16	38.566,34	AG	PROCONVERGENCIA0100AC
RAAFDR-09-0184-FEDER-000034	31.955,95	27.162,56	AC	Relatório AO 1/2011/SC1/PROCONVERGENCIA *
RAAFDR-09-0184-FEDER-000047	9.612,26	8.170,42	AG	AG050SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000059	27.360,00	23.256,00	AG	AG063SCD
RAAFDR-09-0184-FEDER-000092	139,06	118,20	AG	AG062SCD
RAAFDR-09-0446-FEDER-000007	675,00	573,75	AG	AG053SCD
RAAFDR-09-0459-FEDER-000003	80,51	68,43	AG	AG051SCD
RAAFDR-09-0460-FEDER-000006	6.635,49	5.640,17	AG	Email da CMPD
RAAFDR-09-0530-FEDER-000001	47.694,87	40.540,64	AG	AG071SCD
RAAFDR-09-0531-FEDER-000004	35.392,64	30.083,74	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000005	6.938,32	5.897,57	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000009	74.065,31	62.955,51	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000016	13.724,25	11.665,61	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000027	1.272,95	1.082,01	AG	Email do benificiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000044	2.395,40	2.036,09	AG	Comunicação do beneficiário
RAAFDR-09-0531-FEDER-000048	4.376,45	3.719,98	AG	AG064SCD
TOTAIS	1.313.123,52	1.116.154,99		

* - Em 2012, foram aplicadas medidas corretivas previstas nos artigos 98º do 99º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 em 4 operações que resultaram na anulação de um montante fundo de 88.178,24€

2.2 Análise Qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO

A evolução da execução do programa em 2012 foi influenciada pelo contexto macroeconómico fortemente restritivo, o qual acarreta restrições de ordem financeira aos promotores dos projetos públicos e privados, com consequências na mobilização da contrapartida nacional dos investimentos.

Quer ao nível global do QREN, quer ao nível específico do programa, houve necessidade de tomar medidas adequadas, tendentes a mitigar os efeitos negativos da envolvente externa.

Assim e no sentido de favorecer a execução de projetos cofinanciados, foi implementado o mecanismo de adiantamento top up, com reforço efetivo das taxas de pagamento, para apoiar o financiamento da contrapartida nacional das operações de natureza pública.

Ao nível da administração regional, as prioridades em matéria de execução financeira mantiveram-se focadas nos projetos com comparticipação comunitária, por forma a potenciar o aproveitamento dos fundos estruturais no financiamento do investimento público regional.

A autoridade de gestão reforçou os mecanismos de acompanhamento e monitorização da execução financeira. Tal possibilitou manter um nível de financiamento suficiente para impedir quebras indesejáveis na execução, resultado de uma colaboração muito estreita, intermediada pelos órgãos políticos de governação do programa, entre os beneficiários e a autoridade de gestão do programa através do núcleo de análise e validação de despesa, tendo como efeito o aumenta da produção de ordens de pagamento da contribuição FEDER para uma periodicidade máxima semanal e o incremento da concessão de pagamentos em sistema de adiantamentos. O prazo médio de análise da despesa permaneceu inferior aos 30 dias.

Por outro lado, foram aprovadas medidas que visaram essencialmente o reforço dos apoios às empresas e à criação de emprego, através do mecanismos de engenharia financeira, do financiamento a projetos de I&D, fomento das TIC de que é exemplo a aprovação da Instalação da rede eletrónica de alta velocidade, incluindo a ligação de cabo submarino às Flores e ao Corvo e a afetação de verbas para financiamento de medidas de estímulo ao emprego.

No ano de 2012 assiste-se a um nível de execução financeira em termos do Fundo de 152,7 milhões de euros (mais 7% que o verificado em 2011) e mais 9,2 milhões de euros do que o programado para 2012.

O montante acumulado de execução atingiu no final de 2012 cerca de 763,3 milhões de euros (626,4 milhões de euros do FEDER). A taxa de execução face aos valores programados para 2007-2013 é de 64,8%, representando um incremento expressivo de 15,6 p.p. face ao ano anterior.

Verificou-se uma desaceleração dos níveis de compromissos assumidos 182,5 milhões de euros, que compara com os 202 milhões de euros em 2011.

A taxa de realização do programa, ratio dos valores executados com os valores aprovados situa-se nos 65,5%, mais 4 p.p. que o ano anterior.

A comparação entre a evolução dos níveis de aprovação com os níveis de execução, leva a constatar um ligeiro aumento daquele diferencial de 2011 para 2012 (mais 32 milhões de euros), situação que tendencialmente irá inverter-se à medida que se avança para o esgotamento dos compromissos disponíveis para novas aprovações.

Verificou-se a existência de compromisso em projetos sem realização financeira, o que levou à necessidade de reavaliar estes compromissos, com a finalidade de os realocar para novas finalidades. Daí que em 2012 se empreendeu uma operação de saneamento da carteira de aprovações que determinou a anulação e rescisão de cerca de 28 operações, representando cerca de 36% do total de operações anuladas e rescindidas no programa.

Em termos de certificação, registou-se um aumento significativo do nível de despesas certificadas, passando de cerca de 597,3 milhões de euros no final de 2011 para quase 749 milhões de euros no final de 2012 (taxa de acréscimo de 25,4%).

No final de 2012 tinham sido recebidos a título de transferências comunitárias 693,8 milhões de euros de FEDER. A atestar o esforço realizado para manter a regularidade dos pagamentos aos beneficiários, foram por sua vez, transferidos para os beneficiários 653 milhões de euros de FEDER.

A execução material dos projetos decorreu dentro dos parâmetros de normalidade durante o ano de 2012. Pontualmente foram assinaladas situações de atrasos de execução, envolvendo rescisões de contratos de obras públicas, motivados por dificuldades de liquidez e agravada pelas restrições no acesso ao crédito, por parte dos fornecedores de bens e serviços com contratos adjudicados na execução de projetos cofinanciados.

Apresentam-se alguns resultados da execução do programa, até final do ano de 2012:

1– Apoios contratados com cerca de 490 empresas através dos sistemas de incentivos, das quais 156 dizem respeito a novas empresas start-up apoiadas, em que 40 são novas empresas/start up dos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia;

2– Novos/modernizados 60 estabelecimentos de ensino, sendo a maioria (77%) centros escolares do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar; total de 14.963 alunos beneficiados;

3- Apoiados equipamentos sociais (36), desportivos (37), culturais (20) e unidades de saúde (15).

4 – Apoiados 584 km de rede viária construída/remodelada, 72 km de rede de abastecimento de água e 20 km de coletores de drenagem de águas residuais;

5 – Apoiadas 33 operações de gestão ativa de espaços protegidos e classificados.

No final do ano 2012, o programa cumpriu a regra “n+3” apresentando níveis de despesa certificada significativamente superiores às metas estabelecidas, bem como garante já o cumprimento da meta estipulada para 2013.

O desempenho do programa encontra-se alinhado com a Agenda de Lisboa. Assim, e para efeitos da prossecução dos objetivos ditados pela referida agenda, verifica-se que as categorias de despesa que apresentam melhores níveis de execução correspondem à classificação "earmarking". De fato, 77% dos projetos aprovados contribui para "despesas earmarking", representando um montante de Fundo aprovado que equivale a 93,1% do programado para aquelas despesas e a 57,7% do total global aprovado.

Constata-se uma elevada concentração das despesas em torno dos temas Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo, Transportes e Infraestruturas sociais, nas quais se incluem as de ensino e as da saúde, os quais representam 73,2% do total aprovado.

No quadro global de execução do QREN, o programa mantem um desempenho melhor que a média do QREN revelado pelos rácios de execução face aos valores aprovados e programados.

No caso particular das aprovações, a taxa de compromisso, é ligeiramente superior (98,9% no programa e 96,5% do QREN FEDER).

A taxa de execução financeira acumulada do PROCONVERGENCIA, cerca de 64,8%, situa-se em mais de 9.4 pontos percentuais acima da apurada para a totalidade do QREN FEDER (55,7%).

De igual modo, a taxa de realização (EX/AP) é superior no caso do PROCONVERGENCIA (65,5%) em relação à do QREN FEDER (57,7%).

2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário

Este ponto do relatório tem como objetivo indicar as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias, incluindo-se as regras da concorrência, a contratação pública e o ambiente.

Em comum temos a destacar que as instruções e orientações aos beneficiários sobre as disposições legais aplicáveis constam no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e no respetivo Regulamento Específicos no articulado relativo às condições gerais de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações.

Acresce que aquando da apresentação da candidatura, o beneficiário efetua uma declaração de compromisso e responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e a conformidade da operação com os procedimentos e normativos legais aplicáveis em matéria de concorrência, de contratação pública, igualdade de oportunidade e não discriminação e regras ambientais.

O contrato de financiamento ou o termo de aceitação da comparticipação comunitária, estipula os direitos e obrigações do beneficiário, nomeadamente no cumprimento da legislação nestas matérias.

Concorrência e Regime de Auxílios

Em matéria de Política de Concorrência – Auxílios de Estado, o artigo 107º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia refere que são proibidos, de uma forma geral, auxílios estatais que falseiem ou ameacem falsear a concorrência.

Esta proibição não é absoluta, uma vez que existem situações para as quais os Auxílios de Estado são compatíveis com o Mercado Comum, enumeradas nos n.ºs 2 e 3 desse artigo.

Compete à Comissão Europeia a função de controlar os auxílios estatais, de acordo com o artigo 108º do Tratado, e os Estados-Membros têm o dever - obrigação de notificação - de informar a Comissão da concessão dos Auxílios de Estado, ainda durante a fase de projeto.

Neste contexto, as regras em matéria de Auxílios de Estado visam garantir o bom funcionamento do mercado da UE, de modo a que a concorrência não seja distorcida, contribuindo, assim, para o bem-estar dos consumidores e para a competitividade da economia europeia.

O cofinanciamento comunitário dos auxílios estatais exige assim, a prévia aprovação dos mesmos pela Comissão Europeia, na sequência de notificação prévia apresentada pelas autoridades portuguesas. As exceções a esta regra referem-se apenas aos regimes de minimis e aos auxílios isentos ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria.

A Comissão com a aprovação do Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de Agosto, publicado no JO L 214, de 09/08/2008, designado por "Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) " adotou um único regulamento de isenção por categoria que consolidou e simplificou todos os regulamentos de isenção por categoria existentes.

O Regulamento (CE) nº 1998/2006, de 15 dezembro veio definir as disposições comunitárias em matéria de auxílios de minimis para o período 2007-2013, obrigando porém a uma monitorização da sua aplicação por parte dos Estados Membros.

Para a verificação da compatibilidade dos auxílios, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2009, publicado em 20 de Março, foi criado o registo central de auxílios de Minimis e atribuída a responsabilidade do controlo destes auxílios ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional.

Na Região, pela Resolução do Conselho do Governo nº 96/2009, de 26 de Maio, foi incumbida a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, de estabelecer os elementos e os procedimentos para a atualização dos auxílios de Minimis e mandatada para efeitos de interlocução e articulação com o IFDR no que concerne à transmissão dos dados relevantes para o sistema nacional de controlo da regra de Minimis.

O Registo Central reúne assim o conjunto da informação, prestada pelas entidades responsáveis pela concessão dos apoios, necessária ao controlo do limite desses apoios. Esta informação é objeto de validações prévias, sendo possível identificar a todo o momento e antes de ser adotada uma decisão final sobre a atribuição do apoio, empresa a empresa (usando para o efeito o Número de Identificação Fiscal), todos os apoios já concedidos ao abrigo da regra de Minimis.

Relativamente à acumulação de apoios de minimis com o Quadro Temporário, o IFDR, através do ofício circular 1845, de 23 de março de 2012, veio transmitir o entendimento da CE sobre esta matéria, que considera que deve existir uma separação dos apoios concedidos ao abrigo da AE nº 13/2009, dos demais auxílios concedidos ao abrigo do regime de minimis. Assim houve a necessidade de implementar com a maior celeridade a nova regra de cálculo de aferição do limite de acumulação de ajudas no âmbito do Registo Central de Auxílios de Minimis, tendo-se facultado a informação relativa aos apoios com data de decisão de 2011, e para os quais era necessário associar a data de candidatura.

Em 2012 foram implementadas novas valências no registo central, designadamente, uma alteração de paradigma no registo e consulta dos apoios.

Para esse efeito em maio de 2012 o IFDR procedeu à atualização do Manual de Apoio ao Utilizador, o qual constitui um instrumento essencial, para garantir as condições de cumprimento sistemático e uniforme das normas e dos objetivos definidos.

Registo Central de Auxílios de Minimis	
Atribuições do IFDR	Atribuições da DRPFE
▪ Acreditação do regime de auxílios na aplicação – Programa(s) e respetiva(s) Medidas(s) ▪ Validação dos apoios registados (concessão e revogação) na aplicação ▪ Alterações aos registos na aplicação (dos apoios e das entidades beneficiárias) ▪ Monitorização e avaliação dos registos na aplicação	▪ Registo dos apoios (concessão e revogação) ▪ Consulta de dados das entidades beneficiárias ▪ Consulta de informação respeitante ao(s)Programa(s) e à(s) Medida(s)

A nova aplicação informática permitiu por um lado a atualização das regras subjacentes ao registo, respondendo às orientações transmitidas pela CE, e por outro uma melhoria destes registos com novas funcionalidades para os utilizadores, designadamente no acesso direto à aplicação para o registo e consulta da informação.

O quadro seguinte sistematiza a informação do enquadramento na disciplina dos auxílios de Estado dos sistemas de incentivos e instrumentos de engenharia financeira em vigor em 31 de dezembro de 2012 no âmbito do PO PROCONVERGENCIA.

Quadro 2.17 - Enquadramento dos Regimes de Auxílios do PROCONVERGENCIA

Instrumento	Enquadramento Comunitário Anterior (a)	Enquadramento Comunitário Atual (b)
SIDER	XR 196/07 (Auxílios Regionais)	N 503/2007 - Apoios ao transporte marítimo (RGIC) - Auxílios estatais com finalidade regional N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis) - Regime de Apoio à Animação e Promoção Turísticas
PROENERGIA	XR 52/07 (Auxílios Regionais)	RGIC - Auxílios estatais com finalidade regional
EMPREENDE JOVEM	Minimis	N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
SIRIART	N 507/2001 (Auxílios Regionais)	N 408/2010 (Auxílios estatais com finalidade regional)
Linha Crédito Açores Investe		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Crédito Açores Empresas		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Crédito Açores Investe II		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores II		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha de Crédito Açores Empresas II		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores - FIAEA		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)
Linha de Crédito Açores Empresas III		N 13/2009 (Minimis) SA.32122 (2010/N) (Minimis)

a) Antes da entrada em vigor do RGIC.
b) Após a entrada em vigor do RGIC.

Compatibilidade com os Mercados Públicos

Em relação à contratação pública, a autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA procedeu à elaboração e divulgação da Orientação nº 4/2008, para que as operações enquadradas no PROCONVERGENCIA sejam executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos, designadamente as relativas às Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

O cumprimento das regras em matéria de contratação pública é fundamental em todo o processo de análise e decisão das candidaturas, e posteriormente no âmbito do acompanhamento e do controlo das operações.

Na fase de análise da candidatura, ou o mais tardar na fase de apresentação da despesa associada, é verificado, de forma exaustiva, o cumprimento da legislação sobre contratação pública, suportada em check-list própria, onde são referenciados todos os aspetos relevantes que fundamentam a adjudicação dos contratos públicos celebrados pelos beneficiários, de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos de bens e prestação de serviços.

No caso especifico da análise da contratação pública, está instituído um processo de validação dessa análise, de acordo com o explicitado na descrição do sistema de gestão e controlo, medida que reforça a verificação da conformidade dos procedimentos. A metodologia definida pela AG foi aprovada, quer pela Autoridade de Auditoria, quer pela Comissão Europeia, constituindo uma área de particular atenção e atualização.

No âmbito das verificações no local e em sede de ações de acompanhamento, é verificada a documentação prestada em fase de candidatura e ao longo da execução da operação, só se efetuando o encerramento da operação após verificação do cumprimento das regras e procedimentos, de que se destaca os referentes à contratação pública.

Na esteira das alterações verificadas nas Diretivas comunitárias e fruto de uma reflexão alargada sobre esta matéria, foi aprovado e entrou em vigor neste período de programação o Código dos Contratos Públicos (CCP) que passou a estabelecer a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

O Secretariado Técnico do Programa frequentou um plano de formação específico em ordem à aquisição dos conhecimentos adequados e necessários à correta verificação dos procedimentos utilizados para celebração dos contratos públicos em conformidade com o novo Código dos Contratos Públicos (CCP).

Neste âmbito há a reportar a aplicação à Região do CCP pelo Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/A de 28 de Julho, que veio estabelecer regras especiais a observar na contratação pública, face a situações pontuais cuja realidade assim impunha. Foram ainda efetuadas alterações ao diploma regional supramencionado tendo o mesmo sido republicado pelo Decreto Legislativo Regional de 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.

Em 2011 foi realizada pela Autoridade de Auditoria (IGF) uma auditoria temática que visou a emissão de parecer sobre se o sistema de gestão e controlo do PROCONVERGENCIA no domínio da contratação pública funciona de forma eficaz, de modo a dar garantia razoável de que as declarações de despesas apresentadas à CE, no que concerne a estas operações, são corretas e, consequentemente, assegurar que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a

regularidade. O âmbito da auditoria abrangeu, assim os procedimentos adotados pela Autoridade de Gestão, ao nível das verificações de gestão no domínio da contratação pública.

Realça-se do relatório final emitido pela Autoridade de Auditoria o seguinte:

"Em nossa opinião, os procedimentos de contratação pública têm sido objeto de uma análise adequada por parte da AG, mediante a aplicação de uma check-list para o efeito. Conforme já referido, tais procedimentos são objeto de verificação, essencialmente, na fase de análise e aprovação das candidaturas, facto que diminui o risco de despesas inelegíveis neste âmbito."

"...as observações suscitadas pela auditoria não influenciam significativamente o funcionamento dos requisitos essenciais no domínio da contratação pública, entendemos que os sistemas de gestão e controlo objeto da presente auditoria devem ser classificados na Categoria 1 (Funciona bem, apenas necessita de pequenas melhorias), conforme previsto na Nota de orientações sobre uma metodologia comum para a avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (período de programação 2007-2013)".

A Autoridade de Gestão incorporou na análise dos procedimentos de contratação pública as observações formulada pela autoridade de auditoria, tendo para o efeito adaptado o módulo de contratação pública do sistema de informação SIPOP, bem como, procedeu à atualização da check-list de contratação pública, versão que entrou em vigor a 2 de dezembro de 2011. Este instrumento de verificação, utilizado pelo Secretariado Técnico, bem como, pelos Organismos Intermédios (quando aplicável), evidencia a análise adequada e exaustiva que é efetuada pela gestão para garantia do cumprimento das regras de contratação pública.

No decurso do ano de 2012 foi emitida uma orientação da Gestão do PROCONVERGENCIA ao secretariado técnico neste âmbito, referente aos procedimentos em sede de análise de candidatura, sobre o visto do Tribunal de Contas.

Para reforço e segurança da gestão na aplicação dos Fundos foi emanada pelo IFDR a 4 de julho, a circular nº1/2012, na qual foram dadas orientações às Autoridades de Gestão dos PO do QREN quanto ao efeito da recusa do visto pelo Tribunal de Conta na elegibilidade da despesa.

Acresce ainda referir a alteração do Código dos Contratos Públicos pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, que entrou em vigor a 11 de agosto, sendo apenas aplicável aos procedimentos iniciados a partir dessa data.

Regras Ambientais

O Regulamento do PROCONVERGENCIA estabelece como condições gerais de admissão e aceitação das operações candidatas, o cumprimento das disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e a

conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

Em Abril de 2011 a Autoridade de Gestão do programa emitiu e divulgou no sítio próprio do programa, uma orientação específica sobre a matéria do Ambiente, a Orientação nº 1/2011 - Enquadramento e cumprimento da legislação ambiental, com a qual se pretende proporcionar um documento de apoio aos beneficiários do programa no processo de instrução das candidaturas, na vertente específica do ambiente.

As operações apoiadas no âmbito do programa devem pois observar a legislação comunitária, nacional e regional em matéria de ambiente, de acordo com os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável e da melhoria do ambiente, incluindo o que diz respeito à Rede Natura 2000.

A norma regulamentar que estipula que as operações apresentadas a cofinanciamento ao programa demonstrem um grau de maturidade adequado das fases preparatórias, pressupõe que os processos de licenciamento/pareceres ou autorização se encontrarem concluídos ou ou em vias de finalização, por forma a não comprometer o período de execução previsto. Tal significa que, a legislação relativa às matérias ambiental e de ordenamento, já foram objeto de enquadramento pelas autoridades regionais competentes.

Assim e para a instrução da candidatura exige-se a apresentação dos documentos comprovativos dos licenciamentos ou autorizações exigíveis para a fase em que se encontra a operação.

Nessa medida, a check-list de análise das condições de admissibilidade e e de aceitabilidade das operações acolhe os aspetos da verificação, os quais incidem sobre os seguintes domínios:

- O Enquadramento na Rede Natura 2000 e a eventual Avaliação de Incidências Ambientais; como modo de atestar se a operação foi devidamente avaliada quanto aos seus eventuais efeitos sobre áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000.
- A Avaliação de Impacte Ambiental e os instrumentos associados, designadamente a Declaração de Impacte ambiental e o RECAPE;
- Os Licenciamentos e as autorizações em matéria de qualidade da água destinada a consumo humano incluindo o regime de utilização dos recursos hídricos, tratamento de águas residuais urbanas e o regime jurídico de gestão de resíduos;

No âmbito das candidaturas aos sistemas de incentivos enquadrados no Objetivo específico 7. 1 Qualificar o investimento empresarial, cuja gestão se encontra acometida a um organismo intermédio de acordo com o respetivo contrato de delegação de competências, aquando da análise das candidaturas e, sempre que as mesmas tenham implicações com aspetos de natureza ambiental, é solicitado parecer à Direção Regional do Ambiente, sendo o mesmo, em atividades específicas ligadas ao ambiente, decisivo quanto à elegibilidade da candidatura. Na fase de celebração do

contrato, os promotores têm de fazer prova que possuem todos os licenciamentos necessários à instalação ou remodelação do empreendimento e, no encerramento, são verificadas todas as condições necessárias ao seu funcionamento.

Na determinação do mérito dos projetos candidatos aos objetivos específicos 9.3 – Ordenar o território, 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais e 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, consta para efeitos de avaliação da Qualidade do Projeto, um critério de seleção relativo à evidência de ganhos ambientais (cumprimento das diretivas comunitárias relativas ao ambiente).

Por outro lado, todos os objetivos específicos incluem nos respetivos critérios de seleção, um parâmetro de mérito que avalia os impactos ao nível da utilização eficiente de energia revelada pela "Evidencia de utilização racional de energia e/ou ganho de eficiência e de poupança de energia". Essas evidências ocorrem ao nível dos certificados de eficiência energética, das medidas utilizadas a nível da construção dos edifícios para cumprimentos da legislação aplicável, o uso preferencial de materiais "amigáveis" do ambiente, etc.

No âmbito das ações de verificação no local e das ações de acompanhamento é verificada a conformidade pelas regras ambientais, estando previsto na respetiva check list uma verificação especificamente dedicada a esta matéria, de modo a garantir as evidências da observação do cumprimento desta política comunitária.

Face à sua especificidade e relevância em termos de potenciais impactes sobre o ambiente, aos projetos que se encontram abrangidos pelo regime jurídico de AIA é exigida a apresentação da documentação prevista na legislação aplicável, desde o estudo de impacte ambiental, até aos instrumentos associados, casos da DIA, a consulta pública e eventualmente o RECAPE.

Para os projetos não abrangidos pelo regime de AIA mas suscetíveis de afetar um sítio da Rede Natura, é necessária a apresentação da Análise de Incidências Ambientais e do Parecer da direção regional do Ambiente, na qualidade de autoridade regional de ambiente.

A Lei da Água e legislação complementar constituem enquadramento de referência para as operações enquadráveis no Eixo IX, Objetivo Específico 9.4- Rede de Infraestruturas ambientais, sendo dada especial atenção à legislação relativa à qualidade da água destinada a consumo humano, a legislação relativa ao tratamento de águas residuais urbanas e o regime de utilização dos recursos hídrico.

Ainda nas tipologias de operações enquadráveis no objetivo específico 9.4, no domínio da valorização de resíduos sólidos urbanos, é requerido o respeito pelo regime jurídico de gestão de resíduos.

Sempre que a operação preveja medidas de integração ambiental (como auditoria ambiental, gestão ambiental ou acompanhamento ambiental específico), essas medidas devem ser indicadas e verificadas na análise da candidatura.

Quando se revelou necessário, foi suscitada a contribuição da autoridade regional do ambiente, mediante pedido de parecer, fazendo-o acompanhar de memória descritiva e justificativa do projeto, cartografia de pormenor (na escala 1/25 000 ou outra), tabela com a descrição das componentes físicas do projeto e outra informação relevante.

As operações no âmbito do processo prévio de decisão, são sujeitas à emissão de parecer por parte de Comissões de Seleção, constituídas uma por cada eixo prioritário, as quais nos casos do Eixo prioritário IX - Melhorar a Coesão Territorial e a Sustentabilidade e Eixo prioritário X - Compensar os sobrecustos da ultraperifericidade incluem na sua composição a autoridade regional competente na área do Ambiente.

A Comissão de Acompanhamento do programa, órgão a quem compete realizar o acompanhamento do programa aos mais diversos níveis, os aspetos ambientais enquanto tema transversal da política comunitária, tem ocupado um espaço de discussão próprio, encontrando representação por parte de uma ONG da área do ambiente, designada pelo Conselho Regional de Concertação Estratégico e pelo representante da autoridade regional competente na área do ambiente (direção regional do Ambiente).

No âmbito da auditoria ao cumprimento das regras ambientais no contexto do feder e do Fundo de Coesão levado a efeito neste período pela autoridade nacional de auditoria, a Inspeção-geral de Finanças (IGF), a mesma expressa em relatório as seguintes conclusões:

"Com base no exame reportado supra, consideramos que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos ao nível dos diversos programas operacionais FEDER e FC funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis sobre os procedimentos utilizados pelas autoridades de gestão, para a verificação do cumprimento das regras nacionais e comunitárias sobre ambiente, nos termos previstos nos art.º 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo precedente, entendemos dever salientar o seguinte:

- As Autoridades de Gestão devem implementar as recomendações resumidas no quadro abaixo, com vista a suprir insuficiências identificadas na auditoria (vide Anexo 1);
- O funcionamento dos sistemas de gestão e controlo associados à verificação do cumprimento das regras nacionais e comunitárias em matéria de ambiente deve ser classificado na Categoria 2 (funciona, mas são necessárias algumas melhorias), conforme previsto na Nota de orientações sobre uma metodologia comum para a avaliação de sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (período de programação 2007-2013) – documento COCOF 08/0019/00".

Igualdade de Oportunidades

Nos termos do artigo 16.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, os Estados-membros e a Comissão devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres e tomar todas as medidas adequadas para evitar qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, durante as várias fases de aplicação dos fundos, nomeadamente no que respeita ao acesso aos mesmos.

Ao nível interno, o Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão estabelece, no seu artigo 12º, nº 2, que na definição dos procedimentos de apresentação de candidaturas devem ser salvaguardados os princípios de igualdade de oportunidades e da não discriminação. Acrescenta ainda que os beneficiários deverão cumprir, entre outras regras, os normativos nacionais e comunitários em matéria de igualdade de oportunidades, conforme alínea k) do nº 1 do seu artigo 19º.

O Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão define ainda, na alínea cc) do seu Anexo I, que o princípio da igualdade de oportunidades dispõe de duas grandes vertentes que são, a proibição da discriminação em razão da nacionalidade e a igualdade entre homens e mulheres.

Assim, e a nível nacional, constitui prioridade estratégica do QREN, "Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e medida de inclusão social".

À Autoridade de Gestão do programa na prossecução dos objetivos e prioridades acima enunciadas, compete garantir que as operações cofinanciadas não contribuem para causar algum constrangimento ou limitação à plena observação dos princípios da igualdade de oportunidades e da não discriminação.

Ao nível da candidatura e no âmbito da verificação das condições de admissão e acesso, são verificadas as evidências do respeito e contributo da operação para esta política horizontal da EU e/ou da inexistência de medidas discriminatórias. Um dos pontos do formulário da candidatura é destinado à informação sobre o emprego, permanente e/ou temporário, e a sua repartição por género.

No âmbito das operações que envolvem intervenções em infraestruturas, é verificado se os projetos técnicos preveem as medidas adequadas em ordem a garantir a não existência de barreiras (arquitetónicas ou outras) que dificultem a mobilidade e acessibilidade de públicos com necessidades especiais.

Em sede de relatório final das operações apresentado pelos beneficiários, é analisada a informação relativa ao número de empregos efetivamente criados, bem como a sua desagregação por género, sempre que tal for suscetível de aplicação.

A Comissão de Acompanhamento do Programa inclui na sua composição, um representante de organismo regional para a Igualdade do Género.

As prioridades e objetivos gerais do PROCONVERGENCIA contribuem para a salvaguarda dos princípios de igualdade de oportunidades e da não discriminação. Uma das prioridades da política de coesão e desenvolvimento regional prosseguida pelo Programa é a da elevação do nível de educação e qualificação da população. Nesta prioridade estratégica está salvaguardada a hipótese de intervenção do fundo estrutural FEDER, em reforço do investimento regional e da comparticipação do FSE, no domínio da inclusão e proteção sociais, com vista à prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco.

A programação compreende o apoio à infância e juventude, às pessoas com deficiência, às vítimas de violência doméstica, a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade açoriana, em geral, numa perspetiva de inclusão social e de igualdade de oportunidades.

Desde logo ao nível do Eixo prioritário VII, objetivo específico 7.1 Qualificar o investimento empresarial, é apoiado o subsistema de incentivos Empreende Jovem, que prevê a atribuição de uma majoração para os projetos promovidos por jovens empresários na condição que os mesmos detenham uma participação de pelo menos 75% no capital da empresa);

Ainda no Eixo VII, as tipologias previstas e as operações aprovadas no objetivo específico 7.5 "Melhorar as acessibilidades e a utilização das TIC" e no objetivo específico 7.6 "Melhoria e eficiência Administrativa" favorecem o acesso generalizado das populações às tecnologias de informação e comunicação, permitindo uma melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho, em particular de pessoas em risco de exclusão social e um maior grau de conciliação entre a atividade profissional e a vida familiar, promovendo a qualidade de vida.

O Eixo Prioritário VIII - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana, contem um peso preponderante na concretização da prioridade estratégica de melhoria dos níveis de educação e de qualificação da população açoriana, verificando-se que as tipologias previstas ao nível dos objetivos específicos contribuem positivamente para a promoção da igualdade de oportunidades e para a não discriminação.

As operações aprovadas no Objetivo específicos 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares, dizem respeito a intervenções em todo o parque escolar, incluindo o ensino profissional e o ensino especial para pessoas portadoras de deficiência. Estas operações contribuem para uma melhoria da acessibilidade ao ensino por parte da população estudantil, por forma a garantir mais elevados níveis

de educação e formação profissional, maiores capacidades para a inserção no mercado de trabalho e combatendo a exclusão.

A melhoria do acesso à saúde da população em todo o território regional é uma prioridade que decorre da programação do Objetivo específico 8.4 "Modernizar a rede de equipamentos de saúde". As operações aprovadas relativas a 2 hospitais da Região, apetrechamento do novo hospital de Angra do Heroísmo e ampliação do hospital da Horta, e a execução do novo centro de saúde da Madalena, vão de encontro à prioridade estabelecida e por essa via concorrem para a política de igualdade de oportunidades.

No âmbito do objetivo específico 8.5 'Modernizar a rede de equipamentos de proteção social", foram apoiados a instalação de equipamentos de desenvolvimento social, no âmbito da prevenção da exclusão social e do apoio aos imigrantes, concretizados em investimentos na rede pública de centros de atividades ocupacionais para pessoas deficientes, creches, centros sociais, centros comunitários, lares de idosos, estruturas de acolhimento e de integração dos imigrantes, entre outras;

A Autoridade de Auditoria realizou, em 2012, uma auditoria temática com o objetivo de testar o funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo no domínio da Igualdade de Oportunidades nos programas operacionais FEDER do período de programação 2007/2013 e emitir um parecer sobre se o sistema de gestão e controlo do FEDER no domínio da igualdade de oportunidades funciona de forma eficaz, de modo a dar uma garantia razoável de que o programa operacional assegura a efetiva promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspetiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos. A par de outros aspetos igualmente importantes, a acessibilidade para as pessoas com deficiência é um dos critérios que deve ser respeitado na definição das operações

Neste âmbito a IGF concluiu que os sistemas podem ser classificados na categoria 2, ou seja funcionam mas, são necessárias algumas melhorias, tendo formulado um conjunto de recomendações, na sua maioria de natureza transversal, que se consubstanciam basicamente nas seguintes constatações:

1 - Não foram transmitidas normas e orientações específicas aos beneficiários para o cumprimento das regras em matéria de igualdade de oportunidades e não discriminação;

2 - Os instrumentos de gestão e avaliação do programa existentes não foram especificamente concebidos para aferir a igualdade de oportunidades e não discriminação;

3 - O formulário de candidatura e as check-list de verificação, não contêm em muitas situações um campo específico para a verificação do cumprimento dos princípios associados à igualdade de oportunidades;

4 - Não existe ao nível da avaliação de mérito das candidaturas qualquer parâmetro diferenciador no domínio da igualdade de oportunidades.

2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA

No início do terceiro trimestre do ano 2012 realizaram-se as eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, dando origem à tomada de posse do XI Governo Regional dos Açores, o que, ao nível do funcionamento normal dos órgãos de poder político regional, não provocou qualquer alteração com interferência na execução corrente do programa.

A apresentação e a aprovação do Plano Regional Anual de Investimento Público e demais instrumentos de programação material e financeira, decorreram dentro dos prazos normais e foram adotados no quadro do funcionamento normal das funções executivas e legislativas, da responsabilidade dos órgãos próprios de governo autonómico regional, não havendo nada em contrário a registar também no quadro das responsabilidades das autarquias.

Ao nível da autoridade de gestão e demais órgãos que compõem a governação do programa operacional não há igualmente nada a apontar que se possa relacionar com alguma alteração na gestão e no acompanhamento do PO PROCONVERGENCIA. A autoridade de gestão manteve os seus quadros e desenvolveu regularmente as tarefas acometidas.

No que concerne à envolvente macroeconómica, o ano 2012 ficou marcado pelo agravamento da recessão económica, continuando Portugal sob a vigência do Memorando de Entendimento assinado entre a República Portuguesa e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. A tentativa de corrigir os desequilíbrios existentes ao nível das finanças públicas e do endividamento externo, através de medidas incluídas no programa de assistência financeira, teve como consequência a contração da procura interna, principalmente por via das componentes do investimento e consumo privado, resultado dos reflexos no rendimento e no emprego.

Nos Açores, a taxa de desemprego atingiu em 2012 os 15,3%, mais 4 p.p. do que em 2011, à qual não será alheia a quebra acentuada na taxa de atividade do sector secundário, nomeadamente ao nível da construção civil e obras públicas.

Contudo, perante este cenário, não se evidencia uma alteração repentina ou brusca da envolvente externa à execução do programa, mas antes um agravamento progressivo da situação socioeconómica e uma restrição financeira progressiva. Considerando a vocação estrutural do FEDER, nomeadamente ao nível do investimento público e financiamento das infraestruturas e equipamentos, perspetiva-se uma retração da despesa elegível a cofinanciamento, já que um processo de ajustamento das contas públicas, como o que está a ser executado em Portugal, não só há uma contração da despesa corrente, mas também na de investimento.

As medidas adotadas a nível governamental e pela autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, tais como os adiantamentos na modalidade de contra-fatura e a aplicação do mecanismo “top-up”, garantiram no entanto que o nível de execução financeira do programa se mantivesse no patamar do ano anterior e dentro da programação anual.

2.5 Durabilidade das Operações (Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006)

Nos termos do previsto no nº2 do Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006, a autoridade de gestão reporta que não foram detetadas alterações na aceção do nº1 daquele Artigo.

2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos

2.6.1 Complementaridade com outros instrumentos financeiros ou Programas

O Modelo Institucional de Governação da programação com comparticipação comunitária no período 2007-2003, estabelecido na Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, onde estavam previstos os órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento, prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas neste período de programação. Garante-se assim a sua coordenação através de um quadro regulamentar apropriado que permite a troca de informações, o despiste de sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspetiva de otimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

O protocolo estabelecido, em Abril de 2008, entre a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA e as entidades gestoras do PRO-EMPREGO (FSE) e do PRORURAL (FEADER) e coordenação regional do PROMAR (FEP), tem como objetivo a promoção de ações relativas ao despiste de situações de sobreposição e/ou duplicação de apoios concedidos, prevendo-se a comparação dos dados relevantes registados nos respetivos sistemas de informação. A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, programa com maior dotação financeira, ficou responsável por, semestralmente, realizar as tarefas de verificação dos apoios concedidos.

As informações de cada Programa Operacional, relativamente às operações aprovadas até 31 de Dezembro de 2012, (PROCONVERGENCIA, PRORURAL, PRO-EMPREGO e PROPESCAS – componente regional do PROMAR) foram tratadas de forma a evidenciar a delimitação clara de competências e de âmbito de intervenção tal como previsto no texto do Programa.

Quadro 2.18 - Projetos Aprovados até 31/12/2012

	PROCONVERGENCIA	PRO-EMPREGO	PRORURAL	PROPESCAS
Nº Projetos Aprovados	1.132	764	1.797	124
Custo Total Elegível (€)	1.287.927.963,66	275.696.975,54	218.014.066,85	30.001.368,90
Despesa Pública (€)	1.152.881.619,47	255.013.234,30	167.777.019,95	26.057.471,10
Fundo (€)	936.367.704,43	215.714.926,26	143.663.894,58	22.148.850,46
	(FEDER)	(FSE)	(FEADER)	(FEP)

Ao nível da complementaridade e conforme previsto inicialmente, verificam-se as seguintes situações:

- Entre PROCONVERGENCIA e PRORURAL
  - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA:
    - Construção das Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária;
    - Construção do Laboratório Regional de Enologia.
- Entre PROCONVERGENCIA e PROEMPREGO
  - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA (construção/adaptação e equipamento):
    - Escola de Formação Turística e Hoteleira;
    - Escola Profissional da Ilha de São Jorge;
    - Escola Profissional da Praia da Vitória;
    - Centro de Formação Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
    - Construção de novas instalações da EPROSEC – Escola Profissional do Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores.
  - As atividades formativas destas instituições são asseguradas pelo PROEMPREGO.
- PROCONVERGENCIA e PROPESCAS
  - Operações aprovadas pelo PROCONVERGENCIA (infraestruturas portuárias afetas ao setor pescas):
    - Portos de Pescas
      - Melhoramento do Porto de Pesca de Ponta Delgada (Flores);
      - Melhoramento das Condições Operacionais do Porto de Pesca de São Mateus (Terceira);
      - Ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo (São Miguel);
      - Beneficiação do Porto de Pesca da Fajã do Ouvidor (São Jorge);
      - Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Pesca de Rabo de Peixe.
    - Outras Infraestruturas
      - Fornecimento e Instalação de Postos de Acostagem Flutuantes no Porto da Praia (Graciosa);
      - Construção dos Edifícios de Armazéns de Aprestos do Porto da Praia (Graciosa);
      - Proteção da Base da Falésia e Melhoria das Infraestruturas de Apoio à Pesca no Porto Formoso (São Miguel);
      - Construção do Edifício da Lota do Porto da Praia (Graciosa);

- Execução da Pavimentação, Infraestrutura e Assinalamento Marítimo no Sector de Pescas do Porto da Praia (Graciosa);
- Proteção Marginal da Zona Adjacente ao Terminal de Combustíveis e Reabilitação da Obra complementar de Abrigo do Terrapleno do Núcleo de Pesca e do Hydrolift do Porto da Praia da Vitória (Terceira).

Ao nível do despiste de situações de sobreposição de cofinanciamento comunitário ou duplo financiamento de projetos aprovados até 31 de Dezembro de 2012, foram constituídas 4 bases de dados, uma para cada programa operacional, com recurso ao programa Microsoft Access 2007.

As bases de dados eram compostas pela identificação fiscal das entidades beneficiárias dos apoios comunitários, tendo sido geradas tabelas relacionais para verificação das entidades que se candidataram aos vários programas operacionais. Assim, verifica-se que existem várias entidades que são beneficiárias de mais do que um programa operacional, conforme está registado na matriz seguinte:

Quadro 2.19 - Nº de entidades beneficiárias dos vários PO

	PROCONVERGENCIA	PRO-EMPREGO	PROPESCAS	PRORURAL
PROCONVERGENCIA		36	4	28
PRO-EMPREGO	36		2	9
PROPESCAS	4	2		0
PRORURAL	28	9	0	

Posteriormente foram analisadas as ocorrências detetadas, comparando os projetos aprovados e concluindo sobre a eventual sobreposição de cofinanciamento ou duplo financiamento.

Após a análise efetuada, conclui-se que não existe sobreposição de cofinanciamento ou duplo financiamento de fundos comunitários nos programas operacionais em vigor na Região Autónoma dos Açores.

Ainda no âmbito da Orientação nº 5/2006, acima referida, foi atribuída à Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais a gestão e acompanhamento nos Açores do Programa de Cooperação Transnacional Madeira, Açores e Canárias (PCT MAC), no período 2007-2013. Embora a cooperação territorial não esteja no âmbito do QREN, é importante que seja analisado o eventual duplo financiamento comunitário dos projetos aprovados com beneficiários da Região no PCT MAC e os projetos aprovados no PROCONVERGENCIA.

O objetivo global do PCT MAC consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visa o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural. Até à presente data, foram aprovados 52 projetos, nos quais participam 30 entidades com sede nos Açores, repartidos pelos três eixos do programa:

Quadro 2.20 – PCT-MAC - Projetos Aprovados até 31/12/2012

Programa de Cooperação Transnacional – Madeira/Açores/Canárias	Nº Projetos Aprovados	Despesa Pública	FEDER
Eixo I – Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade da Informação	30	2.819.915	2.396.928
Eixo II – Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos	13	1.990.380	1.691.823
Eixo III - Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança	9	723.529	650.000
Total	52	5.533.824	4.738.751

Utilizando a metodologia de despiste de situações de sobreposição de cofinanciamento acima desenvolvida, foram detetados 19 beneficiários, dos 30 identificados, que também são beneficiários do PROCONVERGENCIA. Comparando os projetos aprovados em ambos os programas, conclui-se pela não existência de duplo financiamento.

A articulação com as demais intervenções operacionais é clara e definida, desde a fase de programação, a fronteira entre os apoios FEDER no âmbito do PROCONVERGENCIA e o apoio Fundo de Coesão, nos termos da participação regional no Programa Operacional Valorização do Território.

A complementaridade consubstancia-se ao nível de duas candidaturas aprovadas no PROCONVERGENCIA relativo a:

- Centros de processamento de resíduos e de valorização orgânica por compostagem nas ilhas das Flores e Graciosa;
- Construção do Centro de Resíduos da Ilha do Corvo

O eixo prioritário dedicado à Região no POVT acolhe os projetos de requalificação dos portos comerciais da Horta e da Madalena, a requalificação dos recursos hídricos de superfície na ilha de S. Miguel, Lagoas das Furnas e Sete Cidades, infraestruturas de gestão de resíduos, incluindo centros de processamento, triagem, tratamento mecânico e valorização orgânica.

Quadro 2.21 – POVT – Eixo III – Projetos Aprovados até 31/12/2012							
Estado do Projeto	Código Projeto	Designação	Montantes Aprovados		Montantes Executados		Taxa de Execu-ção
			Despesa Pública	Fundo de Coesão	Despesa Pública	Fundo de Coesão	
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000001	Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades	8.125.433,00	6.906.618,05	3.018.480,03	2.565.708,09	37,2%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000002	Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta	42.787.750,61	36.369.588,02	36.934.873,44	31.394.642,42	86,3%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000004	Reordenamento do Porto da Madalena - Construção de infraestruturas e obras para melhoramento das condições de abrigo do Porto da Madalena, na Ilha do Pico	13.050.630,32	11.093.035,77	11.521.310,29	9.793.113,74	88,3%
Contratada	POVT-13-0157-FCOES-000005	Centros de Processamento de Resíduos de Santa Maria, São Jorge, Pico e Faial e Selagem/remoção de lixeiras	23.797.500,00	20.227.875,00	7.550.427,40	6.417.863,27	31,7%
Aprovada	POVT-13-0157-FCOES-000007	Central de Tratamento e valorização de Resíduos da ilha Terceira	36.461.444,72	30.992.228,01	0,00	0,00	0,00%
Totais			124.222.758,65	105.589.344,85	59.025.091,16	50.171.327,52	47,5%

No final de 2012 foi aprovada uma candidatura, referente à tipologia "intervenções nas infraestruturas de gestão de resíduos, incluindo centros de processamento, triagem, tratamento mecânico e valorização orgânica", na ilha Terceira, TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da ilha Terceira, EEM.

2.6.2 – Instrumentos de Engenharia Financeira

Engenharia Financeira

Na preparação do PROCONVERGENCIA não estavam previstos instrumentos de engenharia financeira, concentrando-se o apoio ao investimento privado em sistemas de incentivos.

Com o agudizar dos efeitos da crise internacional, designadamente a falta de liquidez do sistema bancário e financeiro, originaram-se problemas acrescidos para as empresas açorianas, no

financiamento da sua atividade e na correspondente obtenção de crédito junto do sistema financeiro.

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA em articulação com o Governo dos Açores preparou um Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA), que introduz novas oportunidades e de diversificação de apoios do programa operacional ao tecido empresarial regional, o qual é constituído na quase totalidade por micro e pequenas empresas, complementando os sistemas de incentivos de base regional.

A par da elaboração do RAAPREA, a AG preparou também um documento que reflete os critérios de seleção desta nova tipologia de candidaturas e os níveis de pontuação correspondentes, para efeitos de análise de mérito.

Estes documentos foram remetidos para consulta da Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA, em 10 de Fevereiro de 2009, tendo sido aprovados a 26 de março de 2009.

O processo de análise e aprovação das candidaturas é da responsabilidade da autoridade de gestão e segue os procedimentos adotados no programa com base em critérios de admissibilidade, aceitação e de seleção estabelecidos.

Os mecanismos de acompanhamento, avaliação, controlo e auditoria adotados, aplicam-se do mesmo modo a estas candidaturas. Em particular, no âmbito do processo de acompanhamento, estão constituídos dossiers com os documentos suscetíveis de comprovar as informações, declarações prestadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das aplicações efetuadas, o qual poderá ser consultado a qualquer momento.

Os apoios são atribuídos ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de minimis.

Quadro 2.22 - Instrumentos de Engenharia Financeira

Designação da Operacao	Despesa Pública Aprovada	Fundo Aprovado	Despesa Pública Validada	Fundo Validado	Taxa de Realização (EX/AP)
Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	5.505.347,30	4.786.730,71	2.654.181,43	2.363.239,72	49,4%
Linha de Crédito Açores Investe	5.005.347,17	4.307.031,42	4.450.484,36	3.835.398,04	89,0%
Linha de Crédito Açores Empresas	1.898.958,03	1.640.562,57	1.411.727,62	1.226.416,72	74,8%
Linha de Crédito Açores Empresas II	600.000,00	533.497,98	377.232,35	344.145,48	64,5%
Criação de um Fundo de Capital de Risco nos Açores - FIAEA	1000.000,00	850.000,00	900.000,00	765.000,00	90,0%
Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	12.658.904,76	10.764.553,00	63.286,02	58.277,07	0,5%
Linha de Crédito Açores Investe II	5.546.000,00	4.939.100,00	2.260.673,43	2.146.572,42	43,5%
Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	5.500.000,00	4.675.000,00	0	0	0,0%
Linha de Crédito Açores Empresas III	1.700.000,00	1.445.000,00	400.000,00	340.000,00	23,5%
Linha Investe QREN	1.100.000,00	1.100.000,00	0	0	0,0%
Total	40.514.557,26	35.041.475,68	12.517.585,21	11.079.049,45	31,6%

Em 2012 foram aprovadas três novas linhas de crédito, a Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez, a Linha de Crédito Açores Empresas III e a Linha Investe QREN, vindo a reforçar os apoios previstos nas 6 linhas de crédito anteriormente criadas e aprovadas, bem como ao Fundo de Capital de Risco nos Açores – FIAEA, incluídos no Eixo Prioritário VII – Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores.

2.ª Tranche – INVESTE QREN

A conjuntura económica tem-se revelado particularmente adversa para as empresas, que enfrentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito, quer para colmatar as suas necessidades de tesouraria quer para implementar os respetivos projetos de investimento, em especial os aprovados no âmbito do QREN, comprometendo o seu crescimento e modernização bem como a sua competitividade no mercado nacional e internacional.

Em 2012 foi iniciada pelo Estado Português a negociação de detalhe com o BEI para a atribuição da segunda Tranche do Empréstimo Quadro, redirecionada para as empresas. A 21 de junho na reunião da 6ª Comissão de Acompanhamento, o IFDR apresentou o ponto de situação das negociações, tendo-se manifestado o firme interesse da Região em beneficiar destes meios de financiamento.

Pelo despacho n.º 12748/2012 de 6 de setembro, publicado no Diário da República, 2ª série de 28 de setembro de 2012, foram fixadas as condições de acesso e utilização dos financiamentos da 2ª tranche do empréstimo quadro (EQ).

O acesso à linha de financiamento INVESTE QREN, que tem uma linha específica para a Região, é realizado através dos bancos que manifestaram vontade de aderir à sua utilização, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração institucional com o IFDR.

Nos termos do Despacho n.º 12748/2012 foi designada como entidade gestora da linha de financiamento INVESTE QREN a sociedade SPGM - Sociedade de Investimento, S. A., cabendo ao IFDR a responsabilidade de coordenação e supervisão dos processos de contratação e gestão da dívida, a articulação de fluxos financeiros com a DGTF e os bancos, bem como a interlocução com a CCS.

A Autoridade de Gestão acompanhou todo este processo culminando com a formalização da candidatura Linha Investe QREN ao PROCONVERGENCIA, tendo a mesma sido aprovada em 25 de outubro, com um montante de comparticipação comunitária de 1,1 milhões de euros. Esta operação visa um reforço dos meios financeiros da SPGM - Sociedade de Investimento S.A. (adiante designada por SPGM) e do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), no âmbito do lançamento e gestão da linha de financiamento ao investimento empresarial Investe QREN.

Participação nas Iniciativas – Jeremie e Jessica

Refere-se que não foram utilizados instrumentos financeiros previstos no âmbito das iniciativas JEREMIE e JESSICA, promovidas pela União Europeia, prevendo-se que, caso não sejam utilizados durante a vigência do PROCONVERGENCIA, o venham a ser no próximo período de programação.

2.7 Acompanhamento e Avaliação

2.7.1 - Acompanhamento

Autoridade de Gestão

A Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais assume, nos termos do previsto na regulamentação comunitária, a responsabilidade de autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, tendo sido designada para o efeito através de Resolução do Governo dos Açores.

Estruturando-se o PROCONVERGENCIA em vários instrumentos de política pública, as funções de análise e aprovação de candidaturas durante o ano de 2012 foram apoiadas, em termos consultivos, por comissões de seleção, constituída uma por cada eixo prioritário, integradas por elementos com responsabilidades na gestão desses instrumentos, no âmbito dos principais domínios de intervenção englobados em cada eixo.

Em termos de funcionamento interno a Autoridade de Gestão assentou em dois grandes níveis:

Estrutura

No primeiro nível situa-se o gestor do programa operacional, o diretor da DRPFE, como primeiro responsável da autoridade de gestão, com a capacidade exclusiva de decisão, de representação principal da autoridade de gestão e ainda com a coordenação direta de algumas funções de gestão.

Compreende ainda um elemento de coordenação, o diretor de serviços da DRPFE, que tem como principal função a coordenação direta de algumas funções de gestão e de representação da autoridade de gestão, quando solicitado e/ou na falta e impedimentos do gestor.

O secretariado técnico do PROCONVERGENCIA estrutura-se em unidades operacionais segregadas, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e ainda comunicação.

Acresce ainda funções de Apoio Geral que são exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da DRPFE, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e atualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo e a atualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

Funções delegadas pela autoridade de gestão

Conforme previsto no número 2 do Artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, e em consonância com as disposições dos artigos 42.º e 43.º do mesmo Regulamento, as funções de gestão relativas a

sistemas de incentivo ao investimento privado, inseridos no Eixo prioritário VII – Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores, foram delegadas na Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, Câmaras de Comércio, Direção Regional de Turismo e Fundo Regional de Transportes.

As principais atividades desenvolvidas

Os trabalhos da Autoridade de Gestão desdobraram-se em dois grandes vetores: por um lado, o exercício das suas competências na análise e aprovação de candidaturas, no processo de análise e validação dos procedimentos de contratação pública e dos pedidos de pagamento dos promotores, no acompanhamento das operações e na comunicação, e, por outro lado, na reformulação dos instrumentos de base necessários à obtenção da declaração de conformidade da gestão, aspeto essencial para o estabelecimento dos fluxos financeiros com a Comissão Europeia.

Em relação ao funcionamento corrente da gestão, à data de 31 de Dezembro de 2012 tinham sido apresentadas 2 000 candidaturas (15 em 2007, 128 em 2008, 400 em 2009, 390 em 2010, 587 em 2011 e 480 em 2012). Deste universo foram admitidas 1.749 candidaturas e aprovadas 1.132 operações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe por eixo.

Quadro 2.23 – Candidaturas ao PROCONVERGENCIA – Valores Acumulados

Eixo Prioritário / Área de Intervenção		Candi-daturas apre-sentadas	Candi-daturas admitidas	Candi-daturas aprovadas	Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)	Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)
		Nº	Nº	Nº	%	%
Total		2.000	1.749	1.132	95%	61%
EP VII -	Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	1.454	1.265	688	96%	52%
EP VIII -	Qualificar e integrar a sociedade açoriana	182	159	137	85%	74%
EP IX -	Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	338	304	285	93%	87%
EP X -	Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	21	18	15	84%	79%
EP XI -	Assistência Técnica	5	5	5	100%	100%

Em 2012 realizaram-se 38 consultas às comissões de seleção, apresentando-se no quadro seguinte a periodicidade e desagregação por eixo prioritário:

Quadro 2.24 - Consultas Escritas Efetuadas às Comissões de Seleção (CS) em 2012												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	10	20	29			5, 11	2, 16		21	22		
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	10	8, 20	29		2, 11	11	2, 16, 20	6	21	1, 22, 26		20
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	10	20	29		11	11	2, 16, 20	6		1, 22, 26		21
EP X- Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade												
EP XI - Assistência Técnica												

A partir de dados do sistema de informação do programa, o SIPOP, evidenciam-se alguns indicadores físicos ocorridos em 2012 na interação entre beneficiários e a gestão do PO.

Quadro 2.25 – Indicadores de Gestão em 2012	
Indicador	Quantidade
Candidaturas Submetidas	480
Ficheiros introduzidos (documentos, check-list, outros)	39 296
Pedidos de pagamento submetidos	2 031
Documentos de despesa analisados	22 764

Destaca-se no ano de 2012 o acentuar do número de pedidos de pagamento apresentados (mais 599 que em 2011), o que se traduziu na análise de aproximadamente 23 mil documentos de despesa.

As iniciativas de divulgação e informação concretizaram-se através da publicação no site do programa, bem como, pelo envio aos beneficiários das orientações conforme detalhe no quadro seguinte. Foram igualmente desenvolvidas as tarefas necessárias à atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e manuais de procedimento.

Quadro 2.26 – Orientações Prestadas pela Autoridade de Gestão		
Unidade / Designação da Orientação	Referência	Data
Circular Reprogramação Técnica do QREN 2007-2013	SAI-DREPA/2012/453	28 de fevereiro de 2012
Informação – Majoração das taxas de comparticipação – Mecanismo Top Up	SAI-DREPA/2012/787	10 de abril de 2012
Informação – Majoração das taxas de comparticipação – Mecanismo Top Up	SAI-DREPA/2012/803	11 de abril de 2012
Circular - Notas sobre a execução do PROCONVERGENCIA	SAI-DREPA/2012/1500	9 de julho de 2012

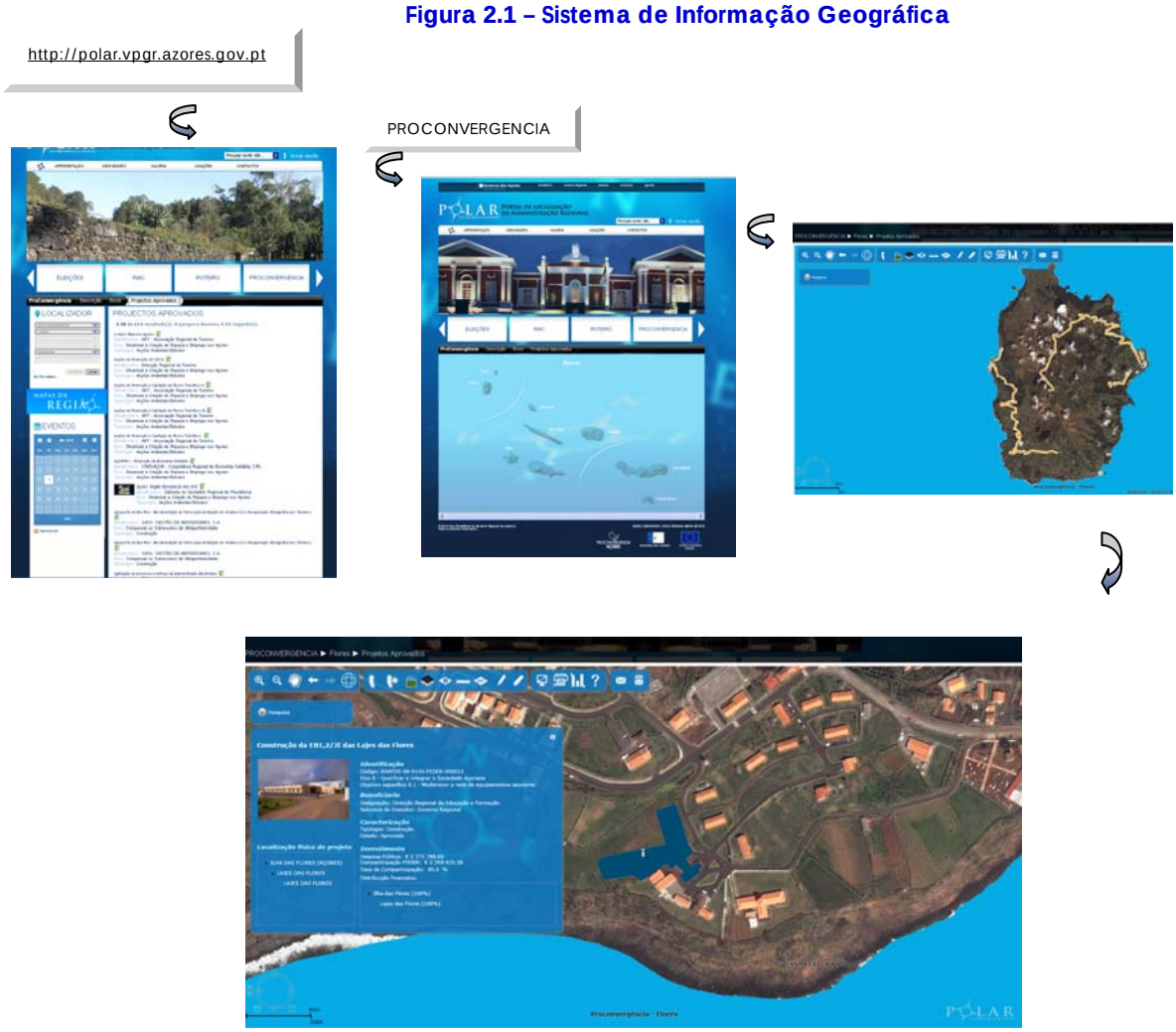
Sistema de Informação Geográfica

A georreferenciação das operações aprovadas no âmbito do PROCONVERGENCIA teve início efetivo em fevereiro de 2011, com a estabilização da linha orientadora do projeto SIG-VGPR (Sistema de Informação Geográfica da Vice-presidência do Governo Regional) e os canais de comunicação entre as entidades, a metodologia de georreferenciação de cada operação, as classificações, tipologias e forma de representação da informação.

Numa primeira fase procedeu-se à recuperação de todo o histórico de operações aprovadas desde a implementação do PROCONVERGENCIA contabilizando-se no final de 2011 já tratadas 310 operações públicas.

No decurso de 2012 foram georreferenciadas mais 167 operações, atingindo-se assim 477 operações georreferenciadas de um toral de 592 operações georreferenciáveis, o que corresponde a uma taxa de execução de 81%.

Figura 2.1 – Sistema de Informação Geográfica



Verificações e Pista de Auditoria

A autoridade de gestão promove ações de acompanhamento e de verificação junto dos promotores no sentido de assegurar uma eficiente gestão dos recursos públicos, em particular os recursos comunitários.

Foram realizadas, em 2012, 120 ações de acompanhamento, que constaram de visitas aos beneficiários e verificações documentais e físicas das operações. Estas ações foram efetuadas no seguimento da submissão de Relatórios Finais por parte dos beneficiários e tiveram como finalidade a verificação de que as operações em causa foram executadas de acordo com o previsto.

Das ações de acompanhamento que decorreram durante o ano de 2012, foram concluídas 50, havendo o correspondente desbloqueio do Saldo Final das operações com montante retido.

A unidade de acompanhamento e controlo, durante o período de 2007 a 2012, efetuou 275 ações de acompanhamento, tendo concluído 205 ações, o que representou uma taxa de conclusão de 75 %.

Quadro 2.27 – Ações de Acompanhamento

Eixos	2012		2007 / 2012	
	Nº Total	Nº Ações Concluídas	Nº Total	Nº Ações Concluídas
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	54	15	82	43
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	21	13	62	54
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	42	21	122	101
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	3	1	8	6
EP XI - Assistência Técnica do Programa	0	0	1	1
TOTAIS	120	50	275	205

A unidade de acompanhamento e controlo realizou, 9 ações de verificação, em 2012, o que representou um esforço de controlo de 7,4%, abrangendo uma despesa pública objeto de controlo de 11,9 milhões de euros.

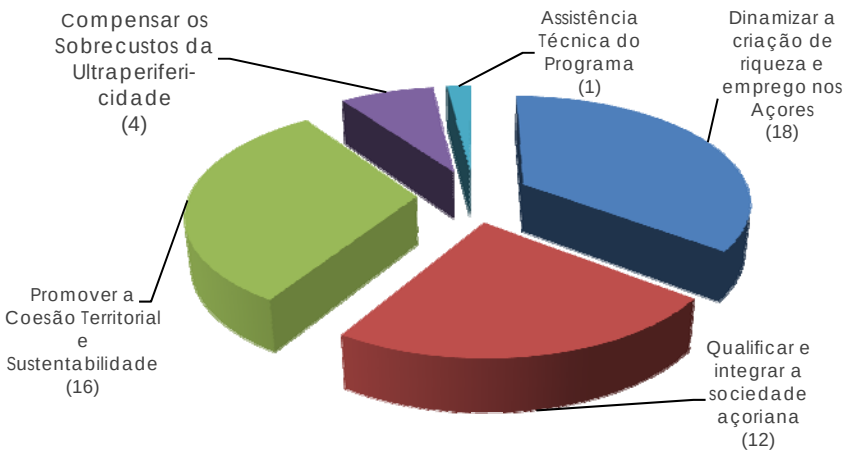
Por eixos, em 2012, as ações de verificação foram selecionadas atendendo aos seguintes fatores:

- Eixos prioritários que não tinham ainda sido objeto de verificação anteriormente;
- Objetivo específico que não tinha sido ainda objeto de verificação.

Quadro 2.28 – Ações de Verificação										
Eixos	2012					2007 / 2012				
	Nº A-ções	Despesa Pública Executada (a)	Despesa Pública Verificada (b)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Esforço Controlo (%) (b)/(a)	Nº A-ções	Despesa Pública Executada (c)	Despesa Pública Verificada (d)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Esforço Controlo (%) (d)/(c)
EP VII - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	4	52.200.525	1.412.156	0	2,71%	18	176.816.158	24.596.416	29.380	13,91%
EP VIII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	1	48.145.757	4.249.126	267.309	8,83%	12	197.008.995	38.058.714	322.851	19,32%
EP IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade	3	44.004.933	5.113.286	68.388	11,62%	16	267.846.366	53.194.455	310.658	19,86%
EP X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	1	14.982.302	1.114.485	0	7,44%	4	119.243.110	37.859.304	0	31,75%
EP XI – Assistência técnica	0	1.310.581	0	0	0,00%	1	2.378.578	669.358	0	28,14%
TOTAL	9	160.644.099	11.889.054	335.698	7,40%	51	763.293.207	154.378.247	662.889	20,23%

No período de 2007/2012, foram efetuadas 51 ações de verificação, abrangendo todos os eixos prioritários. Em termos acumulados, registou-se um esforço de controlo de 20,2% de toda a despesa executada até 31 de Dezembro de 2012.

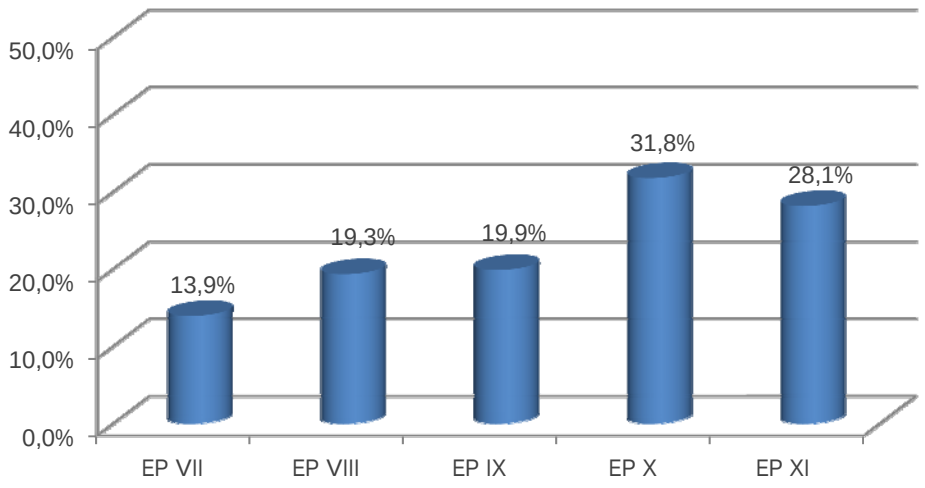
Gráfico 2.8 – Número de Ações de Verificação por Eixos – 2007 / 2012



O esforço de controlo, em 2012, incidiu preferencialmente sobre os três eixos prioritários que concentraram 90% do montante de despesa pública executada (EP VII, EP VIII e EP IX). Em termos

acumulados estes três eixos prioritários representam 84% da despesa pública executada e 75% da despesa pública verificada.

Gráfico 2.9- Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2012



Na Descrição do Sistema de Gestão e Controlo o limiar estimado, que corresponde ao objetivo anual, em termos percentuais, do esforço de controlo, estipula pelo menos 10%, nos dois primeiros anos, enquanto nos restantes anos o valor mínimo a verificar será de 5%.

Estando o valor do limiar estimado a ser superado anualmente, a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA procurou obter uma representatividade mais equilibrada das ações de verificação realizadas e englobar todos os eixos prioritários.

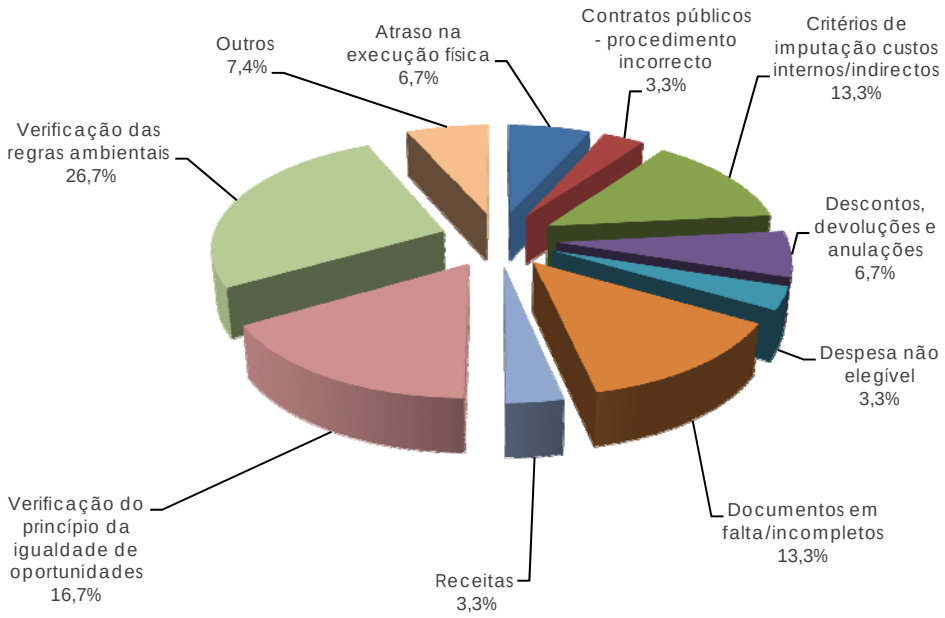
No ano de 2012 e em termos globais, no conjunto das auditorias, das ações de acompanhamento e de verificação realizadas, as não conformidades mais frequentes relacionam-se com critérios de imputação de custos internos/indiretos, verificação do princípio da igualdade de oportunidades e verificação das regras ambientais.

A Autoridade de Gestão tem introduzido alterações nos seus instrumentos de análise e de verificação para garantir a conformidade e/ou evidenciar as situações detetadas, promovendo a verificação administrativa de todos os pedidos de pagamento, bem como, a verificação de todos os procedimentos de contratação pública.

Os beneficiários são notificados das observações e/ou recomendações emitidas, as quais têm um efeito positivo ao contribuírem para minorar os erros em procedimentos futuros.

No gráfico seguinte apresenta-se o peso relativo das 30 ocorrências registadas no ano de 2012.

Gráfico 2.10 – Não conformidades – Número de Ocorrências



Contabilização de Dívidas

O registo de dívidas e a recuperação de pagamentos indevidos, é exclusivamente da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, não havendo delegação de competências ao Organismo Intermédio.

No PROCONVERGENCIA o sistema de informação permite identificar todas as situações que envolvam montantes a devolver pelo beneficiário final, bem como o acompanhamento das mesmas até à recuperação integral dos montantes relativos a pagamentos indevidos.

Todo o processo de registo das dívidas está de acordo com a Norma IFDR nº 2/2008, de 16 de Outubro e a Circular IFDR nº 3/2008, de 12 de Dezembro.

Nessa base de registo de devedores são lançadas, não só as dívidas resultantes de irregularidades detetadas pela atividade corrente de gestão e controlo do programa, como também as resultantes de auditorias da responsabilidade da Autoridade de Auditoria, da estrutura segregada da Autoridade de Certificação, da Comissão Europeia, do Tribunal de Contas, da OLAF e restantes entidades de controlo.

O reporte da constituição de uma nova dívida ou de uma alteração do processo de dívida, encontra-se disponível em SIPOP, podendo a Autoridade de Certificação, ter uma visão atualizada do Sistema Contabilístico de Divida do programa (conforme o previsto no nº 9 do ponto 7 da Norma IFDR nº 2/2008, de 16 de Outubro).

A transmissão dos elementos de informação do Sistema Contabilístico de Divida é feita por via de uma ligação VPN com a Autoridade de Certificação.

Em 2012 foram registadas dívidas no montante cofinanciado de 1 116 154,99 €, das quais resultaram recuperações, por compensação, no montante de 1 116 136,99 € de FEDER.

Em termos acumulados foram registadas dívidas no montante cofinanciado de 5 871 711,13 €, das quais resultaram recuperações, por compensação, no montante de 5 166 024,38 € de FEDER.

Monitorização

Conforme definido no Modelo de Governação do QREN, incumbe ao IFDR a monitorização operacional e financeira do QREN e dos Programas Operacionais no que se refere às operações financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

Nestes termos foram estabelecidos procedimentos pelo IFDR (norma IFDR nº 3/2009) para garante da recolha periódica de informação FEDER e Fundo de Coesão.

A Autoridade de Gestão atualizou, mensalmente, os quadros referentes aos fluxos financeiros no âmbito do PROCONVERGENCIA. No que respeita à monitorização operacional e financeira, a recolha é suportada por um modelo que produz automaticamente três ficheiros sendo a informação enviada mensalmente, através de VPN de acordo com especificações técnicas facultadas pelo IFDR.

Ações de Controlo

Todo o reporte sobre as ações de acompanhamento e controlo e de auditorias, desde a sua preparação, até aos relatórios finais produzidos, estão disponíveis em SIPOP para consulta e análise das autoridades de certificação e de auditoria, que remotamente podem aceder ao Sistema de Informação, com a capacidade de desenvolver, de forma acessível, uma pista de auditoria completa e fiável.

Entidades Nacionais

Unidade de Auditoria e Controlo - IFDR

Em 2012 a Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR desenvolveu uma Acão de controlo relativa à despesa pública certificada de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011. Esta ação incidiu sobre uma amostra de 12 operações.

A Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR procedeu ao envio dos relatórios preliminares diretamente às entidades beneficiárias das operações alvo de auditoria, tendo na sequência da apreciação das alegações apresentadas elaborado a 31 de outubro o relatório final.

A Autoridade de Gestão ficou incumbida de proceder à notificação dos beneficiários e de efetuar as correções financeiras identificadas, de proceder à correção da despesa irregularidade não abrangida na amostra, bem como, de proceder ao follow-up das recomendações.

Estas tarefas foram executadas no primeiro trimestre de 2013 e estão devidamente assinaladas no sistema de informação do Programa e nos reporte do sistema contabilístico de Dívida e de Certificação de Despesa.

Quadro 2.29 – Síntese Conclusiva					
Nº Operações	Despesa Pública Certificada	Despesa Pública auditada	Peso (%)	Correções Financeiras (Despesa Pública)	Taxa de Erro (%)
12	52.579.23,16	52.579.23,16	100	944.055,79	1,79
Código Operação		Tipo Erro	Correção Financeira (Despesa Pública)	Medidas tomadas	
RAAFDR-07-0280-FEDER-000051		Despesa de natureza não elegível	14.948,76	Correção financeira registada a 28-02-2013	
RAAFDR-07-0482-FEDER-000008		Adjudicação ilegal	925.890,86	Correção financeira registada a 19-02-2013	
RAAFDR-09-0531-FEDER-000016		Descontos, devoluções e anulações	3.216,17	Correção financeira registada a 19-02-2013	

O montante de correções financeiras ascende a 944.055,79 €, ao qual corresponde uma comparticipação FEDER de 802.447,42 €, o que representa uma taxa de erro de 1,79%.

Autoridade de Auditoria - IGF

A Inspeção-geral de Finanças (IGF), conforme consta do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, foi a entidade designada em Portugal para o exercício das responsabilidades cometidas à Autoridade de Auditoria (AA), nos termos definidos no art.º 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC).

Para a concretização daquelas responsabilidades, a IGF realizou no ano de 2012, um conjunto de auditorias dirigidas para a recolha de evidências quanto ao efetivo funcionamento do sistema de gestão e controlo do PO PROCONVERGENCIA, em áreas temas específicas.

Decorreu em março de 2012 uma auditoria aos sistemas de gestão e de controlo do FEDER e FC, no domínio da verificação da análise dos estudos custo benefício e do cálculo dos défices de financiamento. Esta auditoria visou a análise dos procedimentos adotados pela gestão no âmbito da verificação dos estudos e cálculos dos défices de financiamento disponibilizados pelos beneficiários aquando da apresentação das candidaturas. Foi verificado pela IGF que a Autoridade de Gestão tinha formalizado através da orientação de gestão n.º 5/2008 os procedimentos a adotar e a metodologia a observar neste domínio.

Em julho de 2012 decorreu uma auditoria ao cumprimento das regras nacionais e comunitárias em matéria do ambiente no contexto do FEDER e FC. Ao nível global a auditoria concluiu que existia orientação da gestão (n.º 1/2011 de abril de 2011), sobre esta temática. Contudo, refere alguma limitação de informação na verificação das medidas de incidência ambiental.

No período de 3 a 21 de setembro foi efetuada uma auditoria ao sistema de gestão e de controlo do FEDER no domínio da Igualdade de Oportunidades. Esta auditoria visou a emissão de um parecer sobre os procedimentos adotados pela Autoridade de Gestão, ao nível das verificações de administrativas e no local, no domínio da igualdade de oportunidades. A auditoria identificou algumas lacunas nos procedimentos, nomeadamente nas check-list de verificação administrativa e de verificação no local, assim como, na análise de admissibilidade da candidatura. No entanto, dos projetos que constaram da amostra não foram detetadas quaisquer situações irregulares em matéria de igualdade de oportunidades.

Em setembro de 2012, a Autoridade de Auditoria realizou uma auditoria ao sistema de gestão e de controlo do FEDER no domínio dos Custos Indiretos. O objetivo visou a emissão de um parecer sobre a eficácia de funcionamento da Autoridade de Gestão no domínio dos custos indiretos, nomeadamente da razoabilidade das despesas apresentadas. As recomendações incidiram sobre a análise das chaves de imputação e respetivos pressupostos.

Destaca-se que no âmbito destas auditorias temáticas não foram identificadas despesas não elegíveis, estando as recomendações satisfeitas ou em implementação.

Comissão Europeia

Em 2012 não foram promovidas auditorias por parte da Comissão Europeia ao PO PROCONVERGENCIA.

6ª Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

A 6ª Comissão de Acompanhamento conjunta PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO reuniu a vinte e um de junho de dois mil e doze, no Hotel Terra Nostra nas Furnas, ilha de São Miguel, tendo os trabalhos incidido na análise e aprovação, por unanimidade, dos Relatórios de Execução do PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO relativos ao ano de 2011.

Para além da apresentação do ponto de situação atualizado a 31 de maio dos programas, foram abordadas as propostas de reprogramação dos programas operacionais regionais no âmbito da reprogramação estratégica do QREN e das medidas de combate ao desemprego jovem.

Participaram nos trabalhos deste órgão de acompanhamento da aplicação dos fundos estruturais, vários dirigentes da administração pública regional, parceiros socioeconómicos, bem como representantes da Comissão Europeia e também dos departamentos do Governo da República responsáveis nacionais pelos fundos estruturais.

4º Encontro Anual da Comissão Europeia

A 20 e 21 de novembro de 2012 realizou-se em Lisboa o quarto Encontro Anual relativo aos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013.

Deu-se assim cumprimento ao disposto no artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no âmbito do qual prevê que a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão devem analisar, no seguimento da apresentação dos relatórios anuais de execução, os progressos realizados a nível da execução dos Programas Operacionais, os principais resultados obtidos no ano anterior, a execução financeira, bem como outros fatores com vista a melhorar a sua execução.

À semelhança de 2011, a Comissão Europeia propôs a realização de uma reunião de caráter transversal no dia 21 à tarde, relativa a questões comuns aos diversos Programas Operacionais.

Sob proposta da Comissão Europeia, a ordem de trabalhos do Encontro Anual (reunião transversal) incluiu a análise e aprofundamento dos seguintes temas:

- Ponto de situação da implementação do FEDER e do Fundo de Coesão QREN
  Realização dos PO
  Meta n+3
  Grandes projetos
  Medidas adotadas para reforçar a execução
  Respostas do QREN à situação económica atual incluindo Impulso Jovem
- Ponto de situação das Reprogramações dos PO
- Apresentação temática sobre iniciativas urbanas

- Diversos
  Breve balanço dos eventos anuais
  Ponto de situação dos processos de avaliação
  Ponto de situação sobre o Empréstimo-Quadro do BEI
  Ajudas de Estado – novas regras

A reunião bilateral com o PROCONVERGENCIA foi promovida na manhã de dia 21. Os temas abordados nesse encontro, comuns aos demais PO, incidiram sobre a implementação do Programa, o relatório de execução anual, o ponto de situação da reprogramação de 2012 e o evento anual 2012/2013.

O Encontro Anual deu origem à apresentação de um projeto de Conclusões transmitidas pela Comissão Europeia ao IFDR, o qual promoveu a recolha de contributos junto das Autoridades de Gestão, tendo o resultado dessa consulta sido transmitido aos serviços comunitários a 18 de janeiro de 2013.

Parceria

O âmbito das parcerias não sofreu alterações relativamente às já existentes e reportadas em documentos anteriores.

A parceria mais frequentemente utilizada envolve a administração regional com outros parceiros e diz respeito à montagem institucional e financeira de operações, designadamente em investimento da responsabilidade dos municípios, associações empresariais e associações sem fins lucrativos, mas em que as finalidades dos mesmos demonstram possuir um interesse geral.

Para esse efeito, a contratualização toma as mais diversas formas, sendo os contratos de cooperação, os principais instrumentos de parceria dos investimentos públicos, podendo assumir não apenas uma única direção, mas uma colaboração recíproca e conjunta, ou seja, existir uma modalidade de contrato de cooperação técnica e financeira da administração regional na realização de investimentos de âmbito das competências das autarquias, uma outra modalidade de contratos de colaboração das autarquias na realização de investimentos no âmbito da competência da administração regional e ainda contratualização para a coordenação das intervenções dos dois níveis de administração de projetos que respeitem conjuntamente as competências da administração regional e da local.

Existem diversos exemplos de operações realizadas neste contexto de cooperação entre as administrações públicas, particularmente as intervenções no parque escolar, onde as competências estão repartidas pelas duas administrações, o primeiro ciclo atribuído às autarquias locais e os restantes ciclos à administração regional e a parceria se conjuga e articula na definição e apresentação de uma única candidatura global e coerente.

No domínio da execução de algumas operações na área temática do Turismo, vertente da promoção e divulgação turística, registam-se contratos de parceria entre a administração regional, com a Associação de Turismo dos Açores (ATA), Associação Regional de Turismo (ART) e com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, as quais com base neste instrumento se responsabilizam pela implementação de ações de interesse para o desenvolvimento turístico regional.

A forte dinâmica de aprovações verificada na área temática da Inclusão social, só foi possível graças às parcerias estabelecidas entre a administração regional e as instituições de solidariedade social na figura de acordos de cooperação - valor investimento, em que o financiamento das operações fica a cargo da primeira e a execução compete à segunda.

A parceria surgida entre a administração regional e a administração central, levou à aprovação de 2 operações relevantes no programa. Por um lado, a instalação uma rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade através do cabo submarino de fibra ótica ligando as ilhas Flores e Corvo, ilhas que se encontravam deficitárias no acesso às redes de nova geração. A administração central lançou a nível nacional o procedimento e a adjudicação e o programa regional acolheu o financiamento da operação. Por outro lado, a Linha INVEST QREN, destinada ao financiamento da contrapartida nacional privada associada à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER no âmbito dos sistemas de incentivos, foi criada a nível da administração central e posteriormente integrada no PROCONVERGENCIA, através de uma linha específica para os Açores.

Desde o lançamento do programa que a autoridade de gestão se associou em parceria com entidades regionais, visando delegar competências de gestão, tendo para o efeito celebrado contratos com organismos intermédios, no quadro regulamentar definido para este fim.

Essas entidades públicas regionais desenvolvem as suas competências com historial fundamentalmente na gestão dos sistemas de incentivos, havendo ainda, neste domínio, uma delegação de poderes concedida à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), que funciona em estreita articulação e supervisão do departamento do governo com que a Autoridade de Gestão estabeleceu um contrato para exercício de atividades de organismo intermédio.

Existem outras parcerias institucionais, não contratualizadas, entre a autoridade de gestão e organismos setoriais da administração regional, orientadas para a emissão de pareceres de natureza técnica e de enquadramento nas linhas programáticas dos Instrumentos de política pública de âmbito regional. O apelo a essa participação, abrangendo as mais diversas entidades com competências em domínios específicos da educação, da cultura, do ambiente e do turismo, acontece em função da tipologia e natureza da operação ou da especificidade da matéria. Indicam-se três exemplos dessas parcerias:

1 - A DRAIC participa no processo de admissão das candidaturas, através de pareceres sobre as operações promovidas pelas associações empresariais, associações sem fins lucrativos e

associações de desenvolvimento local nas áreas temáticas do apoio à competitividade e ao empreendedorismo.

2 - A Direção Regional do Trabalho Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, autoridade regional com competências em matéria de emprego e formação profissional e, em simultâneo, designada autoridade de gestão do programa PROEMPREGO, é consultada sempre que estão em causa operações envolvendo investimentos dirigidos à criação ou ao acréscimo/ melhoria das infraestruturas de ensino profissional (instalações e apetrechamento).

3 - A Direção Regional da Agricultura é solicitada a prestar informação sobre terrenos que, enquadrados numa candidatura estritamente associada à infraestrutura a construir, possam ter beneficiado, enquanto elementos afetos à produção agrícola, de ajudas do fundo estrutural para a agricultura. Essa colaboração tem permitido despistar a existência da duplicação de ajudas sobre as componentes de terrenos, incluídas nas operações candidatas.

Organismos Intermédios e Subvenções Globais

Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade

A Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade (DRAIC), serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento ao investimento privado, foi constituído organismo intermédio para exercício de algumas funções de autoridade de gestão para as operações relativas a processos de incentivo ao investimento privado inseridos no Eixo prioritário 7 (ex- Eixo 1) – Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores.

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA delegou essas competências, conforme contrato assinado a 19 de Maio de 2008. Por recomendação da Inspeção Geral das Finanças, o contrato de delegação de competências foi revisto, clarificando-se a colaboração das Câmaras do Comércio dos Açores em algumas tarefas de gestão, exclusivamente no subsistema de desenvolvimento local para projetos com investimento inferior a 200 mil euros, tendo esta nova versão sido assinada pelas partes em 16 de Junho de 2010.

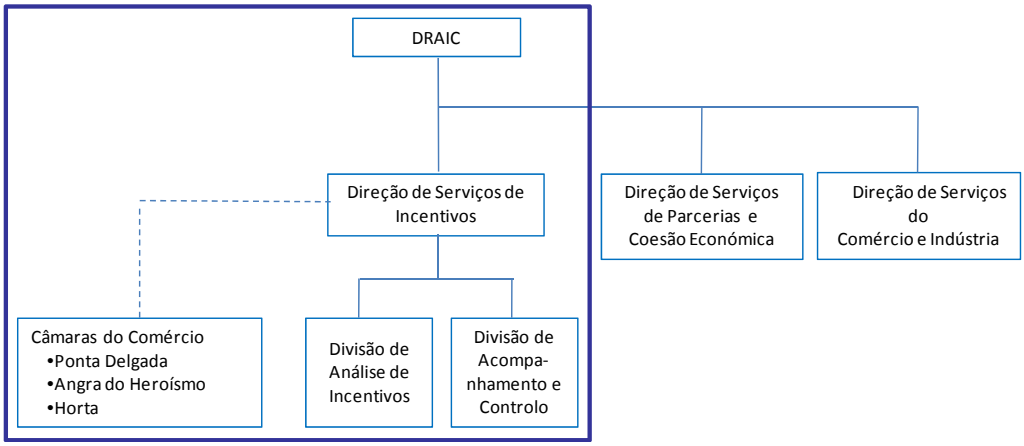
Salienta-se que, em termos operacionais, todos os intervenientes utilizam as mesmas ferramentas de análise e procedimentos de gestão comuns.

No âmbito da revisão do contrato e no que diz respeito exclusivamente à aplicação do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local, cabe à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores através das suas associadas, assegurar um conjunto de tarefas bem definidas não estando atribuída qualquer competência de aprovação de projetos.

A organização e funções desta direção regional, cujo organigrama a seguir se apresenta, apontam para uma especialização na apreciação e acompanhamento de projetos de investimento privado,

dispondo de um corpo de técnicos com a experiência e formação mais adequada e consentânea com estas funções.

Figura 2.2 - Organigrama da Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade



É de realçar nos trabalhos desenvolvidos em 2012 o acompanhamento aos projetos, através de verificações físicas no local, registando-se vistorias a 102 projetos.

A repartição por subsistema e a distribuição por ilha estão expressas nos quadros seguintes.

Quadro 2.30 – Vistorias por Subsistema

Subsistema	Nº de Projetos
DL	66
DE	6
DQ	1
DT	29
Total	**102**

Quadro 2.31 – Resumo Processos / Vistorias por Ilha

Subsistema	Nº de Processos	Nº vistorias
Santa Maria	2	2
S. Miguel	45	47
Terceira	24	26
Graciosa	6	6
S. Jorge	7	7
Pico	7	7
Faial	2	3
Flores	6	7
Corvo	1	1
S. Miguel/Terceira/Faial/Flores	1	
S. Miguel/Terceira	1	
Total	**102**	**106**

Para os casos em que os projetos envolvem mais do que um estabelecimento, efetuaram-se vistorias a cada um dos estabelecimentos.

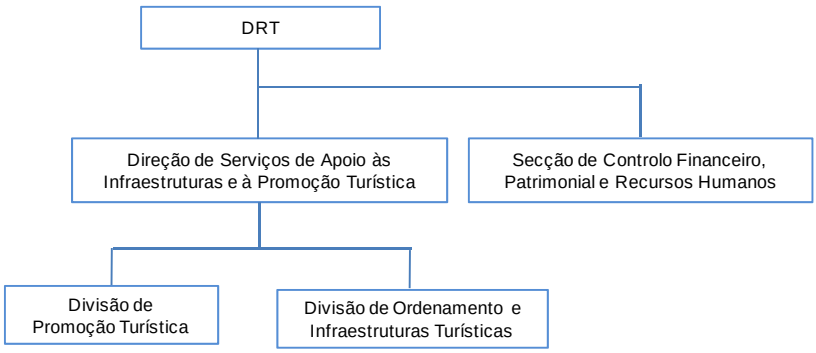
Direção Regional do Turismo

A Direção Regional do Turismo (DRT) é um serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento da atividade turística. Foi constituído organismo intermédio para exercício de algumas funções de autoridade de gestão para um conjunto muito restrito de operações relativas a ações e eventos de animação e promoção turísticas, incluídos no Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 21/2007/ A, de 24 de Outubro. (SIDER-DTc).

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA delegou essas competências, conforme contrato assinado a 9 de Agosto de 2010. Está previsto um universo relativamente reduzido de beneficiários, sendo, por outro lado, os incentivos de pequena expressão, enquadráveis na atribuição de auxílios de minimis.

A organização e funções desta direção regional, cujo organograma a seguir se apresenta, apontam para uma especialização na apreciação e acompanhamento de projetos no âmbito da atividade turística, dispondo de um corpo de técnicos com a experiência e formação mais adequada e consentânea com estas funções.

Figura 2.3 - Organigrama da Direção Regional do Turismo



Fundo Regional dos Transportes Terrestes

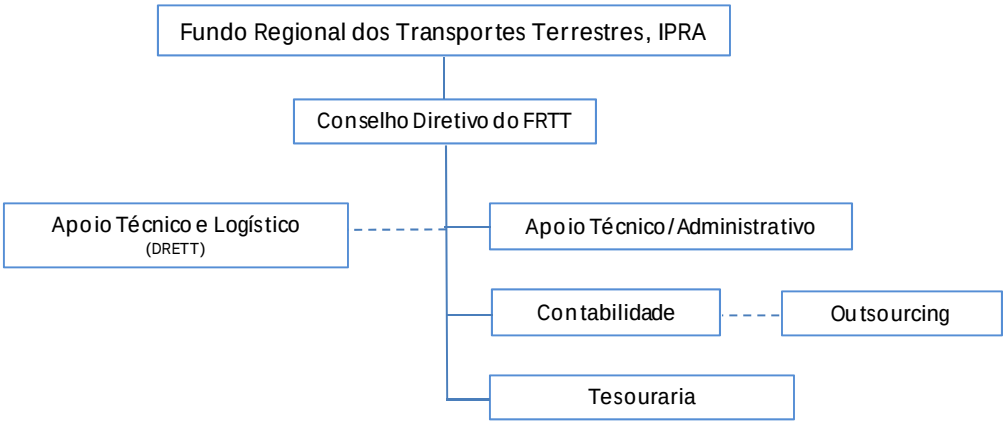
O Fundo Regional dos Transportes Terrestres (FRTT), é a entidade com competências na área dos transportes terrestres, tendo sido constituído organismo intermédio para o exercício de algumas funções da autoridade de gestão no âmbito da atribuição dos incentivos previstos na Portaria n.º 21/2000, de 23 de Março, alterada pelas Portarias nºs 51/2002, de 20 de Junho e 12/2003, de 6 de

Março, tendo sido alvo do Auxílio Estatal (AE) n.º507/2001 – Portugal (Açores), prorrogado pelo Auxílio Estatal 408/2010.

O Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação de Frotas no Transporte Coletivo Regular de Passageiros, abreviadamente designado por SIRIART, enquadra-se no eixo VII do PROCONVERGENCIA – «DINAMIZAR A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NOS AÇORES», englobado no subprograma 7.1. "Qualificar o investimento empresarial".

O sistema de incentivos SIRIART tem como objetivo contribuir para a renovação da frota adstrita, ao transporte coletivo regular de passageiros, tendo em vista a racionalização das explorações, a melhoria dos serviços prestados, a modernização das unidades de transporte e a consequente redução do impacto ambiental por elas provocado, especificamente nas limitações dos níveis de poluição sonora e de emissão de gases.

Figura 2.4 - Organigrama do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA



Em 2012 foram desenvolvidas as tarefas delegadas, incluindo o controlo das operações por forma a assegurar que as viaturas apoiadas estavam exclusivamente ao serviço do transporte coletivo regular de passageiros, bem como se cumpriam com a obrigatoriedade de publicitar, através da afixação de autocolantes nas viaturas, o apoio comunitário atribuído.

Em termos de visibilidade e notoriedade do PROCONVERGÊNCIA relativamente aos apoios concedidos ao abrigo do SIRIART, são disponibilizados às empresas beneficiárias autocolantes contendo a informação relativas ao PROCONVERGÊNCIA para que as mesmas os coloquem nas viaturas apoiadas em local visível.

No âmbito do PO PROCONVERGENCIA não foram celebrados contratos de delegação de competência em organismos intermédios com subvenção global.

Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

Nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) enquanto Autoridade de Auditoria, apresenta anualmente à Comissão Europeia, até 31 de dezembro, um Relatório Anual de Controlo.

De acordo com o ponto 2 do modelo de Relatório Anual de Controlo (Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1828/2006), a Autoridade de Auditoria deve indicar as alterações significativas ocorridas ao nível dos sistemas de gestão e controlo, relativamente à descrição feita nos termos do n.º 1 do artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, identificando as datas a partir das quais se aplicam.

Para este efeito, a Autoridade de Gestão do PO PROCONVERGENCIA apresentou à Autoridade de Certificação, a sistematização das alterações mais significativas, relativas aos procedimentos de gestão e controlo, ocorridas após a data a que se reporta a última Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional, bem como o texto integral dessa Descrição devidamente atualizado.

A análise efetuada pela IGF à versão atualizada da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, permitiu àquela Inspeção-Geral considerar, no seu Relatório e Parecer Anual, que as alterações introduzidas ao documento da Descrição clarificam a aplicação do quadro regulamentar de referência e que, como tal, merecem o seu acordo.

Foi emitido em 21/12/2012 o Parecer de Conformidade para o Sistema Comum que integra os Programas Operacionais COMPETE e Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Relatórios de controlo e Parecer Anual

Nos termos da al e) do artº.65.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho, o Comité de Acompanhamento deve ser informado pela autoridade de gestão sobre as conclusões do relatório de controlo anual.

Nesse contexto, transmite-se que a Autoridade de Auditoria concluiu que os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos para o Sistema comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade, pelo que foi classificado na Categoria 2, conforme previsto na Nota de Orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros.

O relatório de controlo e o parecer anual foram transmitidos à CE a 28 de dezembro do relatório de controlo e parecer anual.

O PROCONVERGENCIA e o Sistema Regional de Planeamento

A 28 de novembro de 2012 reuniu nas instalações da autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, em Angra do Heroísmo, a Comissão Técnica de Planeamento, um dos órgãos que integra o Sistema Regional de Planeamento dos Açores, que contou com a presença do Vice-Presidente do Governo, Dr. Sérgio Ávila, e os representantes das Secretarias Regionais que integram o XI Governo Regional dos Açores.

Nesta reunião para além de uma agenda relacionada com a definição das Orientações de Médio Prazo 2013-2016 e da preparação do Plano 2013, foi analisada e discutida a articulação entre o investimento público da responsabilidade do Governo dos Açores e a sua inserção no PROCONVERGENCIA. Foi também abordada a preparação do próximo período de programação comunitário 2014-2020.

Figura 2.5 – Reunião da Comissão Técnica de Planeamento

Sistema de Informação

O sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, designado por SIPOP, foi projetado e construído com base em grandes orientações genéricas dos regulamentos, da autoridade de certificação e com uma articulação muito intensa e próxima entre a equipa de programação e o Secretariado Técnico do programa.

O Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, o SIPOP, cumpre a função de sistema informatizado de registo e armazenamento dos registos contabilísticos relativos a cada operação realizada no âmbito da execução do programa, quer seja da responsabilidade direta da Autoridade de Gestão quer a dos Organismos Intermédios.

O SIPOP permite a desmaterialização dos fluxos de informação e de dados entre os beneficiários e a autoridade de gestão, como também, possibilita a transmissão de informação relevante para a autoridade de certificação e autoridade de auditoria.

O acesso ao Back Office do sistema de informação SIPOP, quer pelo Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão quer pelos Organismos Intermédios é assegurada pela rede de comunicações alargada do governo regional dos Açores – RAGRAA, que é uma rede de comunicações de voz e dados que possui elevados níveis de qualidade, segurança e fiabilidade, que permite a ligação entre entidades da mesma rede via protocolo http.

Foram concedidos privilégios com perfil de consulta a toda a informação registada no SIPOP, ficando evidenciado e registado as verificações que sejam desenvolvidas por parte da Autoridade de Auditoria e/ou da Autoridade de Certificação.

No decurso do ano de 2012 foram realizados vários desenvolvimentos no sistema. Ao nível da monitorização física, promoveu-se a revisão da estrutura dos Indicadores, decorrente da reprogramação do PO, e consequente desenvolvimento do módulo de indicadores (eixo, trimestrais, anuais e indicadores Core).

Foram promovidas alterações nos relatórios de eixo e de pagamentos para evidenciar o mecanismo TOP-UP, bem como, efetuadas alterações no Anexo B da certificação. Foram implementados novos outputs facilitadores de pesquisa, bem como, efetuadas correções de problemas detetados pelos utilizadores.

O sistema de informação do PO PROCONVERGENCIA foi auditado pela IGF em 2011, tendo sido emanadas algumas recomendações as quais foram implementadas no decurso de 2012. Destaca-se a aquisição de novos servidores, a definição de normas sobre a " Política de segurança da Informação" e "Segurança física e ambiental", bem como, o up grade do sistema interno de alarme contra incêndios e expansão do mesmo e instalação de sistema contra intrusão.

2.7.2 - Avaliação

Conforme sinalizado em relatórios anteriores, a vertente da avaliação é abordada neste período de programação 2007-2013 de forma diversa em relação ao período precedente 2000-2006, em que, para além de referências muito claras ao princípio da proporcionalidade e da opção facultativa de elaboração de plano de avaliação, e ainda de algum desenvolvimento conferido à avaliação ex-ante (nº 2 do artigo 48º), refere que os Estados Membros poderão realizar processos de avaliação relacionadas com "o acompanhamento dos programas operacionais, em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objetivos...".

Não se verificou, neste ano de 2012, exercícios formais de avaliação do PO, perspetivando-se para o ano seguinte um exercício que possa compreender uma avaliação de alguns aspetos do PROCONVERGENcIA no contexto do próximo período de programação 2014-2020.

A Rede de Avaliação do QREN, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes do IFDR, do IGFSE e das autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, que tem como principal função contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação do universo do QREN, promoveu em 2012, 2 reuniões da Rede de Avaliação.

A 13ª reunião decorreu a 20 de julho, e deve como principal ponto da agenda o balanço da implementação dos planos de avaliação, abordado por um lado, os resultados do follow-up das avaliações concluídas e por outro a preparação e acompanhamento das avaliações programadas.

Foram ainda apresentados os resultados preliminares do Estudo de análise contrafactual dos impactos dos incentivos às empresas apoiadas pelos fundos estruturais.

Na 14ª reunião, realizada a 20 de novembro, procedeu-se ao balanço da implementação das avaliações previstas no Plano Global de Avaliação e da responsabilidade do Observatório do QREN. Estiveram presentes na reunião os avaliadores do Instituto de Estudios de Economía, Evaluación y Empleo, S.L. responsáveis pelo desenvolvimento da meta-avaliação das avaliações da operacionalização realizadas no âmbito do PGA. A equipa apresentou a metodologia de trabalho que seguiu, bem como, os resultados preliminares da análise documental realizada. Promoveu com os presentes uma dinâmica de grupo que visou a recolha de informação sobre a perceção dos membros da Rede acerca das diferentes fases do ciclo de avaliação.

O IFDR concretizou em 2012 o Estudo de Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão.

Este estudo teve como objetivo geral testar a adequabilidade dos formulários utilizados pelos diversos PO com vista à definição de sugestões/recomendações de simplificação e melhoria dos procedimentos administrativos adotados.

A análise desenvolveu-se sobre os formulários referentes às candidaturas, pedidos de pagamento e verificações no local. A obtenção de resultados neste estudo decorreu da mobilização de vários instrumentos metodológicos: pesquisa e observação, entrevistas e reuniões, questionários e experimentação.

No decurso de 2012 a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA participou no desenvolvimento dos trabalhos apresentando-se no quadro seguinte as principais etapas:

Quadro 2.32 - Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e do Fundo de Coesão

Fases		2012											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	1ª Reunião do grupo de acompanhamento Apresentação do Relatório Inicial (NO LIMITS)		24										
2	Consulta Escrita ao grupo de acompanhamento Aprovação do Relatório Inicial			9									
3	Entrevistas PROCONVERGENCIA				12								
4	Questionários PROCONVERGENCIA												
5	Relatório Final Preliminar												
6	Relatório Final												

Dada a natureza operacional do objeto de estudo, as recomendações produzidas foram segmentadas de acordo com a fase do processo administrativo a que se referem, candidaturas/ pedidos de pagamento / verificações no local, bem como, recomendações de carácter transversal, referentes a todo o processo de gestão administrativa do FEDER e do FC.

As recomendações presentes no estudo serão objeto de ponderação pelo IFDR, pelas Autoridades de Gestão e outros organismos envolvidos no sentido de serem concretizadas caso se venha a considerar oportuno no atual período de programação, constituindo um estudo de particular relevância para a preparação dos instrumentos de recolha de informação dos futuros programas operacionais.

Há a destacar na sequência deste processo de simplificação o ofício nº 3942, do IFDR enviado a 21 de dezembro a todas as Autoridades de Gestão, a informar que consideram dispensável a apresentação de documento comprovativo de pagamento – recibo ou documento de quitação – atendendo a que o fluxo financeiro associado ao documento de despesa é considerado como bastante para comprovar a elegibilidade normativa das despesas ao nível do seu efetivo pagamento.

2.7.3 Avaliação Ambiental Estratégica

Avaliação e Controlo dos Efeitos significativos no Ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do PROCONVERGENCIA

A Monitorização Ambiental Estratégica

No âmbito do relatório de execução relativo a 2011 foram apresentados resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PROCONVERGENCIA, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE[1]).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2011, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, consistiu num reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE[2].

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de Outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no website do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no website daquela instituição.

---

1 A AAE das intervenções estruturais cofinanciadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão (FdC), foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

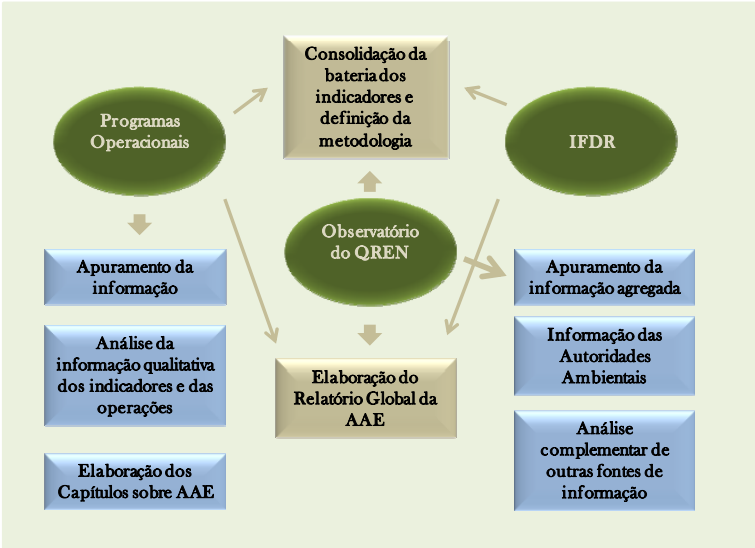
2 De acordo com o Decreto–Lei nº 232/2007, as "Entidades responsáveis pela elaboração do "Programa" deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (…) e "Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (…) através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual". O mesmo diploma define ainda que "Os resultados do controlo realizado (…) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados".

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

Consolidação do Sistema de Monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 2.6 – Quadro de Responsabilidades na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Sistema de Monitorização do QREN

No reporte referente a 2011 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) continuou a não ser possível. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos[3]. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

[3] Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado nos anos anteriores, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (em fase de conclusão);
- Realização de avaliação durante o ano 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

Conclusões do Exercício de 2012 e Ajustamentos Introduzidos

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) validou a conclusão, aferida por uma entidade externa, de que não seria necessário realizar um novo exercício de AAE do QREN e dos PO reprogramados.

No âmbito do exercício de reprogramação técnica do QREN, e à luz dos normativos nacionais e comunitários, as alterações introduzidas no QREN e nos seus PO foram objeto de verificação para aferir da necessidade de um novo exercício de AAE.

Da verificação efetuada, levada a cabo por uma entidade independente, destacam-se as seguintes conclusões:

«Das linhas gerais do processo de reprogramação e das alterações financeiras previstas não ressaltam efeitos significativos para o ambiente. O quadro de elegibilidades não sofre alterações, à exceção da ampliação de dois domínios de elegibilidade no âmbito do ambiente que acolhem cada um mais uma tipologia de intervenção. As linhas gerais de reprogramação do QREN e dos PO configuram essencialmente um exercício de reformulação da arquitetura de financiamento das áreas de intervenção, não constituindo uma revisão de carácter estratégico com implicações significativas no quadro de elegibilidades do mesmo. Em termos práticos, a AAE, ou em rigor, os efeitos no ambiente decorrentes do QREN e dos seus PO, são insensíveis a alterações na arquitetura de financiamento.»

No decorrer do ano 2012 a Inspeção Geral de Finanças levou a cabo uma Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do FEDER e do Fundo de Coesão no Domínio das Matérias Ambientais, tendo concluído "que os sistemas de gestão e controlo estabelecidos ao nível dos diversos programas operacionais FEDER e FC funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis sobre os procedimentos utilizados pelas autoridades de gestão, para a verificação do cumprimento das regras nacionais e comunitárias sobre o ambiente, nos termos previstos no art.º 60º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho". Neste enquadramento, a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA já havia emitido uma Orientação de Gestão em Abril de 2011 relativa ao

enquadramento e cumprimento da legislação ambiental ao nível da análise de candidaturas, no que concerne à Rede Natura, Água e Saneamento, Resíduos e Avaliação de Impacto Ambiental. As recomendações decorrentes da auditoria foram rececionadas no início de 2013, pelo que serão atendidas no decorrer desse ano.

Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental

Apresenta-se de seguida uma análise que pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Aferição do desempenho Ambiental Estratégico e de Sustentabilidade do PROCONVERGENCIA

A avaliação de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe uma associação entre os objetivos estratégicos (OE) definidos na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e as tipologias de intervenção, bem como uma adequada seleção de indicadores de monitorização ambiental estratégica (constantes do Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade) que permitam aferir dos efeitos produzidos pelo PO.

Podem ser estabelecidas as seguintes relações para cada um dos objetivos estratégicos da AAE:

Objetivo estratégico: *Promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácias e coerência dos serviços públicos*

- MEA1 – População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos

Contribuem para este indicador os 20 postos de atendimento da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) aprovados no objetivo específico Melhorar a eficiência administrativa, do Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores, os quais abrangem uma população de 184 690 indivíduos.

Indicador MEA1	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	182 629
Informação a 31.dezembro.2012	184 690

- MEA4 – Serviços online orientados para empresas, disponibilizados por entidades públicas

No âmbito das intervenções de modernização administrativa, a criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão contemplou a conceção de uma plataforma eletrónica na qual estão disponíveis 22 serviços online, situação que já se verificava em 2011.

Objetivo estratégico: *Garantir a universalidade no acesso aos cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis*

- MEA5 – População abrangida por unidades de saúde apoiadas

Enquadram-se neste indicador as intervenções em unidades de saúde localizadas em 8 ilhas, aprovadas no objetivo específico Modernizar equipamentos de saúde, do Eixo Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, as quais abrangem uma população de 240 619 indivíduos, o que representa um acréscimo de 9,6% relativamente a 2011.

Indicador MEA5	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	219 584
Informação a 31.dezembro.2012	240 619

Objetivo estratégico: *Garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições do ensino (pré-escolar, básico e secundário)*

- MEA6 – Número de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)

As intervenções aprovadas em estabelecimentos de ensino, do objetivo específico Modernizar a rede de equipamentos escolares, do Eixo Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, abrangem uma população de 14 963 indivíduos, o que representa um acréscimo de 26,4% relativamente a 2011.

Indicador MEA6	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	11 838
Informação a 31.dezembro.2012	14 963

Objetivo estratégico: *Reduzir a pobreza e promover a equidade, igualdade de oportunidades e coesão social*

- MEA7 – Número de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social

Contribuem para este indicador as intervenções aprovadas nos objetivos específicos Modernizar a rede de equipamentos de proteção social e Modernizar a rede de equipamentos escolares, do Eixo

Prioritário VIII – Qualificar e integrar a sociedade açoriana, as quais totalizam 90 operações, representando um crescimento de 47,5% quando comparado com 2011.

Indicador MEA6	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	61
Informação a 31.dezembro.2012	90

Objetivo estratégico: *Reduzir a taxa de perda da biodiversidade; reduzir as pressões humanas e manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas*

- MEA23 – Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos e classificados

Concorrem para este indicador as intervenções aprovadas no objetivo específico Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, numa área classificada de 515 ha, à semelhança do que já se registava no ano anterior.

Objetivo estratégico: *Servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água*

- MEA26 – Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados

Neste indicador estão incluídas as intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, atingindo uma população de 92 323, o que representa um crescimento de 3,8% quando comparado com 2011.

Indicador MEA26	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	88.596
Informação a 31.dezembro.2012	92 323

Objetivo estratégico: *Servir 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas*

- MEA28 – Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados

Contribuem para este indicador intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a

Sustentabilidade, abrangendo uma população de 24 037, com um acréscimo de 11,1% quando comparado com 2011.

Indicador MEA28	Intervenções Contratadas
Informação a 31.dezembro.2011	21 645
Informação a 31.dezembro.2012	24 037

Objetivo estratégico: *Cumprir as metas de redução da deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro previstas no PERSU II*

- MEA30 – Quantidade de RUB valorizada organicamente
- MEA 31 – Variação na taxa de desvio de RUB para aterro

Os indicadores deste objetivo estratégico contemplam as intervenções aprovadas no objetivo específico Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade. De acordo com a informação prestada pela Direção Regional do Ambiente, apenas é possível fornecer informação da execução nesta data, relativamente às candidaturas contratadas, uma vez que o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos da RAA apenas apresenta estimativas para 2013.

MEA 30 (ton/ano)	335,21
MEA 31 (%)	5,2

Objetivo estratégico: *Reduzir o risco de erosão costeira*

- MEA37 – Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado á dinâmica costeira

Contribuem para este indicador intervenções aprovadas nos objetivos específicos Ordenar o Território e Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental, do Eixo Prioritário IX – Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade, numa extensão de 2,17 km, à semelhança do que já se registava no ano anterior.

Objetivo estratégico: *Minimizar os danos materiais e humanos decorrentes de extremos climáticos (cheias, inundações, secas) e Garantir a cobertura do país por sistemas de proteção de riscos*

- MEA39 – População abrangida por Planos de Emergência de proteção civil
- MEA40 – Grau de Cobertura do território

Os indicadores destes objetivos estratégicos contemplam a intervenção aprovada no objetivo específico Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos, do Eixo Prioritário IX – Promover a

Coesão Territorial e a Sustentabilidade, abrangendo uma população de 14 994 e um grau de cobertura de 173,1 km^2.

Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica ao QREN e respetivos Programas Operacionais, foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com objetivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações:

Recomendação (R1)::	*"Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos".*

O indicador reflete a importância das operações em cujo regulamento se prevê, através de uma rigorosa incorporação de exigências ambientais, a obrigatoriedade do cumprimento da legislação de caráter ambiental. Estas preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade são transversais ao PO, estando expressas em diferentes normativos (Regulamento, Manuais, Avisos, etc.), assumindo diferentes formas de compromisso: condições de admissão e de aceitação, âmbito de elegibilidade, critérios de seleção. Embora grande parte dos projetos contratados não façam parte do Anexo I ou II da Diretiva 85/337/CEE, existem cerca de 320 projetos em cujo processo de decisão de financiamento foram considerados critérios ambientais. O rácio atinge os 29%.

Recomendação (R2)::	*"Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infraestruturas e equipamentos".*

O cumprimento desta recomendação é aferido através de dois indicadores, o Rácio de intervenções de natureza imaterial e o Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial. Da análise aos rácios respetivos constata-se que foram aprovados 186 projetos de natureza imaterial com despesas imateriais superiores a 75% do Custo Total Elegível, 17% do total de projetos aprovados, e que representam 18% do investimento total dos projetos contratados. Este decréscimo resulta essencialmente de reprogramações que incidiram em projetos enquadrados em Sistemas de Incentivos, nomeadamente, linhas de crédito.

Recomendação (R)::	*"Privilegiar projetos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitetura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade".*

Para aferir o cumprimento desta recomendação foram considerados dois indicadores, nomeadamente o Rácio de projetos de I&DT no domínio do ambiente e o Rácio de financiamento em I&DT no domínio do ambiente. Não sendo possível neste Relatório apresentar informação consistente a este respeito, entendeu-se apresentar uma boa prática demonstrativa da consideração desta recomendação, relativa ao projeto RAAFDR-07-0482-FEDER-000002.

Recomendação (R4)::	*"Incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projetos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas ambientais, business & biodiversity".*

Foram considerações dois indicadores de forma a apreciar a execução desta recomendação, nomeadamente, o Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente e o Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente.

Do total de projetos de inovação empresarial apoiados (144), 109 são do domínio de inovação ambiental em empresas, o que eleva o "Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente" aos 77%. Por outro lado, o "Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente" atinge os 89%.

Recomendação (R5)::	*"Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no setor empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISSO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais".*

Dada a dificuldade em obter informação atualizada relativamente a este indicador, é apresentada, à semelhança do Relatório de 2011, uma boa prática, desta feita relativa ao projeto RAAFDR-07-0107-FEDER-000004.

Recomendação (R6)::	*"Deve ser promovida a adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISSO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais".*

O cumprimento desta recomendação é aferido através de dois indicadores, o Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública e o Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental. Não sendo possível neste Relatório apresentar informação robusta a este respeito, entendeu-se apresentar uma boa prática demonstrativa do cumprimento desta recomendação, relativa ao projeto RAAFDR-09-0531-FEDER-000021.

Recomendação (R7):	*"Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação de infraestruturas".*

O "Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável" mede os projetos de infraestruturas que observem especificamente a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável, relativamente ao total de projetos apoiados que envolvem investimento na construção de infraestruturas. Em 2012, o indicador continua a apresentar uma taxa de 50%, o que significa que dos 38 projetos aprovados com valor superior a 5M euros, 19 contribuíram para o cumprimento desta recomendação. É apresentado como boa prática o projeto RAAFDR-08-0145-FEDER-000020, cujo projeto de infraestrutura obteve o certificado energético com a classificação máxima possível A+.

Recomendação (R8):	*"As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem".*

No Relatório de 2011 destacámos um projeto abrangente designado "Campanha de sensibilização – Implementação de boas práticas no âmbito do consumo de água, deposição de resíduos e produção de águas residuais" que dá cumprimento ao indicador "Ações de divulgação, comunicação e formação ambiental", abrangendo um total de 35.000 pessoas abrangidas por estas ações. Verifica-se que, principalmente ao nível da administração local, prossegue o investimento ao nível da aquisição de equipamentos para a promoção da reciclagem, existindo campanhas de sensibilização levadas a cabo pelas associações de município, com recurso a financiamento próprio.

Recomendação (R9):	*"Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de "fim-de-linha" ou de medidas de natureza exclusivamente curativa".*

Para aferir o cumprimento desta recomendação foi determinado o indicador "Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental" que mede os projetos de proteção e valorização do ambiente visando a implementação de medidas preventivas e/ou proactivas de proteção ambiental. Em 2012, o indicador apresenta uma taxa de 54%, o que significa que dos 137 projetos aprovados na área da proteção e valorização do ambiente, 74 contribuem para o cumprimento desta recomendação. Constata-se a existência de um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior, mas que não é significativo.

Recomendação (R10):	*"Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infraestruturas em detrimento de construções novas".*

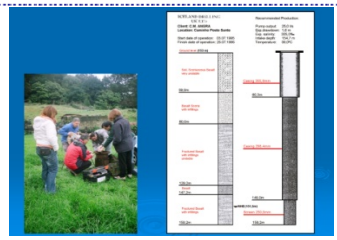
O cumprimento desta recomendação é aferido através do indicador Rácio de projetos de regeneração/requalificação de construções e infraestruturas que mede os projetos de regeneração/requalificação, em relação ao total de projetos apoiados no âmbito das intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social. No ano em análise, o indicador presenta uma taxa de 63%, o que significa que dos 330 projetos apoiados no âmbito de intervenções de reforço do sistema urbano e redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social, 209 contribuíram para o cumprimento desta recomendação.

O quadro seguinte procura aferir, de uma forma global e relativamente a 2011 e 2012, o nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE.

Quadro 2.33 – Nível de cumprimento das recomendações apresentadas na AAE

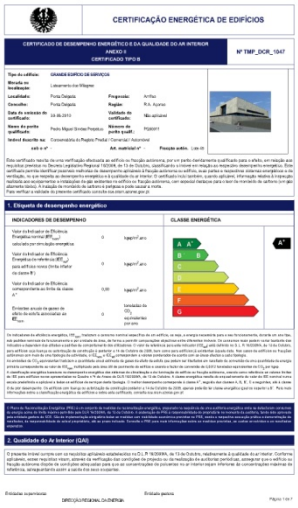
Recomen-dação	Designação do Indicador	Unidades	2011	2012
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas	(%)	26,1	28,6
R2	Rácio de intervenções de natureza material	(%)	17,3	16,5
	Rácio de investimento das intervenções imateriais	(%)	20,8	17,6
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	76,7	77,3
	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	(%)	88,0	89,1
R7	Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de conceção, construção e gestão sustentável	(%)	50,0	50,0
R8	Nº de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(nº)	1	1
	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	(hab.)	35.000	35.000
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental	(%)	55,8	54,0
R10	Rácio de projetos de regeneração/requalificação e infraestruturas	(%)	63,1	63,3

Quadro 2.34 - Boas Práticas	
Indicador	• **(MEA30) Quantidade de RUB valorizada organicamente** • **(MEA31) Variação na taxa de desvio de RUB para aterro**
Caracterização	• ***Eixo Prioritário***: *Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade* • ***Objetivo Específico***: *Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais* • ***Projeto***: *RAAFDR-09-0459-FEDER-000002* • ***Designação***: *Centros de Processamento de Resíduos e de Valorização Orgânica por Compostagem.* • ***Promotor***: *Direção Regional do Ambiente* • ***Investimento Elegível***: *13.402.580,00 euros* • ***FEDER***: *11.392.193,00 euros*
Descrição	• *Construção de Centro de Processamento de Resíduos e de Valorização Orgânica por Compostagem nas ilhas da Graciosa e Flores.*
Objetivos	• *Dar cumprimento ao SIGRA (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores;* • *Contribuir para a implementação de infraestruturas com elevado nível de proteção dos ecossistemas e de saúde pública, integrando a perspetiva de análise do ciclo de vida na hierarquia de gestão de resíduos;* • *Proceder à receção, acondicionamento, armazenamento temporário, compactação e transferência dos resíduos para destino adequado;* • *Tratar a matéria orgânica de origem doméstica, mas também florestal, através de biodegradação aeróbia, de forma a reduzir a respetiva massa e volume, produzindo, se possível, um corretivo de solos com qualidade suficiente para a sua aplicação.*
Ações/ Resultados	• *Da análise dos dados de gestão dos centros em 2012, tendo em consideração que apenas iniciaram operação no final do referido ano, verifica-se uma tendência positiva nos quantitativos de resíduos biodegradáveis que iniciaram tratamento;* • *Este processo é determinante para o desvio de RUB da deposição em aterro, contribuindo assim de forma decisiva para o cumprimento das metas Europeias.*
Fotografias	

Quadro 2.35 - Boas Práticas	
Indicador	• **(R3) Privilegiar projetos de ID&T no domínio do ambiente**
Caracte-rização	• ***Eixo Prioritário**: Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores* • ***Objetivo Específico**: Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial* • ***Projeto**: RAAFDR-07-0482-FEDER-000002* • ***Designação**: Termalismo, Lamas Termais e Águas Engarrafadas dos Açores: Tipificação, Aplicações Industriais e Indicações Terapêuticas* • ***Promotor**: IINOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores* • ***Investimento Elegível**: 1.777.345,18 euros* • ***FEDER**: 1.510.743,40 euros*
Descrição	• *Com este projeto pretende-se dar seguimento a diversos estudos de investigação aplicada e trabalhos diversos realizados no domínio do aproveitamento e valorização dos recursos endógenos dos Açores, entre os quais assume papel de relevo os recursos termais e geotérmicos (incluindo, neste último caso, os respetivos efluentes e o aproveitamento em cascata para fins energéticos, agrícolas e turísticos), objeto de investimentos e atenção especial por parte de entidades públicas e privadas, em especial do sector do Turismo de Saúde, Bem-Estar e de Lazer.*
Objetivos	• *Contribuir para o desenvolvimento sustentado dos recursos termais, hidrominerais e geotérmicos da Região Autónoma dos Açores, de forma concertada e em cascata térmica, em estreita ligação com a sustentabilidade do recurso hidrogeológico, a obtenção de produtos inovadores que potenciam mais-valias para os utilizadores e, ainda, a preservação ambiental cumprimento ao SIGRA (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos dos Açores);* • *Fase 1 – Implementação de infraestruturas, equipamentos e dispositivos;* • *Fase 2 – Estudos de Qualificação e Sustentabilidade do Recurso;* • *Fase 3 – Tipificação e identificação de aplicações industriais e indicações terapêuticas.*
Ações/ Resultados	• *Execução de furos de captação de água termal e de água do mar no Carapacho (Graciosa) e na Ferraria (S. Miguel), equipados com bombas submersíveis e equipamentos de monitorização;* • *Qualificação, como Recurso Geotérmico, dos furos AC1 (Carapacho) e AC3 (Ferraria) e como Água Mineral Natural das captações PS2 (Carapacho) e AC3 (Ferraria), incluindo análises FQ e MB, estudo radiológio, estudo hidrogeológico e parecer médico-hidrológico;* • *Caracterização mineralógica, química, textural e reológica das lamas termais das Caldeiras da Ribeira Grande, visando a sua incorporação em loções e cremes dermo-cosméticos, e de pedra-pomes de S. Miguel, para a produção de sabonetes e géis esfoliantes. Durante os trabalhos do III CIBAP-Azores 2013 será apresentado um sabonete esfoliante, na sequência de produção-piloto em curso.*
Foto-grafias	

Quadro 2.36 - Boas Práticas	
Indicador	• **(R5) Adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental**
Caracte-rização	• ***Eixo Prioritário***: *Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores* • ***Objetivo Específico***: *Qualificar o investimento empresarial* • ***Projeto***: *RAAFDR-07-0107-FEDER-000004* • ***Designação***: *Implementação de projeto inovador de gestão de resíduos hospitalares.* • ***Promotor***: *Azormed – Gestão Ambiental Lda* • ***Investimento Elegível***: *1.378.534,64 euros* • ***FEDER***: *630.812,17 euros*
Descrição	• *Construção de uma unidade de tratamento de resíduos Hospitalares, incluindo a aquisição de equipamento necessário ao desenvolvimento da atividade. Serão implementados sistemas de gestão e certificação ambiental.*
Objetivos	• *Construir unidade de tratamento de resíduos Hospitalares na Grota do Vale, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo;* • *Adquirir contentores próprios para o transporte de resíduos Hospitalares, bem como a respetiva frota terrestre;* • *Desenvolver gestão integrada de técnicas ambientais nas componentes de recolha, transferência, transporte, tratamento, reacondicionamento, descontaminação e eliminação de resíduos clínicos (humanos e animais), industriais ou outros;* • *Integrar Sistema de Gestão Ambiental segundo a NP EN ISO 14001:2004;*
Ações/ Resultados	• *Operacionalização da unidade de tratamento de resíduos Hospitalares em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira;* • *Atribuição de Alvará de Licença para efeito de operações de armazenagem temporária de resíduos com vista ao encaminhamento para reciclagem, atribuído pela Direção Regional do Ambiente;* • *Atribuição de Alvará para acesso à atividade de transportes rodoviários de mercadorias pro conta de outrem, atribuído pela Direção de Serviços de Viação e Transportes Terrestres;* • *Certificação Sistema de Gestão Ambiental NP EN ISSO 14001:2004.*
Fotografias	Certificado de Conformidade IAF N.º: A - 0198 A EIC - Empresa Internacional de Certificação, S.A. Certifica que hereby certifies that O Sistema de Gestão Ambiental implementado pela The Environmental System implemented by AZORMED - Gestão Ambiental Açoreana, Lda. Grota do Vale, nº 50 Armazém 5 - Ribeirinha 9700-447 ANGRA DO HEROÍSMO cumpre os requisitos especificados na norma Fulfils the requirements of the Standard NP EN ISO 14001:2004 para a actividade de To the following activity Gestão integrada de Resíduos Hospitalares na Unidade de Angra do Heroísmo. Este Certificado é válido até this Certificate is valid until 09-02-2015 tendo a Auditoria de Concessão ocorrido em having the first audit occurred at 09-02-2012 Lisboa, 23 de Abril de 2012 Manuel Vidigal Presidente C.A. eic

Quadro 2.37 - Boas Práticas	
Indicador	• **(R6) Adoção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no setor público**
Caracteri-zação	• ***Eixo Prioritário:*** *Promover a Coesão Territorial e a Sustentabilidade* • ***Objetivo Específico:*** *Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental* • ***Projeto:*** *RAAFDR-09-0531-FEDER-000021* • ***Designação:*** *INSPIRE@cores – Desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica de informação geográfica para a aplicação da diretiva INSPIRE na Região Autónoma dos Açores* • ***Promotor:*** *Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações* • ***Investimento Elegível:*** *233.503,20 euros* • ***FEDER:*** *198.477,72 euros*
Descrição	• *Desenvolvimento e implementação de uma plataforma tecnológica de informação geográfica (INSPIRE@çores), conforme com o disposto na diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março de 2007, de carácter transversal a todos os departamentos e serviços da administração pública regional, incluindo os institutos públicos regionais, nas modalidades de serviços personalizados, de estabelecimentos públicos e de fundos públicos, e o sector público empresarial, podendo estender-se a qualquer outra entidade da RAA que produza ou detenha informação georreferenciada discriminada na referida diretiva.*
Objetivos	• *Aplicar a Diretiva INSPIRE (Diretiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Março;* • *Desenvolver uma Infraestrutura de Informação Geográfica de apoio à boa governança, para efeitos de políticas ambientais e comunitárias e das políticas ou atividades suscetíveis de ter impacto ambiental.*
Ações/ Resultados	• *http://www.ideia.azores.gov.pt/projetos/inspire/Paginas/inicio.aspx* • *Aplicação GeMA – Gestor de Metadados dos Açores* • *Modelo de Dados INSPIRE 14122012 (disponível para download)*
Fotografias	

Quadro 2.38 - Boas Práticas	
Indicador	• **(R7) Adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas**
Caracterização	• ***Eixo Prioritário:*** *Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana* • ***Objetivo Específico:*** *Modernizar a rede de equipamentos escolares* • ***Projeto:*** *RAAFDR-08-0145-FEDER-000020* • ***Designação:*** *Construção das novas instalações da Escola Profissional – EPROSEC – Ponta Delgada* • ***Promotor:*** *SINDESCOM – Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores* • ***Investimento Elegível:*** *8.250.000,00 euros* • ***FEDER:*** *7.012.500,00 euros*
Descrição	• *Construção de 30 salas, quer para aulas de formação teórica, quer "laboratoriais" (de informática e multimédia), gabinetes e divisões para direção e serviços administrativos, arquivos e apoios;* • *Estão também previstos algumas áreas complementares, nomeadamente auditório com 150 lugares, refeitório, sala de estudo - biblioteca, bar e convívio para alunos, sala para associação de estudantes, para além de gabinetes para médico e psicólogo e sala para professores.*
Objetivos	• *Criar as condições para a construção de um sistema de ensino profissional com qualidade, quer ao nível das infraestruturas, quer também no que se relaciona com o funcionamento dos cursos ministrados;* • *Assegurar uma utilização racional, ganho de eficiência e poupança de energia.*
Ações/Resultados	• *Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição* • *Certificação Energética - foi atribuído ao edifício projetado o certificado energético com a classificação máxima possível A+.*
Fotografias	

2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção

Ao longo do ano de 2012, a envolvente financeira permaneceu marcadamente negativa, originando dificuldades acrescidas aos beneficiários em mobilizar a contrapartida pública nacional, quer por limitações de ordem orçamental das entidades do setor público administrativo, quer por condicionantes de acesso ao financiamento bancário, por parte das empresas.

Esta situação provocou adiamentos de natureza financeira na execução dos projetos de natureza pública e ainda nos projetos enquadrados em sistemas de incentivos, bem como levou a derrapagens mais ou menos generalizada nos calendários de realização previstos nas operações aprovadas, motivando a apresentação de frequentes pedidos de reprogramação de natureza temporal.

Ao nível da candidatura, constatam-se ainda algumas insuficiências na instrução dos respetivos processos, que originam por vezes demoras prolongadas nas respostas aos pedidos de esclarecimentos necessários à integral satisfação das normas regulamentares, com os consequentes atrasos na admissão e na contratação do financiamento e com reflexos na apresentação dos pedidos de pagamento e nos pagamentos.

A verificação do cumprimento de aplicação do artigo 55º do Regulamento CE 1083/2006 (Projetos geradores de receitas) acarreta por vezes dificuldades de análise, por ausência dos documentos habilitadores necessários para a sua correta interpretação e decisão, como são os estudos de viabilidade económico e financeiro, quando aplicável e, sobretudo, a demonstração inequívoca que se encontra assegurada a sustentabilidade financeira das operações no período da sua exploração.

A autoridade de gestão do Programa assegurou que algumas das medidas já presentes em 2011 tivessem aplicação e se revelassem eficazes ao longo deste período, adicionando outras tomadas em articulação com as autoridades públicas nacionais e regionais.

O mecanismo de Top-up foi aplicado através da majoração em 10% nos pagamentos da comparticipação comunitária a praticar durante o período de intervenção externa, facilitando a redução do esforço financeiro dos orçamentos dos beneficiários sujeitos a restrições financeiras.

Foram apoiadas três iniciativas da administração regional visando o aumento da liquidez e o combate às dificuldades de aceso ao crédito, com várias modalidades de ajudas às PME e reforçando assim as linhas já anteriormente adotadas, a Linha de Crédito Açores Empresas III, a Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez e a Linha Investe QREN, envolvendo um investimento elegível de 2,8 milhões de euros.

O pedido de pagamento com base na figura do adiantamento (apresentação de faturas e posterior regularização com a apresentação dos documentos de quitação) tem sido utilizado mais frequentemente pelos beneficiários, constituindo um contributo importante para atenuar pontualmente as dificuldades pontuais de liquidez revelada por parte grande parte dos beneficiários.

No sentido da dinamização da execução das operações aprovadas com dotação inscrita no Orçamento da Região, prosseguiram as ações de estreita parceria com a administração regional, visando diminuir o desfasamento temporal entre a efetiva realização financeira e a sua apresentação em pedidos de pagamento.

Por outro lado, com o objetivo de tornar célere o reembolso aos beneficiários dos financiamentos comunitários executados, a emissão de autorizações de pagamentos ao organismo pagador passou a ter lugar em prazos cada vez mais curtos.

Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 41/2012 de 21 de Março, foram criadas as seguintes medidas com reflexo na gestão do programa:

1- Reforço dos mecanismos de acompanhamento das candidaturas, procedendo, para todas as candidaturas, com exceção das integradas em sistemas de incentivos ao investimento privado, à rescisão das decisões de aprovação relativas às operações aprovadas que não evidenciem qualquer execução há mais de 180 dias, após a data de assinatura do respetivo termo de aceitação/contrato.

2- As operações que se encontrem em execução mas que não apresentem despesa há mais de 120 dias deverão ser objeto de encerramento, se os objetivos forem comprovadamente cumpridos, ou rescindida a sua aprovação, salvo razão ponderosa apresentada que permita a sua reprogramação.

3- Com a exceção das candidaturas aos sistemas de incentivos, a aceitação de novas candidaturas ao PROCONVERGENCIA e a respetiva determinação da taxa de comparticipação, observará também condições específicas na vertente financeira e orçamental e também na gestão das disponibilidades financeiras dos eixos prioritários do programa, cuja aplicação é precedida de parecer prévio do membro do governo com a tutela sobre os fundos estruturais.

Este conjunto de medidas permitiu realizar uma operação de "limpeza" sobre as candidaturas que verificavam as situações indicadas e por essa via libertar compromissos para novas aprovações. Por outro lado, foi reforçada a compatibilização das prioridades constantes em orçamento e plano regionais com os fundos disponíveis no programa, possibilitando a seleção de operações que garantem um maior sucesso de execução de acordo com o programado.

As dificuldades diretamente associadas à gestão corrente e regular, que suscitam pedidos de esclarecimentos por parte dos beneficiários potenciais e efetivos, tais como as relativas à aplicação das regras comunitárias nos domínios dos mercados públicos, ambiente, concorrência, sustentabilidade e igualdade de oportunidades e do género, foram solucionadas, quer no âmbito da comunicação direta, quer pela emissão de notas interpretativas e de orientações e circulares transmitidas aos interessados.

3. A EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Eixo Prioritário VII – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

3.1.1- Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda de Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, os principais resultados alcançados até ao final de 2012 no âmbito do Eixo VII.

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial									
Projetos de Expansão/modernização apoiados	Realização - Contratada			207	341	414	464		464
	Realização - Executada			1	17	66	142		142
	Metas				300			800	800
Projetos com carácter inovador e fatores dinâmicos de competitividade	Realização - Contratada			10	11	35	35		35
	Realização - Executada					1	13		13
	Metas				120			50	50
Embarcações de pequena escala para transporte tipo ferry	Realização - Contratada						2		2
	Realização - Executada						0		0
	Metas							2	2
Empresas de transporte coletivo de passageiros apoiadas	Realização - Contratada			7	8	8	8		8
	Realização - Executada			4	8	8	8		8
	Metas				4			8	8
Empresas apoiadas no âmbito de engenharia financeira	Realização - Contratada			861	930	1.284	1.457		1.457
	Realização - Executada								
	Metas				1.500			2.500	2.500
Postos de trabalho apoiados pelos Sistemas de incentivos	Resultado (n.º) contratado					1.181	1.200		1.200
	Resultado (n.º) executado			-	-	76	111		111
	Metas				1.500			1.600	1.600
	Valor de Referência / Situação de Partida	300/ano (1) (2000-2005)							

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Empresas/serviços com certificação	Resultado (n.º) contratado								
	Resultado (n.º) executado			60	65	70	75		75
	Metas				130			130	130
	Valor de Referência / Situação de Partida	60 (2006)							
População beneficiada pela melhoria introduzida no transporte coletivo de passageiros	Resultado (n.º) contratado					96	96		96
	Resultado (n.º) executado			47	96	96	96		96
	Metas				40			100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	242.000(3) (2006)							
OE 7.2 - Dinamizar as redes de infraestruturas e de prestação de serviços às empresas									
Laboratórios de apoio à atividade produtiva	Realização - Contratada				2	2	2		2
	Realização - Executada					1	1		1
	Metas				1			3	3
Infraestruturas de apoio à atividade económica	Realização - Contratada		1	8	11	16	18		18
	Realização - Executada			2	4	5	8		8
	Metas				2			18	18
Campanhas e Eventos Promocionais	Realização - Contratada		40	63	360	500	782		782
	Realização - Executada		20	26	34	278	405		405
	Metas				15			600	600
Ações de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização - Contratada		18	22	155	201	251		251
	Realização - Executada		4	5	6	11	60		60
	Metas				30			250	250
Volume de negócios das empresas regionais no total do país	Resultado (%) contratado								
	Resultado (%) executado			1,4 (2007)	1,43 (2008)	1,5 (2009)	1,5 (2010)		1,5 (2010)
	Metas				1,4			1,5	1,5
	Valor de Referência / Situação de Partida	1,3 (2004)							1,3
Receitas de hotelaria	Resultado (ME) contratado								
	Resultado (ME) executado			56	50	48	43		43
	Metas				75			60	60
	Valor de Referência / Situação de Partida	53 (2005)							53
OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região									
Projetos para reequipamento científico	Realização - Contratada			1	12	14	15		15
	Realização - Executada				3	6	10		10
	Metas				15			30	30
Projetos de investigação científica apoiados	Realização - Contratada			5	23	37	37		37
	Realização - Executada				7	7	21		21
	Metas				45			50	50
Ações de divulgação científica e tecnológica apoiadas	Realização - Contratada				2	39	39		39
	Realização - Executada					2	3		3
	Metas				20			50	50

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Unidades do sistema científico e tecnológico apoiadas	Resultado (%) contratado					68	68		68
	Resultado (%) executado				45	50	64		64
	Metas				40			100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	20							20
Despesas de I&D no PIB (Portugal = 100)	Resultado (%) contratado								
	Resultado (%) executado				30 (2008)	28 (2008RV)	24 (2010)		24 (2010)
	Metas				75			60	60
	Valor de Referência / Situação de Partida	64 (2003)							64
OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial									
Infraestruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			1	1	2	2		2
	Realização - Executada								
	Metas				2			5	5
Projetos empresariais de I&D apoiados	Realização - Contratada			2	3	5	4		4
	Realização - Executada						1		1
	Metas				10			10	10
Empresas apoiadas em projetos de cooperação com o sistema científico e de investigação	Resultado (Nº) contratado					2	2		2
	Resultado (Nº) executado					0			0
	Metas				10			10	10
	Valor de Referência / Situação de Partida	0							0
OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs									
Espaços TIC apoiados	Realização - Contratada			70	71	71	71		71
	Realização - Executada				1	1	71		71
	Metas				27			100	100
Redes e projetos integrados de TIC	Realização - Contratada				5	16	17		17
	Realização - Executada					2	2		2
	Metas				15			20	20
Equipamentos de TIC adquiridos	Realização - Contratada			472	472	515	515		515
	Realização - Executada				12	22	22		22
	Metas				2.200			1.100	1.100
N.º de projetos da rede de comunicações de alta velocidade	Realização - Contratada						2		2
	Realização - Executada								0
	Metas							2	2
	Valor de Referência / Situação de Partida								
Agregados domésticos com ligação à internet	Resultado (%) contratado								
	Resultado (%) executado			47	54	59,6	64,1		64,1
	Metas				52			70	70

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
	Valor de Referência / Situação de Partida	37(2006)							37
Ilhas com ligação a cabo submarino de fibra ótica	Resultado (Nº) contratado						9		9
	Resultado (Nº) executado						7		7
	Metas							9	9
	Valor de Referência / Situação de Partida					7			
N.º de concelhos com acesso à rede de banda larga	Resultado (Nº) contratado						19		19
	Resultado (Nº) executado						7		7
	Metas							19	19
	Valor de Referência / Situação de Partida						7		
OE 7.6 – Melhorar a eficiência administrativa									
Projetos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização - Contratada		2	2	6	11	16		16
	Realização - Executada				2	4	8		8
	Metas				5			15	15
Organismos da Administração Pública que disponibilizam formulários para download	Resultado (%) contratado								
	Resultado (%) executado			58	58	63	63		63
	Metas				65			80	80
	Valor de Referência / Situação de Partida	50 (2005)							

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)										
Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Emprego criado	1. Empregos criados	Realização - Contratada			862	1.181	1.181	1.293		1.293
		Realização - Executada					76	111		111
		Metas							1.700	1.700
	2. dos quais: homens	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					43	58		58
		Metas								
	3. dos quais: mulheres	Realização - Contratada			n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização - Executada					33	53		53
		Metas								
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. Nº de projetos de I&DT	Realização - Contratada			7	37	55	58		58
		Realização - Executada				12	15	35		35
		Metas							65	65
	5. Nº de projetos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada			2	4	7	6		6
		Realização - Executada						1		1
		Metas							12	12
	6. Empregos na	Realização - Contratada			4	4	4	4		4

Quadro 3.1 – Realização Física do Eixo Prioritário VII										
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
	investigação criados	Realização - Executada								
		Metas							10	10
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. Nº de projetos	Realização - Contratada			230	374	479	534		534
		Realização - Executada			5	31	86	179		179
		Metas							750	750
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização - Contratada			55	95	125	156		156
		Realização - Executada				3	15	33		33
		Metas							200	200
	9. Empregos criados	Realização - Contratada			769	1.088	1.088	1.200		1.200
		Realização - Executada					76	111		111
		Metas							1.600	1.600
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - Contratada			174,1	204,6	270,7	294		294
		Realização - Executada			1,4	71,2	107,5	141		141
		Metas							330	330
Sociedade de Informação	11. Nº de projetos	Realização - Contratada			9	21	27	31		31
		Realização - Executada				3	11	14		14
		Metas							35	35
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada						25.000		25.000
		Realização - Executada								
		Metas							25.000	25.000
Turismo	34. Nº de projetos	Realização - Contratada			58	120	128	129		129
		Realização - Executada			1	3	20	47		47
		Metas							200	200
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - Contratada			139	331	349	347		347
		Realização - Executada					16	34		34
		Metas							500	500
Competitividade das Cidades	40. Nº de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - Contratada		11	25	53	71	89		89
		Realização - Executada			6	16	28	46		46
		Metas							95	95

Quadro 3.2 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de exe-cução (EX/PR)	Taxa de reali-zação (EX/AP)
EP VII - Total	**358.169.827,00**	**304.444.353,00**	**364.110.074,18**	**315.622.630,51**	**176.816.158,33**	**156.257.802,03**	**103,7%**	**51,3%**	**49,5%**
OE 7.1 - Qualificar o investimento empresarial			159.098.502,13	137.556.005,89	65.732.541,70	58.029.939,50			42,2%
OE 7.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas			149.095.016,54	129.812.189,24	91.397.456,27	80.769.263,04			62,2%
OE 7.3 - Apoiar a investigação na Região			5.988.003,08	5.169.703,77	3.768.396,99	3.283.038,60			63,5%
OE 7.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial			24.587.020,11	21.322.665,05	9.163.776,77	8.212.908,21			38,5%
OE 7.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs			17.604.329,57	15.065.258,79	2.456.676,51	2.189.753,69			14,5%
OE 7.6 - Melhorar a eficiência administrativa			7.737.202,75	6.696.807,77	4.297.310,09	3.772.898,99			56,3%

Execução Material

O cumprimento de metas e análise de progressos assenta na verificação da execução física do Eixo, fazendo uso tanto dos indicadores de realização, como dos indicadores de resultado e dos indicadores comuns comunitários (quadro 3.1, a qual reproduz o quadro constante do Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009.

A informação que se reporta em termos de execução, contem informação sobre as intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários das mesmas, independentemente da sua conclusão financeira.

Indicadores de realização

1) Sete Indicadores apresentam valores de realização contratada que igualam ou superam as metas para 2015, são os casos dos indicadores "Embarcações de pequena escala para transporte, tipo ferry" (2/2), "Infraestruturas de apoio à atividade económica" (18/18), "Nº de empresas rodoviárias de transporte coletivo de passageiros apoiados" (8/8), "Campanhas e eventos promocionais" (782/660), "Ações de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados" (251/250), "Nº de projetos da rede de comunicações de alta velocidade apoiadas" (2/2) e "Projetos de Automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados" (16/15);

2) Cinco indicadores, "Projetos com caráter inovador e fatores dinâmicos de competitividade" (35/50), "Projetos de investigação científica apoiados" (37/50), "Ações de divulgação científica e tecnológica apoiada" (39/50), "Espaços TIC apoiados" (71/100) e "Redes e projetos integrados de TIC" (17/20), apresentam valores de realização contratada com graus de aproximação às metas situados entre 70% e 100%;

3) Quatro indicadores, "Projetos de expansão/modernização apoiados" (464/800), "Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de engenharia financeira" (1.457/2.500), "Laboratórios de apoio à atividade produtiva" (2/3) e "Projetos para reequipamento científico" (15/30), apresentam valores de realização contratada que se situam entre 50% e 70% do valor da meta;

3) Três indicadores, "Equipamentos de TIC adquiridos" (515/1.100), "Infraestruturas tecnológicas apoiadas" (2/5) e "Projetos empresariais de I&D apoiados" (4/10), apresentam valores de realização contratada abaixo dos 50% do valor da meta;

Todos os indicadores, incluindo aqueles cujos valores contratados já ultrapassam as metas, apresentam valores de execução inferiores aos valores das metas, com exceção do indicador "Nº de empresas de transporte de passageiros apoiados" cujo valor de execução também neste cado iguala o valor da meta.

Indicadores de resultado

- Contratação

1) Três Indicadores atingiram os valores da meta para 2015, são os casos dos indicadores "Volume de negócios das empresas regionais no total do país" (1,5/1,5), "Ilhas com ligação a cabo submarino de fibra ótica" (9/9) e "Concelhos com acesso à rede de banda larga" (19/19);

2) Dois indicadores apresentam valores contratados com taxas de aproximação às metas francamente positivos, acima dos 80%, casos dos indicadores, "% da População beneficiada pela melhoria introduzida nos transportes coletivos de passageiros" (96/100) e "Agregados domésticos com ligação à internet" (64/70);

3) Cinco indicadores apresentam valores contratados acima dos 50% e abaixo dos 80%, casos dos indicadores "Receitas de hotelaria em M€ (43/60), "Empresas/serviços com certificação" (75/130), "Unidades do sistema científico e tecnológico, apoiadas" (68/100), "Postos de trabalho criados nos projetos apoiados pelo sistema de incentivos" (1.200/1.600) e "Organismos da Administração Publica que disponibilizam formulários para download (63/80);

4) Os indicadores "Despesas de I&D no PIB nacional" e "Empresas apoiadas em projetos de cooperação com o sistema científico e de investigação" apresentam valores significativamente baixos quando comparados com as metas, 38% e 20% respetivamente.

- Execução

a) 75 Empresas/serviços com certificação que compara com um valor da situação de partida de 60;

b) População beneficiada pela melhoria introduzida no sistema de transporte rodoviário coletivo de passageiros (96%);

c) Acréscimo de 15% do indicador "Volume de negócios das empresas regionais no total do país", que passou de 1,3% em 2004 para 1,5%;

d) Receitas de hotelaria diretas (43 milhões de euros), ainda assim abaixo da meta (60 milhões de euros) e do próprio valor de referência de 53 M€ (2005);

e) Unidades dos sistemas científicos e tecnológicos apoiados (64%), que é bastante acima do valor de situação de partida (20%), mas ainda distante da meta de 100%;

f) Agregados domésticos com ligação à internet (64%), que compara com uma situação de partida de 37% (2006);

g) Todas as ilhas têm acesso à banda larga, através de cabo submarina de fibra ótica (mais 2 que a situação inicial);

h) Organismos da administração pública que disponibilizam formulários para download (63%), que compara com uma situação de partida de 50% (2005).

Indicadores Comuns Comunitários

1 – A área temática "Emprego criado" regista um grau de execução de apenas 6,5% face à meta (111/1.700). No entanto a realização contratada de 1.293 empregos, equivale a um grau de aproximação à meta superior a 76%. A repartição da execução por género, revela-se muito equilibrada, isto é 58 homens e 53 mulheres;

2 – A área temática "Investigação e desenvolvimento tecnológico" apresenta 3 ICC. Apenas o indicador "Nº de projetos de I&DT" regista valores de execução com significado, 35 projetos executados num total de 58 contratados, um pouco mais que metade da meta. Os restantes

indicadores, "Projetos de cooperação empresas-instituições de investigação" e "Emprego na investigação criado" verificam um nível de contratação próximo dos 50% do valor da meta.

3 – Na área temática "Ajudas diretas às PME", encontram-se até o final de 2012 contratados 534 projetos (meta de 750), das quais 156 se referem a *start-up* (meta de 200). As taxas de execução em ambos os indicadores são inferiores a 40% face ao contratado.

Os projetos contratados estimam uma criação de 1.200 empregos e um efeito induzido no investimento de cerca de 294 milhões de euros, valores com graus de aproximação à meta de 75% e de 89%, respetivamente. O nível de execução é particularmente reduzido no 1º indicador e melhor para o 2º indicador (cerca de 42%), quando se compara com o contratado.

4 – Na área temática da Sociedade de informação, o indicador "Nº de projetos" com realização contratada acelerou a partir de 2010, estando próximo do valor da meta (31/35). O valor da execução representa 40% do valor contratado.

5 - Na área temática do Turismo, o indicador "Nº de projetos" subiu para 129 contratados (meta de 200), que visa proporcionar um "Nº de Empregos criados" de 347 (meta de 500). Os valores de execução 47 e 34, respetivamente, estão bastante aquém, quer dos valores contratados, quer dos valores das metas;

6 – Na área temática da Competitividade das Cidades, o indicador "Nº de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias" apresenta uma realização contratada de 89 projetos, aproximando-se do valor da meta para 2015 (95). A execução do indicador situa-se praticamente nos 50% do contratado.

Aspetos complementares de execução

A dotação do Eixo, em termos de Fundo, equivale a 31,5% da dotação global do programa.

A taxa de compromisso (aprovado versus programado) situa-se nos 103,7%, traduzindo desta forma uma situação de ligeiro overbooking (cerca de 11 milhões de euros de Fundo). O nível de aprovações alcançado (315,6 milhões de euros) corresponde a 33% do total das aprovações do programa.

Os Objetivos específicos 7.1 "Qualificar o investimento empresarial" e 7.2 "Dinamizar a rede de infraestruturas e serviços de apoio às empresas" apresentam valores de aprovação acumulados que correspondem a 84,7% do total das aprovações do Eixo. Esta taxa revela a elevada procura das empresas privadas aos apoios previstos nos sistemas de ajudas ao investimento, bem como das entidades públicas e "equiparadas", na qualidade de promotores das infraestruturas e de serviços de apoio às empresas, propiciando um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, na perspetiva do crescimento e do emprego.

A execução do Eixo, medida pela taxa de realização (executado versus aprovado), atingiu os 49,5%, mais 9 pontos percentuais que em 2011. As mais elevadas taxas de realização verificam-se nos

Objetivo específicos 2, 3 e 6 com taxas de 61,3%, 62,9% e 55,5%, respetivamente). Os restantes objetivos específicos apresentam taxas de realização inferiores à taxa média do Eixo.

A taxa de execução do Eixo permite relacionar o valor executado com o valor programado, a qual atingiu 51,3%, taxa de acréscimo de 47% em relação a 2011, permanecendo ainda inferior à taxa de execução média do programa (64,8%).

As candidaturas aprovadas no Eixo num total de 688 operações (mais 81 que o acumulado de 2011) são maioritariamente provenientes do Objetivo específico 7.1, e respeitam a aprovações no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento privado e do RAAPREA (linhas de crédito e instrumentos de engenharia financeira) num total de 523 operações, sendo as restantes aprovações referentes a operações no âmbito das tipologias previstas nos Objetivos específicos 7.2 a 7.6.

A não admissibilidade decorre da verificação do não cumprimento integral das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários e que se encontram estabelecidas em regulamento do programa, ou desistidas por opção do beneficiário.

As taxas de aprovação do Eixo são fortemente influenciadas pelas taxas verificadas no âmbito do Objetivo específico 7.1 Qualificar o investimento empresarial, candidaturas enquadradas em sistemas de incentivo ao investimento privado, as quais são inferiores às dos restantes objetivos específicos.

No final de 2012, todas as candidaturas aprovadas tinham sido sujeitas a formalização de contrato/termo de aceitação, obtendo-se uma taxa de contratação de 100%.

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas no Eixo é de 0,78 milhões de euros, permanecendo inferior ao investimento médio do programa (1,20 milhões de euros). Aquele valor é o mais baixo de todos os eixos prioritários, derivado da dimensão média dos investimentos de iniciativa privada (0,61 milhões de euros), já que a dimensão média dos investimentos de natureza pública ascende a 1,30 milhões de euros, valor acima da média do programa.

O Eixo prioritário VII prevê medidas de apoio aos agentes económicos privados através dos clássicos sistemas de incentivos, mas também através dos novos mecanismos de engenharia financeira.

O Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA) enquadra os objetivos e mecanismos de implementação dos instrumentos de engenharia financeira no âmbito do PROCONVERGENCIA.

Em 2012 e ao abrigo daquele regulamento foram aprovadas duas novas linhas de crédito, a Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez e a Linha de Crédito Açores Empresas III, envolvendo um custo total elegível de 2,8 milhões de euros.

Em linha com os objetivos que presidiram à criação das anteriores linhas de crédito, mantem-se o reforço do acesso das PME ao financiamento, com vista à expansão da atividade e/ou à modernização/inovação na estrutura produtiva, através da promoção da contratualização, junto do

sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME (Bonificação da Taxa de Juro e da Comissão de Garantia; Colaterais de Crédito (Garantia autónoma à primeira solicitação, emitida pela SGM); Bonificação do spread.

Tipologia de beneficiários

As tipologias de beneficiários das operações aprovadas ao nível do Eixo são: o setor privado (objetivo específico 7.1); a administração regional e local (objetivos específicos, 7.2, 7.3, 7.4, 7.5 e 7.6); a administração Indireta Serviços Personalizados (no âmbito dos objetivos específicos 7.2, 7.3, 7.4, 7.5); as Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público (no âmbito dos objetivos específicos 7.2, 7.4 e 7.5); as associações privadas sem fins lucrativos, no âmbito dos objetivos específicos 7.2, 7.4 e 7.5) e as instituições do ensino superior – universidade dos açores (ao nível do objetivo específico 7.3 e 7.4);

3.1.2- Análise Qualitativa

O contexto económico e financeiro desfavorável manteve-se ao longo de 2012. O programa aprovou operações contendo medidas que visam atenuar os efeitos negativos, quer através das ajudas concedidas no âmbito dos sistemas de incentivos ao investimento, quer por via lançamento de novas linhas de crédito e de novos mecanismos de engenharia financeira. Estas medidas estão em linha com as prioridades estratégicas europeias da competitividade e da criação de emprego;

A fim de acelerar os investimentos e de melhorar a disponibilidade dos fundos destinados a executar a política de coesão foi autorizado, temporariamente, uma modalidade de disponibilização de recursos que assegure a contrapartida nacional e desta forma garanta a execução ininterrupta dos programas operacionais. A medida aplica-se aos beneficiários que tenham ou venham a ter operações aprovadas, à exceção dos promotores de investimentos no âmbito dos sistemas de incentivo e dos instrumentos de engenharia financeira. No ano de 2012, as despesas incluídas em pedidos de pagamento, foram efetuados a uma taxa única de 95%, até ao limite do saldo final da operação. A aplicação da modalidade de Top Up teve uma repercussão ao nível das aprovações do Eixo prioritário VII de 5,9 milhões de euros de Fundo.

Foi concretizada em aprovação a opção pela "Construção de duas embarcações para transporte marítimo de passageiros", destinados ao tráfego de passageiros e carga no Grupo Central, com maior enfoque nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge. Esta medida insere-se numa estratégia de desenvolvimento da Região e das oportunidades que se surgidas com a expansão do turismo nos Açores. As novas embarcações serão do tipo ferry de passageiros/viaturas, envolvendo um investimento elegível de 19,3 milhões de euros.

Manteve-se em alta a procura ao nível do objetivo específico "Dinamização das redes de infraestruturas e serviços de apoio às empresas" (88 aprovações), cujas intervenções aprovadas têm um efeito de complementaridade com os projetos de natureza empresarial, através da criação de infraestruturas qualificadas, de que é exemplo o parque de exposições de Santana, na ilha de S. Miguel, e da melhoria da inovação, investigação e do empreendedorismo;

A aprovação no âmbito do OE 7.5 da operação "Instalação, Gestão, Exploração e Manutenção da Rede de Comunicações Eletrónicas de Alta Velocidade dos Açores, Ihas das Flores e do Corvo", que compreende a instalação de um cabo submarino, que terá uma configuração em semianel, ligando Faial-Flores-Corvo-Graciosa, com elevado grau de segurança. O anel será completado pela ligação entre a Graciosa e o Faial através de cabo submarino já existente, pertencente à PT Comunicações. Além do cabo submarino, será ainda instalada uma rede de acesso de fibra ótica nos concelhos de Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e Corvo que permitirá às populações locais o acesso a uma infraestrutura de telecomunicações de alto débito. O projeto tem como objetivo maximizar a cobertura por redes de banda larga de nova geração, tendo como objetivo a cobertura mínima de 50% da população de cada um dos concelhos abrangidos. A rede que vai ser construída permitirá ultrapassar os atuais condicionalismos e proporcionará a utilizadores residenciais e empresariais o acesso a serviços de banda larga de nova geração. O investimento total da operação ascende a cerca de 20,7 milhões de euros, sendo o investimento elegível de 14,4 milhões de euros.

Um leque alargado de intervenções presentes neste Eixo prioritário assegura um contributo relevante para a promoção da igualdade do género. Desde logo, por via dos apoios contemplados nos regulamentos dos sistemas de incentivos ao investimento empresarial, os quais proporcionam a criação/expansão de empresas, a promoção do empreendedorismo e consequentemente do aumento da empregabilidade (assinalar que o emprego feminino tem registado uma evolução muito positiva na estrutura do emprego regional), por outro lado, as operação no âmbito da sociedade de informação, por via da promoção do acesso às TIC, permitem um acréscimo dos níveis de empregabilidade e uma maior flexibilização dos tempos de ocupação e de uma maior conciliação da vida profissional com a vida familiar.

3.1.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Ao nível da candidatura, constata-se ainda uma insuficiente instrução dos respetivos processos, aos mais diversos níveis, com os consequentes atrasos na admissão e na contratação e, naturalmente, com reflexos noa apresentação dos pedido de pagamento.

Em 2012, mantiveram-se os estrangulamentos relacionados com a escassez de liquidez financeira e as dificuldades no acesso ao financiamento bancário, o que afetou com particular acuidade as entidades privadas com candidaturas enquadradas em sistemas de incentivos.

O programa acolheu as iniciativas promovidas pelas autoridades regionais, pautadas pela criação de novas medidas de aumento da liquidez e de combate às dificuldades de aceso ao crédito, traduzidas em 3 novas linhas de apoio (Linha de Crédito Açores Empresas III, Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez e a Linha Investe QREN), com várias modalidades de ajudas às PME e reforçando assim as linhas já anteriormente adotadas e em curso de execução.

O acréscimo dos pedidos com base na figura do adiantamento (apresentação de faturas e posterior regularização com apresentação dos documentos de quitação) tem sido utilizado mais frequentemente pelos beneficiários, constituindo um contributo importante para solucionar as dificuldades pontuais de liquidez revelada por parte de alguns beneficiários.

3.1.4 Boas Práticas que cumprem os objetivos da programação:

Designação:	**Linha Investe QREN**
Código da operação:	RAAFDR-07-0123-FEDER-000010
Executor:	SPGM - Sociedade de Investimentos, S.A.
Localização:	Região Autónoma dos Açores
Data de Contratação:	2012-11-26
Custo Total Elegível:	**1.100.000,00€**
Feder (100%):	1.100.000,00€

Figura – website da Caixa Geral de Depósitos

Objetivos: A linha de financiamento INVESTE QREN é destinada às empresas beneficiárias dos sistemas de incentivos do QREN e às entidades beneficiárias do Sistema de Apoios a Ações Coletivas (SIAC), para:

a) Financiamento da contrapartida nacional privada associada à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER;

b) Financiamento de custos de investimento não elegíveis associados à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER, apenas para empresas;

c) Financiamento da constituição de fundo de maneio necessário para a realização de operações cofinanciadas pelo FEDER.

Caracterização:

A linha Investe QREN foi lançada, considerando que:

- A conjuntura económica se tem revelado particularmente adversa para as empresas, que enfrentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito, quer para colmatar as suas necessidades de tesouraria quer para implementar os respetivos projetos de investimento, em especial os aprovados no âmbito do QREN, comprometendo o seu crescimento e modernização bem como a sua competitividade no mercado nacional e internacional;

- As empresas, e em particular a micro, pequenas e médias empresas são importantes agentes na dinamização da economia, mormente pelo relevante papel que desempenham ao nível das exportações, do emprego e do crescimento económico do país;

- No âmbito do empréstimo quadro (QREN EQ), que o Estado Português contratou com o Banco Europeu de Investimento, se pretende que a segunda tranche do mesmo seja reorientada para o apoio às empresas e à envolvente empresarial, através das organizações empresariais e do sistema científico e tecnológico nacional, assegurando o financiamento da contrapartida nacional privada associada à realização de operações cofinanciadas por FEDER no âmbito do QREN;

- O estado português, através do IFDR, com a cooperação das instituições de crédito aderentes e do sistema nacional de garantia mútua, consegue lançar um instrumento financeiro de apoio ao investimento das empresas, segundo o qual as instituições de crédito aderentes disponibilizam financiamento às empresas até um montante global de mil milhões de euros, dos quais 500 milhões provêm do empréstimo quadro (QREN EQ) celebrado entre o Estado Português e o Banco Europeu de Investimento, e os restantes 500 milhões serão assegurados por fundos do balanço das instituições de crédito aderentes.

Pretende-se que a 2.ª tranche do empréstimo-quadro seja reorientada para o apoio às empresas e à envolvente empresarial, através das organizações empresariais e do sistema científico e tecnológico nacional, assegurando o financiamento da contrapartida nacional associada à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER no âmbito do QREN.

Os instrumentos financeiros a criar com base nos recursos financeiros da 2.ª tranche do empréstimo-quadro EQ, visam permitir às empresas a concretização dos investimentos aprovados no QREN assumindo vantagens financeiras para os beneficiários, seja em termos de taxas de juros, de prazos, de concessão de garantias ou dos respetivos custos, tendo consequentemente subjacente uma componente de auxílios de Estado, pelo que se assegura a sua submissão às regras de auxílios de *minimis*.

Designação:	**Instalação, Gestão, Exploração e Manutenção da Rede de Comunicações Eletrónicas de Alta Velocidade da RA dos Açores (Ilhas das Flores e Corvo)**
Código da operação:	RAAFDR-07-0567-FEDER-000017
Executor:	FIBROGLOBAL - Comunicações Eletrónicas, S.A.
Localização:	Ilhas das Flores e do Corvo
Data de Contratação:	05-07-2012
Custo Total Elegível:	12.606.285,00€
Feder (85%):	10.715.342,25€

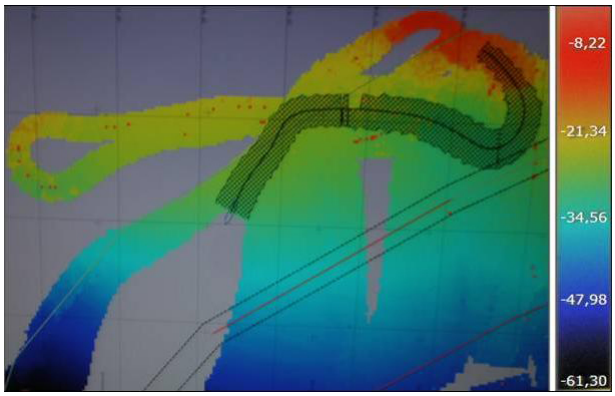


Figura – Monitor do sondador

Objetivos:

O projeto tem como objetivo maximizar a cobertura por redes de banda larga de nova geração, prevendo a cobertura mínima de 50% da população de cada um dos concelhos abrangidos (Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e Corvo).

A atual infraestrutura de telecomunicações nas ilhas das Flores e Corvo baseia-se numa tecnologia que limita a velocidade, flexibilidade e qualidade das ligações, condicionando, em última análise, o potencial de desenvolvimento socioeconómico local.

A rede que vai ser construída no âmbito deste projeto permitirá ultrapassar os atuais condicionalismos e proporcionará a utilizadores residenciais e empresariais o acesso a serviços de banda larga de nova geração. Sobre a rede a construir será desenvolvida uma oferta grossista que irá permitir a todos os operadores retalhistas a disponibilização dos mais avançados serviços de telecomunicações. Serão disponibilizados às populações dos concelhos de Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e Corvo serviços triple play (voz, dados e vídeo/TV), como o acesso à internet de banda larga e conteúdos televisivos com caraterísticas inovadoras. Constituirá ainda um importante fator de aproximação, ao permitir a disponibilização de serviços interativos, como a administração pública em linha, a aprendizagem em linha ou a telemedicina.

Caracterização:

O projeto caracteriza-se pela instalação, gestão e manutenção de uma rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade nas ilhas das Flores e do Corvo.

Compreende a instalação de um cabo submarino que terá uma configuração em semi-anel ligando Faial-Flores-Corvo-Graciosa, com elevado grau de securização. O anel será completado pela ligação entre a Graciosa e o Faial através de cabo submarino já existente, pertencente à PT Comunicações.

Além do cabo submarino, será ainda instalada uma rede de acesso de fibra ótica nos concelhos de Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e Corvo que permitirá às populações locais o acesso a uma infraestrutura de telecomunicações de alto débito.

Designação:	**Portal dos Centros de Ciência**
Código da operação:	RAAFDR-07-0567-FEDER-000014
Executor:	Direção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações
Localização:	Não regionalizável
Data de Contratação:	24-02-2012
Custo Total Elegível:	40.000,00€
Feder (85%):	34.000,00€

Figura – Portal dos Centros de Ciência

Objetivos:

Com o desenvolvimento deste projeto pretende-se atingir os seguintes objetivos:

a) Promover a divulgação dos Centros de Ciência nos Açores e no mundo;

b) Facilitar o contacto e a partilha entre os diversos Centros de Ciência;

c) Estimular a utilização dos recursos informáticos;

d) Consolidar a Sociedade do Conhecimento e da Informação nos Açores.

Caracterização:

O projeto visa o apoio à criação e implementação do portal web para rede de centros de ciência dos Açores, enquanto espaços de divulgação científica e tecnológica por excelência.

Os Centros de Ciência dos Açores são espaços de divulgação da cultura científica e tecnológica que têm por objetivos contribuir para uma maior divulgação do conhecimento; promover o contacto entre a realidade escolar e o mundo da ciência; apoiar a implementação do ensino experimental das ciências; contribuir para a disseminação das metodologias ativas; facilitar o acesso da população às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Atualmente esta rede conta com seis Centros de Ciência: o EXPOLAB, na Lagoa, atuando no âmbito das temáticas relacionadas com Ciências Naturais e a Tecnologia; o Observatório Astronómico de Santana, na Ribeira Grande, vocacionado para a divulgação de temáticas relacionadas com a Astronomia; o Observatório Vulcanológico e Geotérmico (OVGA), na Lagoa, que prossegue o desenvolvimento e a promoção de

atividades de investigação aplicada e de divulgação científica na área da Vulcanologia, Sismologia e Geotermia; o Observatório do Ambiente dos Açores (OAA), em Angra do Heroísmo, especialmente vocacionado para a área do Ambiente; O Observatório do Mar dos Açores (OMA), dedicado à divulgação científica sobre o Mar dos Açores e o Observatório Microbiano dos Açores (OMICA), nas Furnas, orientado para a divulgação na área dos micro-organismos e sua ecologia.

O Portal Web dos Centros de Divulgação de Ciência dos Açores foi concebido como um ponto de acesso privilegiado a diversos conteúdos relacionados com a Ciência e a Tecnologia, bem como às atividades e serviços de cada centro. Através dele será possível compreender a vocação dos diferentes centros, a sua complementaridade e as especificidades de cada um. O portal Web dos centros de ciência inicia-se com a divulgação dos conteúdos já existentes, que deverão ser reunidos de uma forma sistemática e coerente, mas irá sendo complementado e atualizado com regularidade, por forma a cumprir integralmente a sua função.

Pretende-se que o portal constitua um acesso às páginas Web de cada Centro que, desta forma, serão congregadas num espaço comum, potenciando assim um sentido de roteiro de ciência, mas valorizando-se igualmente a individualidade e especificidade temática de cada centro.

Designação:	**Modernização administrativa do Município da Horta**
Código da operação:	RAAFDR-07-0626-FEDER-000017
Executor:	Câmara Municipal da Horta
Localização:	Ilha do Faial / concelho da Horta
Data de Contratação:	28-09-2012
Custo Total Elegível:	**325.484,16€**
Feder (85%):	276.661,54€

Figura – Atendimento no Município da Horta

Objetivos:	- Otimizar os serviços, disponibilizar ferramentas tecnológicas ao munícipe, incrementar a segurança e fiabilidade da infraestrutura informática e incremento da eficácia da relação município/munícipe. - Aproximar os munícipes/cidadãos e empresas da informação relativa aos processos geridos e serviços prestados pelo município, e por outro, tornar mais eficaz e otimizada a capacidade de gestão da informação e dos documentos, que resultem da atividade da autarquia. - Assegurar um melhor e mais célere tratamento dos pedidos e solicitações (e respetiva informação) de que dependem as atividades internas e interações que a autarquia tem com os munícipes/cidadãos e empresas.
Caracterização:	A operação consiste na modernização da infraestrutura tecnológica do Município da Horta, visando uma otimização dos recursos existentes focada na melhoria contínua dos serviços a prestar aos cidadãos, envolvendo: - **Implementação de Balcão Único e Serviços on-line**, visando a otimização e a monitorização dos serviços direcionados ao munícipe, possibilitando a disponibilização de serviços online, dos quais de destacam os processos de obras particulares e faturação do consumo de águas;

- **Implementação de MyDoc**, solução que irá permitir ao Município um salto tecnológico e qualitativo na desmaterialização processual e na agilização de processos e procedimentos destacando-se as seguintes vantagens:

- Apoiar toda a atividade de relacionamento com os munícipes /cidadãos e empresas, por forma a acompanhar um determinado pedido desde a sua solicitação até ao resultado final, reunindo, num só local, todos os fluxos de tramitação de informação dispersos em diferentes soluções para que possam ser geridos mais eficazmente;

- Aumentar a qualidade do serviço prestado, fornecendo ao munícipe uma melhor visibilidade dos seus processos e pedidos.

- **Implementação de Sistema de Informação Geográfica (SIG):** uma tecnologia SIG de elevada qualidade permitindo uma maior eficiência interna nomeadamente com a criação de ferramentas de gestão urbanística a disponibilizar ao Munícipe bem como em outras áreas de atuação.

- Sistema de Senhas: a implementar no Gabinete de Atendimento que contempla toda a gestão de espera, direcionamento e monitorização no âmbito do atendimento.

- Outros equipamentos e soluções específicos indispensáveis à modernização da infraestrutura tecnológica do Município destinados a, reduzir os custos de contexto, agilizar o atendimento dos Munícipes por exemplo aquando do pagamento das faturas de águas e outros documentos de cobrança, disponibilizar o acesso gratuito à internet nalguns pontos do concelho bem como o eventual alargamento da cobertura desse serviço.

Eixo Prioritário VIII – Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda de Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, os principais resultados alcançados até ao final de 2012 no âmbito do Eixo VIII.

Quadro 3.3 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares									
Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário construídos	Realização - Contratada		4	7	9	11	13		13
	Realização - Executada		1	2	6	7	8		8
	Metas				4			15	15
Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário remodelados	Realização - Contratada		6	26	32	37	47		47
	Realização - Executada			12	20	25	31		31
	Metas				9			50	50
População escolar beneficiada	Resultado (%) contratado					29,2	36,9		36,9
	Resultado (%) executado			9	13	18,7	25,3		25,3
	Metas				10			40	40
	Valor de Referência / Situação de Partida	40.566 (2003)							
OE 8.2 - Valorizar o património cultural									
Equipamentos culturais construídos/ intervencionados	Realização - Contratada		4	8	13	16	20		20
	Realização - Executada		2	4	7	14	14		14
	Metas				5			20	20
Museus	Realização - Contratada		3	5	7	9	11		11
	Realização - Executada		1	2	5	9	9		9
Bibliotecas	Realização - Contratada		1	3	3	3	4		4
	Realização - Executada		1	2	2	2	2		2
Outros	Realização - Contratada				3	4	5		5
	Realização - Executada					3	3		3
Aumento do número de	Resultado (%) contratado								

Quadro 3.3 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII										
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
visitantes dos espaços culturais		Resultado (%) executado				13,6	-1,3	30,6		30,6
		Metas				5			10	10
		Valor de Referência / Situação de Partida	96000 (2007)							
OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local										
Equipamentos de animação local construídos/remodelados		Realização - Contratada			5	17	20	37		37
		Realização - Executada			4	7	14	20		20
		Metas				9			25	25
Beneficiários dos equipamentos de animação local		Resultado (%) contratado					15,5	32,6		32,6
		Resultado (%) executado			7	10,4	13,6	14,9		14,9
		Metas				40			30	30
		Valor de Referência / Situação de Partida	85.000							
OE 8.4 – Modernizar Equipamentos de Saúde										
Unidades de saúde construídas/remodeladas/apetrechadas		Realização - Contratada				13	14	15		15
		Realização - Executada				11	13	14		14
		Metas				3			15	15
Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos		Resultado (%) contratado					88,8	99,5		99,5
		Resultado (%) executado				88,8	88,8	90,8		90,8
		Metas				19			95	95
		Valor de Referência / Situação de Partida	242.000							
OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social										
Projetos de Intervenção social apoiados		Realização - Contratada		1	3	9	21	36		36
		Realização - Executada			2	3	7	22		22
		Metas				7			30	30
População beneficiada por projetos de intervenção social		Resultado (Nº) contratado					1.318	2.309		2.309
		Resultado (Nº) executado			230	280	430	1.480		1.480
		Metas				400			2.000	2.000
		Valor de Referência / Situação de Partida								
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)										
Áreas Temáticas	**Indicadores**									
Educa-ção	36. Nº de projetos	Realização - Contratada		9	24	32	40	54		54
		Realização - Executada			7	20	27	36		36
		Metas							55	55
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		3.500	7.364	8.733	11.838	14.963		14.963
		Realização - Executada			3.500	5.405	7.586	10.275		10.275
		Metas							13.000	13.000
Saúde	38. N.º de projetos	Realização - Contratada				5	8	12		12
		Realização - Executada				1	7	8		8
		Metas							12	12

Quadro 3.3 – Realização Física do Eixo Prioritário VIII										
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Inclusão Social	41. Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - Contratada		1	27	41	61	90		90
		Realização - Executada			9	23	34	58		58
		Metas							85	85

Quadro 3.4 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compr o-misso (AP/PR)	Taxa de exe-cução (EX/PR)	Taxa de reali-zação (EX/AP)
EP VIII -Total	**322.095.863,00**	**273.781.483,00**	**304.545.830,39**	**264.036.565,46**	**197.008.995,19**	**172.630.255,55**	**96,4%**	**63,1%**	**65,4%**
OE 8.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares			159.700.852,83	137.587.199,36	116.101.101,32	100.527.410,57			73,1%
OE 8.2 - Valorizar o património cultural			47.514.388,11	40.933.904,33	24.186.311,90	21.105.039,55			51,6%
OE 8.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local			11.870.058,32	10.331.063,53	9.793.595,80	8.566.070,39			82,9%
OE 8.4 - Modernizar equipamentos de saúde			45.315.366,64	39.320.063,27	16.072.504,58	14.463.630,52			36,8%
OE 8.5 - Modernizar a rede de equipamentos de proteção social			40.145.164,49	35.864.334,97	30.855.481,59	27.968.104,52			78,0%

Execução material

A avaliação da implementação física do Eixo prioritário VIII é realizada com recurso a 9 indicadores de realização física (na prática correspondem a 6 indicadores já que 3 deles detalham o desempenho do indicador "Equipamentos culturais construídos/intervencionados") e a 5 indicadores de resultados.

Indicadores de realização

1) Quatro indicadores de realização apresentam taxas de realização contratada que igualam ou mesmo superam as metas, sendo os casos de 3 indicadores, "Projetos de Intervenção social apoiados" (36/30), "Equipamentos de animação local construídos/remodelados" (37/25) e "Equipamentos culturais construídos/ intervencionados" (20/20) a que se junta neste período o indicador "Unidades de saúde construídas/remodelados/apetrechadas" (15/15). Assinala-se o acréscimo significativo verificado no total das contratações relativamente a 2011, por parte dos 2 primeiros indicadores, respetivamente de +71% e +85%.

2) O desempenho do indicador "Equipamentos culturais construídos/intervencionados" decompõe-se como referido em 3 indicadores: "Equipamentos culturais construídos/intervencionados Museus" (passou de 9 para 11 contratados), "Equipamentos culturais construídos/ intervencionados – Bibliotecas" (passou de 3 para 4 contratados) e "Outros equipamentos culturais construídos/ intervencionados – Outros" (passou de 4 para 5 contratados);

3) Os indicadores "Estabelecimentos de Ensino básico, secundário, profissional e universitário construído" (13/15) e "Estabelecimentos de Ensino básico, secundário, profissional e universitário remodelado" (47/50) apresentam taxas de realização contratada que perspetivam que as metas possam ser atingidas, respetivamente de 87% e 94%;

4) Os indicadores de realização registam valores de execução com graus de aproximação às metas diversos, em média, bastante satisfatórios (taxas entre os 53%, obtidas pelo indicador "Estabelecimentos de Ensino básico, secundário, profissional e universitário construído" e os 93% atingidas pelo indicador "Unidades de saúde construídas/remodelados/apetrechadas");

Indicadores de resultado

- Contratação

1) Três indicadores registam valores de realização contratados superiores ao valor das respetivas metas, casos dos indicadores, , "Beneficiários diretos dos projetos de intervenção social" (2.309/2.000), "Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos" (99/95) e "Beneficiários dos equipamentos de animação local apoiados" (33/30);

2) Um Indicador apresenta valores contratados inferiores aos valores das metas, medidos em percentagem, mas com um grau de aproximação bastante favorável, caso do indicador "População escolar beneficiada" (37/40);

Os valores de execução dos indicadores de resultados são em geral inferiores aos contratados, mas com evoluções positivas relativamente a 2011. É o exemplo do indicador "Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos" que apresenta um grau de disponibilidade para utilização de praticamente 100%.

- Execução

- 39 Estabelecimentos de ensino básico, secundário, profissional e universitário construído/ remodelados / equipados;
- 14 Equipamentos culturais construídos /remodelados /equipados;
- 20 Equipamentos de animação local construídos /remodelados /equipadas;
- 14 Unidades de saúde construídas /remodelados/ equipadas;
- 22 Operações de intervenção social construídas /remodelados/ equipadas.

Indicadores Comuns Comunitários

1- Na área temática da Educação, o indicador "Nº de projetos", regista uma realização contratada de 54 projetos (mais 14 que em 2011), o que corresponde a um grau de aproximação à meta de 98%; o indicador "Nº de alunos que beneficiam das intervenções" atingiu um valor de 14.963 que já supera a meta em mais 1.963 alunos beneficiados. A execução de ambos os indicadores atinge 65% e 79%, respetivamente;

2– Na área temática da Saúde, o valor de realização contratada iguala o valor da meta (12/12), sendo que a execução atinge os 67%;

3– Na área temática da Inclusão social, o indicador "Nº de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social" regista uma realização de 90 projetos contratados (mais 29 que o valor de 2011 e mais 5 que o valor da meta). Verifica-se uma evolução acentuada das aprovações, o que revela um enfoque das prioridades de investimento nesta área temática, em resposta às necessidades crescentes manifestadas pela população.

Aspetos complementares de execução

O volume acumulado de aprovações (264 milhões de euros) revela um acréscimo significativo quando comparado com a posição reportada a 2011 (mais 42,7%).

O peso das aprovações do Eixo no total das aprovações do programa (27,6%) aproxima-se do peso em termos do programado.

A taxa de compromisso do Eixo é de 96,4% (mais 29 pontos percentuais que a de 2011) e muito próxima da média do programa.

O Eixo prioritário compreende cinco objetivos específicos, mantendo esta estrutura desde o início do programa. O Objetivo específico 8.1 "Modernizar a Rede de equipamentos escolares" apresenta o grosso do volume das aprovações, que equivale a 52% do total das aprovações do Eixo. O investimento médio de 2,6 milhões de euros por projeto contratado diz respeito no essencial a intervenções nas infraestruturas do parque escolar.

A taxa de realização do Eixo (valor executado que compara com o valor aprovado) atingiu os 65,4%, contra os 68,4% de 2011, taxa idêntica à taxa média do programa. O decréscimo verificado neste período denuncia as diferenças no ritmo de realização das aprovações e da execução.

As taxas de realização mais favoráveis foram alcançadas pelos objetivos específicos 8.3 (82,9%), 8.5 (78%) e 8.1 (73%), todas acima da média do Eixo. A evolução menos favorável da taxa de realização foi alcançada pelo Objetivo específico 8.4 (36,8% contra 61,7% em 2011).

A taxa de execução do Eixo (valor executado versus valor aprovado) registou 61,2% (46,2% em 2011), uma taxa já próxima da média do programa, mas a níveis muito inferiores aos registados pelos Eixos IX e X (menos 12 pp e 34 pp, respetivamente).

O número total de aprovações ascende a 139 operações (mais 42 que idêntico valor acumulado em 2011).

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas tornou a baixar ligeiramente relativamente ao valor de 2011, à semelhança do já verificado em idêntico período anterior (1,89 milhões de euros em 2012, contra 2,13 milhões de euros em 2011 e contra 2,24 milhões de euros em 2010), ainda assim representa mais do dobro do valor do investimento médio do programa (0,84 milhões de euros).

A não admissibilidade decorre, ou da verificação do não cumprimento integral das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários e que se encontram estabelecidas em regulamento do programa, ou desistidas por opção do beneficiário.

No final de 2012, todas as candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo tinham sido contratualizadas, levando a uma taxa de contratação de 100% (contratadas/aprovadas).

Tipologia de beneficiários

As tipologias de beneficiários do Eixo VIII têm origem na administração pública regional e local (presentes em todos os objetivos específicos); Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público (no âmbito dos objetivo específico 8.2); associações privadas sem fins lucrativos - instituições particulares de solidariedade social, no âmbito do objetivo específico 8.5; associações públicas e Fundações no âmbito do objetivo específico 8.1; instituições do ensino superior – universidade dos açores (objetivo específico 8.1);

3.2.2- Análise Qualitativa

O nível elevado de aprovações no âmbito do Objetivo específico 8.1 “Modernizar a rede os Equipamentos escolares”, 15 operações que envolvem um investimento elegível de 36,7 milhões de euros, as quais concorrem para uma das principais prioridades na afetação de meios dirigidos, a valorização do capital humano na componente educativa. Nesta linha, regista-se a aprovação da

operação "Construção de novas instalações da Escola Profissional do Sindicato dos Profissionais de Escritório, Comércio, Indústria, Turismo, Serviços e Correlativos da Região Autónoma dos Açores", localizada em Ponta Delgada, que se concretiza na construção de 30 salas para aulas de formação teórica e laboratoriais (informática e multimédia), naturalmente orientada para a valorização do capital humano, na componente da formação profissional;

A aprovação de 2 operações ao nível do Objetivo específico 8.4 "Modernizar a rede de equipamentos de saúde", relativas à ampliação do Hospital da Horta e à nova construção do centro de saúde da Madalena, abrange uma população alvo de cerca de 24.000 habitantes e vem aumentar a acessibilidade aos cuidados de saúde. O investimento elegível aprovado corresponde a 27,4 milhões de euros.

A continuação de uma procura muito dinâmica ao nível das aprovações do objetivo específico 8.5 "Modernizar a rede de equipamentos de proteção social" (15 aprovações em 2012), que se consubstancia na consolidação da rede de equipamentos de natureza social, dirigida especialmente à infância, à população juvenil, à população idosa e à população portadora de deficiência.

As operações aprovadas no Eixo VIII, pela sua natureza específica, valorização dos sistemas de educação, de saúde, de solidariedade social, bem como os equipamentos de âmbito local, por via do alargamento e modernização do parque escolar, das condições de oferta sanitárias, do acréscimo da oferta de creches e jardins-de infância, lares de idosos, centros de dia e de convívio e de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, oferecem um contributo muito positivo para a dimensão da igualdade de oportunidades, com consequências na maior disponibilidade para a empregabilidade e empreendedorismo feminino e um maior interligação da vida profissional com a vida familiar;

3.2.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

A natureza infraestrutural caracteriza a tipologia da maioria das operações contratadas neste eixo prioritário, sendo que os principais beneficiários destas operações são organismos da administração pública, regional e local, e entidades do setor empresarial público.

A decisão das autoridades regionais de afetar preferencialmente o mecanismo do Top-Up às operações cujos beneficiários pertençam às administrações públicas constitui um fator favorável à diminuição do risco associado à escassez de meios de financiamento interno.

Ao nível da candidatura, constata-se ainda uma insuficiente instrução dos respetivos processos, aos mais diversos níveis, com os consequentes atrasos na admissão e na contratação e, naturalmente, com reflexos noa apresentação dos pedido de pagamento.

A autoridade de gestão não limitou o acesso e a aprovação de operações com níveis de maturidade correspondentes às fases de pré-execução, de modo a garantir a viabilização do início de execução financeira das operações, de acordo com as normas orçamentais do cabimento e da existência prévia das fontes de financiamento da operação. O próprio financiamento comunitário atribuído à operação no âmbito do programa passou a ser condição relevante para a atribuição de visto do Tribunal de Contas aos contratos constantes da operação.

Os beneficiários cada vez mais fizeram usos da figura do adiantamento, pedido de pagamento justificado com a apresentação de faturas e posterior regularização pela apresentação de documentos de quitação, tendo a autoridade de gestão, de acordo com os limites regulamentares e dos fundos disponíveis, aceitado por forma acelerar os pagamentos aos beneficiários, o que se revelou adequado à disponibilização da necessária liquidez.

Nos restantes planos da gestão do programa, não foram detetados problemas significativos que tivessem repercussões negativas no desempenho geral do Eixo. As matérias mais delicadas ligadas à contratação pública, à geração de receitas e à sustentabilidade financeira dos investimentos, que envolveu com maior incidência as entidades contratualizadas com a administração regional, designadamente instituições particulares de solidariedade social, foram resolvidas e clarificadas no âmbito da recíproca colaboração entre a gestão do programa e os respetivos beneficiários.

3.2.4 Boas Práticas que cumprem os objetivos da programação

Designação:	**Construção da EB1 de Ensino Especial de Rabo de Peixe**
Código da operação:	RAAFDR-08-0144-FEDER-000037
Executor:	Governo dos Açores / Direção Regional da Educação e Formação
Localização:	Ilha de São Miguel/ Concelho da Ribeira Grande
Data de Contratação:	26-09-2012
Custo Total Elegível:	2.325.475,20€
Feder (85%):	1.976.653,92€

Figura – Edifício Ensino Especial de Rabo de Peixe

Objetivos:	Tem como principais objetivos o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais dos educandos, o que se traduz nas seguintes frentes de ação:

	• Ajuda na aquisição da estabilidade emocional; • Desenvolvimento das possibilidades de comunicação; • Redução das limitações provocadas pela deficiência; • Apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; • Desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; • Preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida ativa.
Caracterização:	Construção de uma nova escola de apoio com um programa próprio devido à introdução do Ensino Especial como uma forma de dar resposta à população estudantil com necessidades e carências, envolvendo a criação de 18 salas de aula e um núcleo de educação especial com salas de trabalho e de apoio. A educação especial é dirigida à recuperação e integração sócio educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais. A educação especial contempla atividades dirigidas aos educandos, às famílias, aos educadores e às comunidades. Este edifício possibilita um conjunto de espaços para acolher modelos diversificados de integração de indivíduos com necessidades educativas específicas devido a deficiências físicas e mentais e para esta escolaridade básica devem ser implementados currículos e programas devidamente adaptados as características de cada tipo e grau de deficiências. A educação especial requer uma atenção e preocupação redobrada, já que a mesma dispõe-se à recuperação e integração sócio educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

Designação:	**Construção do Museu das Lajes das Flores**
Código da operação:	RAAFDR-08-0252-FEDER-000017
Executor:	Câmara Municipal das Lajes das Flores
Localização:	Ilhas das Flores/ Concelho das Lajes das Flores
Data de Contratação:	25-09-2012
Custo Total Elegível:	**1.457.510,56 €**
Feder (85%):	1.238.883,98 €

Figura – Imagem tridimensional do futuro museu das Lajes das Flores

Objetivos:

Permitir o acesso a um novo equipamento cultural que potenciará o desenvolvimento sociocultural da população e contribuirá para uma melhoria da oferta cultural aos visitantes e turistas.

Caracterização:

A operação consiste na construção de um novo edifício para instalação do Museu Municipal das Lajes das Flores.

Este Museu terá diferentes espaços expositivos e de serviços, integrando auditório, salas de exposições temporários e permanentes, biblioteca, área administrativa, arquivo, zona técnica, entre outros.

O Museu das Lajes das Flores terá como missão estudar e preservar o património e, através dele, promover e divulgar a cultura e identidades florentinas e açoriana, privilegiando um conjunto de atividades de cariz pedagógico, destinadas aos diversos públicos. Serão várias as valências do Museu, nomeadamente:

Exposição Permanente:

Nas instalações de Exposição Permanente serão expostas as pecas museológicas propriedade do Município, dentro delas destacando-se a volumosa coleção e acervo artístico de arte sacra, bem como muitas exposições de coleções diversas que se foram adquirindo ao longo dos anos e que ate agora não tiveram lugar com a dignidade que se pretende, para a sua exposição. Pretende-se também expor etnografia florentina (e regional) e História Natural da Ilha das Flores (e da RAA).

Exposições Temporárias, as quais terão diferentes finalidades:

1. Receber coleções que com muita frequência se deslocam a Ilha das Flores e que ate

aqui eram expostas, com todas as adaptações que eram necessárias fazer-se, habitualmente na Camara Municipal ou no Salão da Casa do Povo;

2. Trazer para aquele espaço uma coleção temática. Pertencente ao Museu ou a particulares, para que a atenção esteja focada nesse tema, sem dispersão de atenção;

3. Expor a peça do mês, um objeto das Coleções do Museu que tenha tido significado e relevância no passado da vivência da Ilha das Flores, com a sua descrição, tanto do fabrico, como da utilização, história, etc., documentada com as fotografias possíveis.

4. Exposição de etnografia florentina;

5. Exposição de brinquedos do passado;

6. História Natural da Ilha, etc.

Biblioteca

Onde serão conservados Livros e Centro de documentação, para consulta.

Auditório com Palco

Para a realização de eventos com interesse para o Museu, realização de Palestras da mais diversa ordem e especialmente para Serviço Educativo em coordenação da Escola

Área técnica

Espaço onde se procederá ao contínuo restauro de pecas museológicas, para ir complementando as exposições e que a Câmara tem em grande quantidade para o efeito.

Designação:	**Construção de Creche, Jardim de Infância e Centro de Atividades Ocupacionais para Deficientes na Graciosa**
Código da operação:	RAAFDR-08-0549-FEDER-000032
Executor:	Governo dos Açores / Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social
Localização:	Concelho de Santa Cruz da Graciosa / Ilha da Graciosa
Data de Contratação:	20-08-2012
Custo Total Elegível:	2.380.346,75€
Feder (85%):	2.023.294,74€

Figura – Projeto em execução

Objetivos:	a) Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado; b) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças; c) Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado; d) Prevenir e compensar défices sociais e culturais do meio familiar; e) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança; f) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo; g) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico
Caracterização:	Construção de Creche, Jardim de Infância e Centro de Atividades Ocupacionais para Deficientes (CAO). Trata-se de um equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário, assim como o apoio à criança e à família, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família. Este projeto terá ainda como objetivo o desenvolvimento de atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

O equipamento em construção terá 2 salas para jardim-de-infância e uma sala polivalente/ginásio também para o jardim-de-infância, um refeitório com capacidade para 60 crianças. 3 Salas para creche com capacidade para utentes até aos 24 meses, para utentes dos 24 a 36 meses, duas salas com capacidade total para 24 crianças. A área do edifício destinada ao CAO tem um refeitório, duas salas de atividades, sala de descanso, gabinete técnico, apoios sanitários e sala de snoezelen. No exterior espaço para estacionamento com 7 espaços.

Ao nível da política da igualdade de oportunidades, a operação pretende modernizar a rede de equipamentos de proteção social do concelho de Santa Cruz da Graciosa, permitindo o acesso da população a equipamentos e serviços sociais prestados à infância e a pessoas com deficiência de diferentes faixas etárias.

Eixo Prioritário IX - Promover a Coesão Territorial e Sustentabilidade

3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda de Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, os principais resultados alcançados até ao final de 2012 no âmbito do Eixo IX.

Quadro 3.5 – Realização Física do Eixo Prioritário IX

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas									
Novas estradas construídas	Realização - Contratada		2	9	12,42	23,42	25,02		25,02
	Realização - Executada		1	2	2,38	11,12	23,22		23,22
	Metas				10			25	25
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		174	249	337,42	409,01	558,55		558,55
	Realização - Executada		68	155	263,42	324,56	390,53		390,53
	Metas				170			450	450
Portos comerciais intervencionados	Realização - Contratada		2	5	6	8	10		10
	Realização - Executada		2	2	4	6	8		8
	Metas				3			10	10
Portos de pesca intervencionados	Realização - Contratada		5	8	8	7	7		7
	Realização - Executada		4	7	8	6	6		6
	Metas				2			10	10
Aumento de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal	Resultado (%) contratado					88	93,8		93,8
	Resultado (%) executado			78	80,8	83,7	86,9		86,9
	Metas				77			87	87
	Valor de Referência / Situação de Partida	70							
Portos comerciais beneficiados/ modernizados	Resultado (%) contratado					66,7	83,3		83,3
	Resultado (%) executado			17	33	50	66,7		66,7
	Metas				25			80	80
	Valor de Referência / Situação de Partida	12							
Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade	Resultado (%) contratado					75	75		75
	Resultado (%) executado			-		69	69		69
	Metas			5				85	85
	Valor de Referência / Situação de Partida								

Quadro 3.5 – Realização Física do Eixo Prioritário IX									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas									
Equipamentos portuários adquiridos	Realização - Contratada			3	11	22	22		22
	Realização - Executada			2	2	6	20		20
	Metas				7			30	30
Estudos/diagnósticos/ campanhas/ planos	Realização - Contratada				1	1	1		1
	Realização - Executada					1	1		1
	Metas				5			6	6
Redução do número de acidentes rodoviários	Realização - Contratada								
	Resultado (N.º)			3.727	3.660	3.682	2.843		2.843
	Metas				3.600			3.200	3.200
	Valor de Referência / Situação de Partida	3.900 (2004)							3.900 (2004)
Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores	Realização - Contratada								
	Resultado (N.º)			12 a 13	13 a 14	19	19		19
	Metas				13 a 14			17 a 20	17 a 20
	Valor de Referência / Situação de Partida	11 a 12 (2006)							
OE 9.3 - Ordenar o território									
Planos de ordenamento apoiados	Realização - Contratada		1	3	9	11	11		11
	Realização - Executada		1	1	1	2	5		5
	Metas				9			20	20
Planos de Ordenamento da Orla Costeira	Realização - Contratada				3	3	3		3
	Realização - Executada				1	2	3		3
	Metas				1			4	4
Estudos e Diagnósticos	Realização - Contratada				3	3	9		9
	Realização - Executada					2	3		3
	Metas				3			10	10
Projetos de intervenção urbana e na orla costeira	Realização - Contratada			3	6	13	14		14
	Realização - Executada			1	1	6	9		9
	Metas				4			15	15
Orla costeira com planos de ordenamento	Realização - Contratada								
	Resultado (%)			80	80	80	100		100
	Metas				90			100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	80							
OE 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais									
Rede de distribuição de água construída/beneficiada	Realização - Contratada		7	24	53,27	58,57	72,21		72,21
	Realização - Executada				17,93	29,38	47,17		47,17
	Metas				45			70	70
Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Realização - Contratada			1	10,8	13,22	20,45		20,45
	Realização - Executada					10,13	14,23		14,23
	Metas				60			20	20
Estações de tratamento de águas residuais	Realização - Contratada			2	2	4	4		4
	Realização - Executada				1	2	2		2
	Metas				2			5	5

Quadro 3.5 – Realização Física do Eixo Prioritário IX									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Captação e tratamento de água	Realização - Contratada		3	8	16	23	25		25
	Realização - Executada		2	2	8	13	19		19
	Metas				7			30	30
Projetos gestão de resíduos sólidos	Realização - Contratada					15	19		19
	Realização - Executada					7	12		12
	Metas							25	25
Estudos e Planos no âmbito do abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos	Realização - Contratada			9	12	14	15		15
	Realização - Executada			6	6	11	14		14
	Metas				10			20	20
Perdas nos sistemas de abastecimentos de água	Realização - Contratada								0
	Resultado (%)					30	35		35
	Metas				15			10	10
	Valor de Referência / Situação de Partida	20 (2001)							20 (2001)
Aglomerados urbanos com população superior a 2000 e. p. que não cumprem com a Diretiva Comunitária 91/271/CEE, do Conselho, de 21/15/1991	Realização - Contratada								
	Resultado (%)			8	8	8	6		6
	Metas				4			0	0
	Valor de Referência / Situação de Partida	8 (2006)							8 (2006)
População coberta pela recolha seletiva doméstica de resíduos sólidos	Realização - Contratada								
	Resultado (%)			88	88	92	92		92
	Metas				93			100	100
	Valor de Referência / Situação de Partida	88 (2005)							88 (2005)
OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental									
Projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede natura 2000)	Realização - Contratada		10	10	14	31	33		33
	Realização - Executada		7	7	10	11	15		15
	Metas				12			35	35
Projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamentos de estruturas de monitorização)	Realização - Contratada		4	5	7	15	15		15
	Realização - Executada		1	1	2	7	10		10
	Metas				5			18	18
Campanhas de sensibilização e promoção ambiental	Realização - Contratada				1	1	1		1
	Realização - Executada				1	1	1		1
	Metas				10			5	5
Estudos	Realização - Contratada			1	5	15	15		15
	Realização - Executada			1	1	3	6		6
	Metas				5			20	20

Quadro 3.5 – Realização Física do Eixo Prioritário IX									
Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos	Resultado (n.º)- Contratado					6	8		8
	Resultado (n.º)- Executado			2	2	4	6		6
	Metas				4			9	9
	Valor de Referência / Situação de Partida	1							1
Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos	Realização - Contratada								
	Resultado (%)					1	1		1
	Metas							9	9
	Valor de Referência / Situação de Partida								
OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos									
Infraestruturas de apoio à proteção civil	Realização - Contratada				1	4	5		5
	Realização - Executada						1		1
	Metas				1			6	6
Equipamentos adquiridos no âmbito da proteção civil	Realização - Contratada		10	34	42	51	64		64
	Realização - Executada			34	41	51	51		51
	Metas				9			60	60
Campanhas de âmbito regional de sensibilização e informação da população	Realização - Contratada					3	3		3
	Realização - Executada					0	2		2
	Metas							3	3
	Valor de Referência / Situação de Partida								
População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil	Resultado (%) contratado					27,4	27,4		27,4
	Resultado (%) executado						14,7		14,7
	Metas				20			30	30
	Valor de Referência / Situação de Partida	242.000							

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)										
Áreas Temáticas	**Indicadores**		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Transportes	13. Nº de projetos	Realização - Contratada		36	56	79	101	131		131
		Realização - Executada			37	56	77	100		100
		Metas								
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada		1	9	12,42	23,42	25		25
		Realização - Executada			2	2,38	11,12	23		23
		Metas							25	25
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		68	249	337,42	409,01	559		559
		Realização - Executada			155	263,42	324,56	391		391
		Metas							450	450

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)										
Áreas Temáticas	**Indicadores**		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - Contratada		33.500	45.121	53.740	88.596	92.323		92.323
		Realização - Executada			33.500	34.953	43.508	86.421		86.421
		Metas							90.000	90.000
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - Contratada			9.293	10.816	21.645	24.037		24.037
		Realização - Executada				6.171	15.526	18.523		18.523
		Metas							23.000	23.000
	27. Nº de projetos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada			2	5	15	19		19
		Realização - Executada			1	2	7	12		12
		Metas							25	25
Prevenção de Riscos	31. Nº de projetos	Realização - Contratada		1	4	13	24	28		28
		Realização - Executada			2	5	13	17		17
		Metas							30	30
	33. População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização - Contratada		149.929	149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Realização - Executada			149.929	149.929	149.929	149.929		149.929
		Metas							190.000	190.000

Quadro 3.6 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de exe-cução (EX/PR)	Taxa de reali-zação (EX/AP)
EP IX - Total	**374.732.212,00**	**318.522.380,00**	**355.719.560,34**	**307.459.340,43**	**267.846.365,76**	**232.767.125,02**	**96,5%**	**73,1%**	**75,7%**
OE 9.1 - Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas			231.554.855,55	199.455.248,87	169.316.565,36	146.552.702,22			73,5%
OE 9.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas			11.022.633,50	9.398.051,23	10.102.726,24	8.616.130,06			91,7%
OE 9.3 - Ordenar o território			16.544.350,08	14.463.552,87	10.274.282,00	9.133.995,00			63,5%
OE 9.4 - Aumentar a cobertura da rede de infraestruturas ambientais			47.610.596,02	41.473.088,24	37.988.551,33	33.294.350,21			80,8%
OE 9.5 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental			39.553.041,98	34.470.827,96	32.102.193,68	28.137.606,93			81,6%
OE 9.6 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos			9.434.083,21	8.198.571,26	8.062.047,15	7.032.340,60			85,8%

Execução material

O desempenho do Eixo prioritário IX é avaliado através de 23 indicadores de realização física e 12 indicadores de resultados.

Indicadores de realização

1) Sete indicadores apresentam valores de realização contratada que iguala ou supera o valor da meta para 2015, são os casos dos indicadores, "Novas estradas construídas" (25/25), "Estradas reconstruídas ou remodeladas" (559/450), "Intervenções em portos comerciais" (10/10), "Rede de distribuição de água construída/beneficiada" (72/70), "Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada" (20/20), "Equipamentos adquiridos no âmbito da proteção civil" (64/60) e "Campanhas de âmbito regional de sensibilização e informação da população" (3/3).

2) A maioria dos indicadores (13) regista valores de realização contratada que iguala ou ultrapassa os 70% do valor da meta: "Portos de pesca intervencionados" (70%), "Equipamentos portuários adquiridos" (73%), "Planos de Ordenamento da Orla Costeira" (75%), "Estudos e Planos no âmbito

do abastecimento de água, águas residuais e gestão de resíduos" (75%), "Estudos" (75%), "Projetos de gestão de resíduos sólidos" (76%), "Estações de tratamento de águas residuais" (80%), "Captação e tratamento de água" (83%), "Projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental, construção/remodelação e equipamento de estruturas de monitorização" (83%), "Infraestruturas de apoio à proteção civil" (83%), "Estudos e Diagnósticos" (90%), "Projetos de intervenção urbana e na orla costeira" (93%), "Projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos, centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da RN 2000" (94%).

3) Três indicadores apresentam graus de realização contratada inalteráveis em relação a 2011 e aquém dos valores da meta, em menor grau o indicador "Planos de ordenamento apoiados" (55%), com maior significado os indicadores "Campanhas de sensibilização e promoção ambiental" (20%) e "Estudos/diagnósticos/campanhas/planos" do objetivo específico 9.2 (17%).

Indicadores de resultado

- Contratação

1) Quatro indicadores apresentam resultados contratados que igualam ou superam os valores da meta: "Aumento em % de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal" (94/87), "Portos comerciais beneficiados/modernizados" em percentagem (83/80), "Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores" (19/17 a 20) e "Orla costeira com planos de ordenamento, em percentagem" (100/100);

2) Cinco indicadores registam taxas de resultado face às metas que se consideram favoráveis: "População coberta pela recolha seletiva doméstica de resíduos sólidos" (92%), "População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil" (90%), "Redução do n.º de acidentes rodoviários" (89%), "Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade", em % (88%) e "Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos" (67%);

3) Os indicadores "Perdas nos sistemas de abastecimentos de água em percentagem", "Área classificada abrangida por intervenções de gestão ativa de espaços protegidos em percentagem" e "Aglomerados urbanos com população superior a 2.000 e. p. que não cumprem com a Diretiva Comunitária 91/271/CEE, do Conselho, de 21/15/1991", apresentam resultados contratados bastante aquém das metas, respetivamente 35 que compara com 20, 1 que compara com 9 e 6 que compara com 0.

- Execução

- Pavimentos adequados da rede viária regional (94% que compara com a situação de partida de 70%);

- Portos comerciais beneficiados (83% que compara com a situação de partida de 12%);

- Embarcações de pescas que beneficiam de melhores condições de operacionalidade por via das intervenções operadas nos portos (75% que compara com uma meta de 85%);
- Redução no n.º de acidentes rodoviários (2.843 que compara com a meta de 3.200 e com uma situação de partida de 3.900);
- Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores (19 que compara com a meta de 17 a 20 e com uma situação de partida de 11 a 12);
- Orla costeira com planos de ordenamento (100%, que compara com uma situação de partida de 80%);
- População coberta pela recolha seletiva doméstica de resíduos sólidos (92% que compara com a situação de partida de 88%);
- Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos (6 ilhas que compara com 1 ilha da situação de partida e 9 ilhas da meta);
- População beneficiada pela requalificação das infraestruturas do sistema regional de proteção civil (27% que compara com 30% da meta e com 24% da situação de partida).

Indicadores Comuns Comunitários

1– Os 3 indicadores que fazem parte da área temática dos Transportes, apresentam comportamentos bastante favoráveis, sendo que em todos a realização contratada supera o valor das metas. Os valores de execução indicam, 100 projetos finalizados, 23km de novas estradas e 391kms de estradas reabilitadas/remodeladas;

2- No âmbito da área temática do Ambiente, dois indicadores registam valores de realização contratada superiores aos valores da meta, casos de "Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água" e "Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais". O indicador "Nº de projetos de resíduos sólidos" regista uma taxa de realização contratada de 76%. Em termos de valores de execução por via dos projetos finalizados, destaca-se um total de 86.421 habitantes beneficiados pelos sistemas de abastecimento de água apoiados e de 18.523 habitantes beneficiados pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais apoiados;

3– No âmbito da área temática da Prevenção de Riscos o indicador "Nº de projetos" regista uma realização contratada que quase iguala o valor da meta (28/30), ao passo que a realização contratada do indicador "População que beneficia de medidas contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos, exceto cheias e inundações" permanece inalterável (149.929/190.000). A taxa de execução dos indicadores é de 57% e 79%, respetivamente.

Aspetos complementares de execução

A dotação do Eixo prioritário IX, em termos de Fundo (318,5 milhões de euros), equivale a 33% da dotação global do programa.

O volume de aprovações alcançado (307,5 milhões de euros) corresponde a uma taxa de compromisso de 96,5%, inferior em 2,4 pontos percentuais à média do programa.

Constata-se que o valor das aprovações no âmbito do objetivo específico 9.1 - Requalificar a rede de infraestruturas rodoviárias e marítimas, representa 64,8% do total do Eixo, justificada pelos valores relativamente elevados dos investimentos em infraestruturais de transportes.

A taxa de realização do Eixo (executado versus aprovado) atingiu os 75,7%, bastante superior à média do programa e apenas superada pela taxa de realização do Eixo X. O Objetivo específico 9.2 regista a principal taxa de realização, superior a 91%, sendo que os restantes, com exceção do objetivo específico 9.3 (taxa de realização de 62,1%), registam taxas de realização satisfatórias, entre os 73% e os 85%.

Em termos de execução, o Eixo IX regista uma taxa de execução (executado versus programado) de 73,1% (59,7% em 2011), situando-se acima da taxa média do programa.

No âmbito do Eixo encontram-se aprovadas 285 candidaturas (mais 53 que o acumulado de 2011).

A não admissibilidade decorre da verificação do não cumprimento integral das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários e que se encontram estabelecidas em regulamento do programa, ou desistidas por opção do beneficiário.

No final de 2012, todas as candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo tinham sido objeto de contratualização, verificando-se uma taxa de contratação de 100%.

A dimensão média do investimento elegível associado às candidaturas aprovadas neste Eixo prioritário é de 1,1 milhões de euros, acima do valor médio do programa de 0,8 milhões de euros.

Tipologia de beneficiários

A análise da tipologia de beneficiário do Eixo IX revela que o total das aprovações tem origem de beneficiários das tipologias "administração autónoma regional", "administração autónoma local" e "Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público". As duas primeiras tipologias são transversais nas aprovações de todos os objetivos específicos, ao passo que a terceira tipologia surge fundamentalmente associada às aprovações ocorridas nos objetivos específicos 9.1 e 9.2.

3.3.2- Análise Qualitativa

A prossecução de uma procura elevada verificada no objetivo específico 9.1 "Requalificar a rede regional de infraestruturas rodoviárias e marítimas" e nomeadamente ao nível da rede viária, comprovada pelo nº elevado de projetos aprovados (25 operações) e do investimento elegível, 28,3 milhões de euros. Estas intervenções que vão de encontro à prioridade da coesão territorial, têm uma distribuição por todo o território regional e visam aumentar os níveis de acessibilidade interna de cada concelho/ilha, bem como a segurança do tráfego rodoviário (modernização de pavimentos, sinalização e supressão de estrangulamentos);

A aprovação da operação visando a construção do novo terminal de passageiros da Madalena, com um custo total elegível de 8,6 milhões de euros. Esta intervenção a par de outras já realizadas noutros portos da Região vem de encontro aos objetivos regionais de dotar as infraestruturas portuárias com espaços de receção dos passageiros que procuram o tráfego marítimo inter-ilhas, que se faz sentir mais reforçadamente na época alta turística. A aerogare do porto da Madalena vem proporcionar uma melhoria substancial das condições de acolhimento que é oferecida aos passageiros que utilizam a principal rota marítima na região, que é ligação marítima Horta-Madalena-Horta (mais de 700.000 passageiros/ano).

No âmbito da valorização, proteção e sustentabilidade ambiental, tipologias previstas nos objetivos específicos 9.3, 9.4 e 9.5, as operações aprovadas são fundamentalmente promovidas pelas autarquias locais e respeitam a intervenções nas redes de abastecimento de água, saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos urbanos. No entanto as principais intervenções nestes domínios foram sendo apresentadas e aprovadas em anos anteriores.

Realça-se a aprovação da operação "Construção do Centro de interpretação da cultura do Ananás", com a qual se pretende divulgar e promover uma atividade de características únicas, associado ao estudo e sistematização do seu conhecimento, mostrando-a e explicando-a ao público em geral, aos turistas e ao público em idade escolar.

Na área temática da Prevenção de Riscos, as principais aprovações incidiram no Centro de Operações de Emergência Sismovulcânica dos Açores (CIVISA) e no Sistema Integrado de Atendimento e Despacho de Proteção Civil, cuja finalidade é melhorar a eficácia e eficiência das operações de proteção civil e socorro e garantir as condições necessárias para a tomada de decisões em situações de emergência;

3.3.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

As medidas de contenção orçamental, com impactos negativos na contrapartida regional dos investimentos, podem ter pesado ao nível das decisões sobre o investimento público e ao nível da

execução financeira das operações aprovadas. O desempenho das aprovações nos objetivos específicos 9.3, 9.4 e 9.5, com tipologias mais associados às iniciativas das autarquias locais, revelou uma desaceleração relativamente aos anos anteriores.

A decisão de afetar o mecanismo do Top-Up às operações promovidas por beneficiários da administração pública, regional e local, constitui uma solução para fazer diminuir o risco associado à escassez de meios de financiamento orçamentais.

Não se obstaculizou o acesso e a aprovação de operações com baixos níveis de maturidade, por forma a garantir a viabilização do início de execução financeira das operações, de acordo com as normas orçamentais do cabimento e da existência prévia das fontes de financiamento da operação exigidas na concessão de Visto pelo Tribunal de Contas.

Também neste eixo, os beneficiários utilizaram a figura de adiantamento.

Nos restantes planos da gestão do programa, não foram detetados problemas significativos que tivessem repercussões negativas no desempenho geral do Eixo.

3.3.4 Boas Práticas que cumprem os objetivos da programação:

Designação:	Novo Terminal de Passageiros da Madalena na Ilha do Pico
Código da operação:	RAAFDR-09-0185-FEDER-000034
Executor:	Sociedade Portos dos Açores, S.A.
Localização:	Ilha do Pico / Concelho de Madalena
Data de Contratação:	03-07-2012
Custo Total Elegível:	8.595.802,74€
Feder (85%):	7.306.432,33€

Figura – **Intervenção no porto da Madalena**

Objetivos/ Caracterização:

A operação consiste na Construção do Novo Terminal de Passageiros no Porto da Madalena, na ilha do Pico, tendo em vista servir os novos navios *ferry* que irão garantir as ligações inter-ilhas e libertar as atuais instalações para outras atividades. Será também parte integrante do projeto a intervenção nos espaços exteriores à gare de passageiros com remodelação das vias de acesso e do parque de estacionamento, aumentando consideravelmente o número de lugares e promovendo um rearranjo urbanístico da zona.

Obras marítimas

A área de intervenção é de aproximadamente 15.000 m2 dos quais 9.500 m2 correspondem a área terrestre existente (parque de estacionamento, passeio marginal e via de acesso) e os restantes 5500 m2 respeitam ao terrapleno e às infraestruturas portuárias a criar.

O novo terminal está preparado para receber navios ferry com calados até 4 m e compreende:

- Extensão do terrapleno existente e retenções marginais;

- Ponte-cais e duas rampas RO-RO;

- Edifício destinado a gare de passageiros e às instalações da administração portuária;

- Arranjo do espaço público envolvente.

Gare marítima

O edifício do Terminal, estendendo-se paralelamente à frente urbana da vila e ocupando a totalidade do limite Sul-Norte do novo aterro.

Espaço público

A reformulação e reorganização das infraestruturas portuárias da Madalena, Pico, com a construção de um novo terminal e gare marítima de passageiros, associada à modernização das embarcações que passarão a acostar a este porto, colocam a necessidade e a oportunidade de reorganizar, ampliar e modernizar também o espaço público portuário.

Designação:	**Construção de uma Lagoa Artificial no Município do Corvo**
Código da operação:	RAAFDR-09-0446-FEDER-000040
Executor:	Câmara Municipal do Corvo
Localização:	Ilha do Corvo/ Concelho de de Vila Nova do Corvo
Data de Contratação:	21-12-2012
Custo Total Elegível:	762.465,45€
Feder (85%):	648.095,63€

Figura – Lagoa artificial

Objetivos/ Caracterização:

A operação consiste na construção de uma Lagoa Artificial, com o objetivo de reforçar todo o sistema de abastecimento de água potável na ilha do Corvo, indo de encontro à evolução, crescente e significativa, nos registos do consumo de água que se tem verificado nos últimos anos, quer no plano dos consumos da população residente, quer ao nível dos alojamentos turísticos, importando acautelar as necessidades presentes e futuras. A Lagoa terá capacidade para 15 000 m³ de água.

Para resolver o problema de fornecimento contínuo de água à vila do Corvo, e tendo em conta o Estudo Hidrogeológico da Ilha do Corvo, que refere a inviabilidade de captação de água quer por furos, quer pelas nascentes, procurou-se como solução a construção de uma nova lagoa artificial, que reforce a já existente.

Assim, estudou-se a localização da lagoa, com base na proximidade à já existente, à existência de água superficial em quantidade e qualidade adequada, bem como uma cota que garanta o fornecimento de água por gravidade, de modo a minimizar os custos de exploração.

Deste modo, a nova lagoa artificial surge entre o bordo norte da cratera denominada por Coroinha e a vertente exterior Sul do Caldeirão, a uma cota aproximada de 527 metros. A montante deste local existem duas bacias que convergem respetivamente para a Ribeira da Fonte Doce e afluente da Ribeira da Lapa.

Designação:	**Centro de Interpretação da Cultura do Ananás - São Miguel**
Código da operação:	RAAFDR-09-0531-FEDER-000049
Executor:	Governo dos Açores / Direção Regional do Ambiente
Localização:	Ilha de São Miguel/ Concelho de Ponta Delgada
Data de Contratação:	20-07-2012
Custo Total Elegível:	588.962,67€
Feder (85%):	500.618,27€

Figura – **Centro de Interpretação da Cultura do Ananás**

Objetivos/ Caracterização:

Esta operação tem por objetivo a requalificação de um edifício existente para instalação do Centro de Interpretação da Cultura do Ananás, na freguesia da Fajã de Baixo, concelho de Ponta Delgada, local onde se iniciaram as primeiras plantações de ananases.

O Centro de Interpretação da Cultura do Ananás pretende divulgar e promover uma atividade de características únicas, com práticas tradicionais de cultivo, assentes em mão-de-obra local que se mantém desde a primeira exportação de ananases para Inglaterra, em 1864. Neste sentido, as atividades a desenvolver no futuro centro pretendem associar a divulgação e promoção desta cultura ao estudo e sistematização do seu conhecimento, dirigidas ao público em geral, especialmente aos turistas nacionais e estrangeiros, ao público em idade escolar e aos residentes.

O "Centro de Interpretação da Cultura do Ananás" pretende ser um equipamento fundamental na informação prestada aos visitantes, não só através dos seus conteúdos, mas também pela forma como poderá conduzir e dirigir os seus visitantes a outros locais da ilha relacionados com a mesma temática.

Eixo Prioritário X - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

A tabela seguinte apresenta, com base no conjunto de Indicadores de Eixo prioritário e ainda de Indicadores Comuns Comunitários aplicáveis, os principais resultados alcançados até ao final de 2012 no âmbito do Eixo X.

Quadro 3.7 – Realização Física do Eixo Prioritário X

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago									
Rotas de transporte inter-ilhas objeto de compensação financeira	Realização - Contratada		15	15	15	15	15		15
	Realização - Executada		15	15	15	15	15		15
	Metas				15			15	15
Poupança obtida ao nível dos encargos públicos no transporte aéreo inter-ilhas	Resultado (ME) - Contratada					41,7	46		46
	Resultado (ME) - Executada			18	27	37,4	43,7		43,7
	Metas				14			45	45
	Valor de Referência / Situação de Partida	3,5/ano							
OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago									
Infraestruturas aéreas intervencionadas/ apetrechadas	Realização - Contratada		1	3	9	9	9		9
	Realização - Executada			1	3	9	9		9
	Metas				3			9	9
Movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados + desembarcados)	Realização - Contratada								
	Resultado (milhares)			369	369	432	406		406
	Metas				476			376	376
	Valor de Referência / Situação de Partida	355 (2004)							
Movimento de carga beneficiada (carregada + descarregada)	Realização - Contratada								
	Resultado (milhares)			1.153	1.163	1.285	1.355		1.355
	Metas				1.500			1.071	1.071
	Valor de Referência / Situação de Partida	1.379 (2004)							

Indicadores Comuns Comunitários (*core indicators*)

Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Transportes	13. Nº de projetos	Realização - Contratada		1	6	10	13	13		13
		Realização - Executada			3	4	8	13		13
		Metas								

Quadro 3.8 – Indicadores Financeiros									
Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de reali-zação (EX/AP)
EP X - Total	**131.201.666,00**	**65.600.833,00**	**124.990.491,50**	**65.465.641,33**	**119.243.110,09**	**62.591.950,62**	**99,8%**	**95,4%**	**95,6%**
OE 10.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago			92.006.524,26	48.960.485,09	87.369.447,52	46.641.946,72			95,3%
OE 10.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago			32.983.967,24	16.505.156,24	31.873.662,57	15.950.003,90			96,7%

Execução Material

Indicadores de realização e resultado

1) Os indicadores de realização física do Eixo encontram-se distribuídos por 2 objetivos específicos: o Objetivo específico "Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte" integra 1 indicador de realização e 1 indicador que avalia os resultados diretos e imediatos das realizações; o Objetivo específico "Compensar os custos de investimento do sistema de transporte aéreo", inclui um indicador de realização relativo às infraestruturas aéreas intervencionadas e dois indicadores de resultados, um ao nível dos passageiros beneficiados, outro ao nível das mercadorias movimentadas;

2) Os 2 indicadores de realização apresentam valores de realização contratada que cumprem integralmente os valores das metas para 2015. O indicador "Rotas de transporte aéreo inter-ilhas objeto de compensação financeira", atendendo ao previsto no contrato de serviço público objeto de financiamento, é imediatamente alcançado com a aprovação da respetiva operação (15 rotas aprovadas /15 rotas previstas), e o indicador "Infraestruturas aéreas intervencionadas" que regista um valor de realização contratada de 9 que compara com a meta de 9;

3) A execução dos indicadores de realização atinge os 100%, significando que as operações que corporizam os indicadores se encontram em condições de utilização por parte dos beneficiários;

4) Os indicadores de resultado estritamente associados aos de realização revelam situações muito positiva face às metas programadas: o indicador "Poupança de encargos públicos no transporte inter-ilhas" com um valor de 44 milhões de euros, equivale a um grau de aproximação à meta de

98%; o indicador "Movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados embarcados +desembarcados", com um valor de 406 mil, ultrapassa a meta em 30 mil; o indicador "Movimento de carga beneficiada" com um valor de 1.355 tons, ultrapassa a meta em 284 tons.

Aspetos complementares de execução

A dotação do Eixo X, em termos de Fundo (65,6 milhões de euros), equivale a 6,8% da dotação global do programa.

O volume de aprovações alcançado (125 milhões de despesa pública e 65,5 milhões de euros de Fundo) proporciona uma taxa de compromisso (valor aprovado que compara com o valor programado) de 99,8%, a mais elevada do programa.

O nº 2 do artigo 11º do regulamento (CE) nº 1080/2006 estabelece que a dotação específica afeta a este Eixo deve ser utilizada num mínimo de 50% a fim de contribuir para o financiamento das ajudas ao funcionamento e das despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas, que no caso da Região Autónoma dos Açores tem correspondência nas dotações previstas no Objetivo específico 10.1 "Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte".

No final de 2012 a comparticipação FEDER das despesas correntes/funcionamento correspondiam a 74,8% da dotação global deste Eixo Prioritário. Consequentemente os restantes 25,2% foram afetos a despesas de investimento no âmbito da requalificação da rede regional de aeródromos/aeroportos.

A taxa de realização do Eixo (executado versus aprovado) ultrapassou os 95%, bastante superior à média do programa. Ao nível dos objetivos específicos, as taxas de realização são bastante próximas, sendo a do Objetivo específico 10.2 a mais elevada 96,6%, contra 95,2% do objetivo específico 10.1.

A não admissibilidade decorre da verificação do não cumprimento integral das condições de admissibilidade e de aceitabilidade por parte das operações e/ou dos beneficiários e que se encontram estabelecidas em regulamento do programa, ou desistidas por opção do beneficiário.

No final de 2012 todas as candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo tinham sido contratualizadas com o programa, verificando-se uma taxa de contratação de 100%.

No âmbito do Eixo permanecem aprovadas 15 candidaturas, sendo 2 afetas ao Objetivo específico 10.1 e 13 ao Objetivo específico 10.2.

A dimensão média do investimento associado às aprovações do Eixo é a mais elevada do programa, com valores próximos dos 4,4 milhões de euros, fortemente influenciada pelo valor de aprovação referente à Compensação dos custos decorrentes das obrigações de serviço público impostas para o tráfego aéreo inter-ilhas, que corresponde a 74% do total aprovado.

Tipologia de beneficiários

A Administração pública regional é a única tipologia de beneficiário presente nas aprovações do Objetivo específico 10.1, sendo ainda responsável pela execução de algumas aprovações do Objetivo específico 10.2. A tipologia "Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público", grupo SATA, é maioritariamente responsável pelas aprovações do Objetivo específico 10.2.

3.1.2- Análise Qualitativa

A compensação dos custos de insularidade constitui-se como objetivo específico da intervenção do programa, em que as dotações adicionais, de acordo com as normas regulamentares, se encontram repartidas entre despesas de funcionamento e relacionadas com obrigações e contratos de serviço público e despesas de investimento, totalmente orientada para orientada para o segmento do transporte aéreo.

Em 2012, não ocorreram novas aprovações, mas apenas reprogramações de operações aprovadas e ainda várias não admissões de candidaturas, por força de insuficiente dotação disponível.

Não há a registar constrangimentos com impactos negativos na implementação do Eixo X durante o período de reporte. A taxa de realização de 95,4% largamente superior à média do programa.

Os investimentos aprovados no Eixo beneficiam do facto de, por um lado estarem enquadrados em contratos e serviços de interesse económico geral (concessão dos serviços de transportes aéreo inter-ilhas) e, por outro lado, os investimentos em infraestruturas serem da iniciativa da administração regional, ou resultarem de parcerias entre a administração regional e entidade pública empresarial do setor dos transportes aéreos, assentes em contratos programa que incluem uma montagem institucional e financeira que favorece a sua regular implementação e execução.

3.4.3 - Problemas significativos encontrados na implementação do Eixo Prioritário e medidas tomadas

Desde o arranque do programa a dotação do Eixo registou uma procura elevada, não se tendo verificado em nenhum momento dificuldades assinaláveis, quer do lado dos compromissos, quer do lado da execução.

4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1 Grandes Projetos

Do levantamento inicialmente efetuado durante a preparação da programação foi identificado um grande projeto,

A 15 de Abril de 2009 a Autoridade de Gestão notificou o IFDR sobre a anulação da candidatura do grande projeto explicitando os motivos que justificaram tal decisão por parte do promotor.

Nos termos da regulamentação então aplicável, a autoridade de gestão não procedeu a qualquer pagamento de comparticipação financeira FEDER, a título de adiantamento e/ou reembolso, por não dispor da decisão sobre este Grande Projeto, pelo que não houve lugar a qualquer processo de restituição de fundos.

No ano de 2012 não foram apresentados grandes projetos ao PROCONVERGENCIA.

4.2 Projetos Ambientais

Nos termos do Regulamento (EU) nº 539/2010, informa-se que não foram apresentados ao Programa projetos ambientais com um custo total entre 25 e 50 milhões de euros.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Informação relativa aos progressos físicos e financeiros

O quadro seguinte apresenta, com base no conjunto de indicadores de eixo prioritário definidos no Programa, os principais resultados alcançados até final de 2012 no âmbito da Assistência Técnica.

Quadro 5.1 – Realização Física do Eixo Prioritário XI

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)									
EP XI - Assistência Técnica									
Número de processos de entidades públicas analisados	Realização		100	253	416	583	711		711
	Metas				300			700	700
Número de ações de acompanhamento realizadas	Realização			18	64	116	205		205
	Metas				150			650	650
Estudos e avaliações	Realização			1	1	1	1		1
	Metas				2			3	3
Taxa de aprovação do Programa	Resultado (%)			39	60	80,5	98,9		98,9
	Metas				70			100	100
Taxa de execução do Programa	Resultado (%)			20	35	50,6	64,8		64,8
	Metas				50			100	100
Promotores públicos visitados pela estrutura de gestão pelo menos uma vez	Resultado (%)			31	54	46,3	55,1		55,1
	Metas				70			100	100

Quadro 5.2 – Indicadores Financeiros

Objetivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro-misso (AP/PR)	Taxa de execuçã o (EX/PR)	Taxa de reali-zação (EX/AP)
EP XI - Total	**4.705.882,00**	**4.000.000,00**	**3.515.663,06**	**3.145.620,07**	**2.378.578,12**	**2.179.097,87**	**78,6%**	**54,5%**	**69,3%**
OE 11.1 - Assistência Técnica do Programa			3.515.663,06	3.145.620,07	2.378.578,12	2.179.097,87			69,3%

Análise Qualitativa

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, designadamente as definidas no artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, tem que assegurar um conjunto de atividades, que concorram para a preparação, gestão, acompanhamento e controlo, avaliação, informação e disseminação do Programa Operacional.

O eixo da assistência técnica do Programa reveste-se assim de especiais características, na medida em que se destina ao financiamento do funcionamento dos sistemas e estruturas de apoio técnico da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios e o respetivo apoio logístico, bem como, à promoção de ações conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afetação dos meios financeiros.

A dotação global do FEDER prevista no Eixo XI ascende a 4 milhões de euros, correspondendo a 0,4% do Financiamento Comunitário total do Programa. Este valor respeita os limites regulamentares estabelecidos no nº 1 do artigo 46º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, alterado pelo Regulamento (CE) nº 284/2009.

Em 2012, ao nível do Eixo XI – Assistência Técnica e relativamente aos indicadores de realização, constata-se uma evolução muito positiva. O total de processos de entidades públicas analisadas (711) ultrapassa já a meta prevista para 2015 (700) e o número de ações de acompanhamento realizadas em termos acumulados (205), representa 31,5% da meta definida, situação que em 2011 representava 17,8%. No período de 2013 a 2015 serão intensificadas as ações de acompanhamento das operações para garantir a plena concretização deste indicador. Em 2012 não foram realizados estudos e avaliações, pelo que se mantem o reportado em 2011.

No que concerne aos indicadores de resultado salienta-se o elevado grau de compromisso do Programa, 98,9%, bem como, o grau de execução já atingido de 64,8%. Os promotores públicos visitados pela estrutura de gestão, pelo menos uma vez, atinge 55,1%, o que traduz um aumento em relação a 2011, preconizando-se até ao final de 2015 a plena concretização da meta (100%).

Quadro 5.3 – Execução Financeira por Operação

Designação	Beneficiário	Aprovações 2007-2012		Execuções 2007-2012		Taxas Fundo %
		Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Realização (EX/AP)
TOTAL		**3.515.663**	**3.145.619**	**2.378.578**	**2.179.098**	**69%**
Assistência Técnica da Autoridade de Gestão 2007-2010	DRPFE	669.358	568.954	669.358	568.954	100%
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCAH	O. I. - DRAIC	644.905	592.345	441.757	419.670	71%
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCIH	O. I. - DRAIC	366.606	311.615	0	0	0%
Protocolo de cooperação SIDER DRAIC-CCIPD	O. I. - DRAIC	584.794	536.743	396.683	376.849	70%
Assistência Técnica da Autoridade de Gestão 2011-2015	DRPFE	1.250.000	1.135.962	870.780	813.625	72%

À data de 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se aprovadas cinco candidaturas neste eixo, duas relativas à assistência técnica da AG, uma relativa ao período de 2007 a 2010, já concluída, e a outra ao período de 2011 a 2015, e três promovidas pelo OI DRAIC, relativas à assistência técnica das entidades associadas à gestão, Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e Câmara do Comércio e Indústria da Horta.

O montante de despesa pública aprovado representa 3,5 Milhões de Euros a que corresponde um cofinanciamento FEDER de quase 3,2 Milhões de Euros e uma taxa de compromisso de 78,6%.

A taxa de execução deste eixo, no final de 2012 é de 54,5%, o que corresponde a um valor FEDER executado de cerca de 2,2 Milhões de Euros.

Em conformidade com o estipulado na regulamentação comunitária, nacional e regional, e no aviso de abertura deste eixo, as despesas que constam destas operações são as respeitantes às atividades de gestão, coordenação e acompanhamento, à divulgação e publicidade do programa, as inerentes ao desenvolvimento do sistema de informação SIPOP e aquisição de material informático e software, imprescindíveis às atividades de gestão.

Estas operações contribuem para dois temas prioritários, contudo por motivos operacionais, resulta que a cada operação corresponde um só tema prioritário. Assim no anexo V estas operações estão classificadas no tema prioritário dominante (85).

Dando continuidade à informação apresentada em anteriores relatórios, apresenta-se no quadro seguinte a desagregação da execução, por ano, com a preparação, execução, acompanhamento e controlo (85) e com estudos/ avaliação e informação e comunicação (86).

Quadro 5.4 – Assistência Técnica FEDER por Temas Prioritários

	85- Prep. Exec. Acompanh. Controlo	86 - Estudos/Avaliação e Inf. Comunicação	Total ano
2009	184.248,03	98.028,63	282.276,66
2010	121.758,00	90.650,60	212.408,60
2011	359.439,95	53.672,20	413.112,15
2012	1.218.333,92	52.966,56	1.271.300,48
TOTAL	**1.883.779,90**	**295.317,99**	**2.179.097,89**

O ano de 2012 apresenta um montante de despesa significativo resultante de ter sido o primeiro ano com contabilização das despesas das operações do OI DRAIC, referentes aos protocolos com a CCAH e CCIDP.

A operação promovida pela DRPFE no ano de 2012 para além das despesas com remunerações e encargos sociais imputadas à realização das tarefas de gestão e acompanhamento, abrangeu um conjunto de despesas com aquisição de bens, prestação de serviços, bem como com aquisições de capital.

Nos gráficos 5.1 e 5.2 evidenciam-se, em termos absolutos e relativos, as classificações económicas com maior impacto na despesa. Salienta-se que decorrente da auditoria ao sistema de informação foi promovida a aquisição de 2 servidores, vocacionados para virtualização dos serviços, com redundância de fontes de alimentação, redundância de unidades de processamento e cada um com 48GB de memória. As despesas com deslocação e estadas são as normalmente dominantes, por um lado dada a descontinuidade geográfica da Região, por outro pela realização das tarefas com recursos próprios, nomeadamente as ações de acompanhamento e verificação.

Salienta-se ainda os gastos em comunicações e material de escritório fundamentais aos atos de gestão, bem como, a execução do contrato plurianual para os trabalhos de desenvolvimento aplicacional e manutenção evolutiva e corretiva do sistema de informação do PO PROCONVERGENCIA – SIPOP.

Gráfico 5.1 – Desagregação da Despesa 2012, em Termos Absolutos

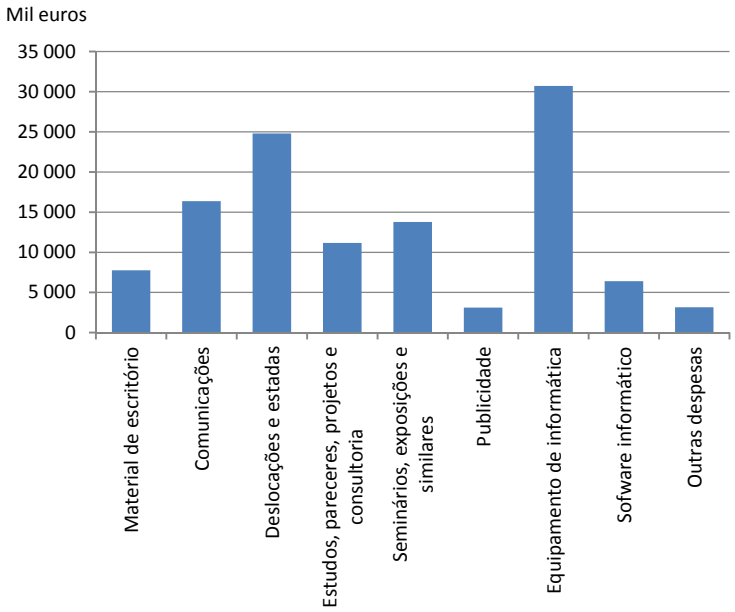
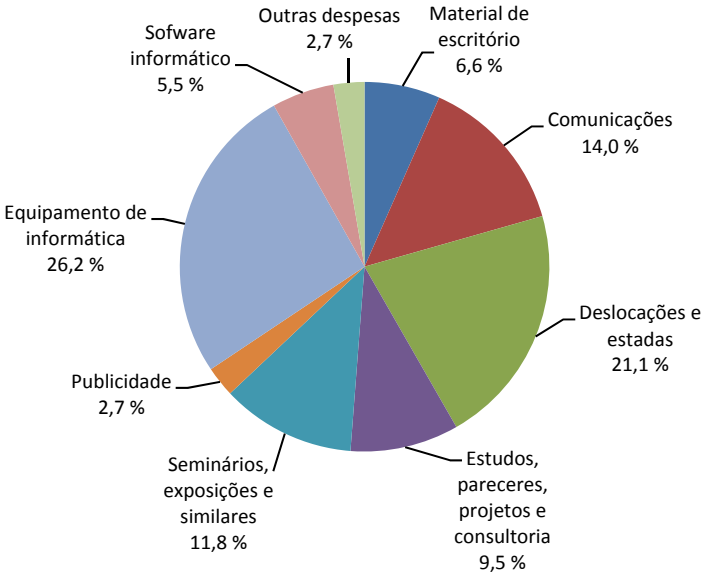


Gráfico 5.2 – Desagregação da Despesa 2012, em Termos Relativos



Remete-se para o capítulo 6 do presente relatório o detalhe da execução do Plano de Comunicação.

5.2- Problemas / estrangulamentos na execução

O eixo XI o apresenta a menor taxa de compromisso do Programa contudo não é preocupante atendendo a que se perspetiva a apresentação de candidaturas pelo OI DRAIC para assegurar o período de 2013 a 2015.

Em virtude das operações aprovadas terem abrangência plurianual, e somente uma operação se encontrar concluída, a taxa de execução global alcançada foi de 54,5%, sendo inferior à média do Programa, mas evidenciando em 2012 um ritmo de execução mais acentuado que nos anos transatos.

Contribui para essa situação a morosidade na compilação da documentação justificativa de despesa, e consequente desfasamento temporal entre a data da realização da despesa e a data da apresentação dos pedidos de reembolso, e por outro a complexidade da análise e validação face ao elevado número de documentos.

Paralelamente o contexto de restrição orçamental continuou a marcar o ano de 2012 o que condicionou o nível de execução protelando algumas aquisições para anos futuros.